**Universidade de São Paulo
Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”
Centro de Energia Nuclear na Agricultura**

A visão da ecologia no Jornal Nacional

Roberto Lestinge

**Dissertação apresentada para obtenção do título de
Mestre em Ecologia Aplicada**

**Piracicaba
2008**

Roberto Lestinge
Jornalista

A visão da ecologia no Jornal Nacional

Orientador:
Prof. Dr. **ANTÔNIO RIBEIRO DE ALMEIDA JÚNIOR**

Dissertação apresentada para obtenção do título de
Mestre em Ecologia Aplicada

Piracicaba
2008

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
DIVISÃO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO - ESALQ/USP

Lestinge, Roberto

A visão da ecologia no Jornal Nacional / Roberto Lestinge. - - Piracicaba, 2008.
190 p. : il.

Dissertação (Mestrado) - - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, 2008.
Bibliografia.

1. Comunicação de massa 2. Ecologia 3. Empresa jornalística 4. Linguagem
jornalística 5. Meio ambiente 6. Telejornalismo 7. Televisão I. Título

CDD 574.5

"Permitida a cópia total ou parcial deste documento, desde que citada a fonte – O autor"

*Dedico este trabalho a todos que têm feito
do movimento ambientalista uma causa
acima dos seus próprios interesses*

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha irmã Dra. Sandra Regina Lestinge pela sua inspiração e visão de mundo.

Ao meu orientador prof. Dr. Antônio Ribeiro de Almeida Júnior por abrir novos campos de conhecimento.

Ao prof. Dr. Adílson Citelli por me ensinar a lidar com as palavras.

Ao prof. Dr. Adalmir Leonídio pela perspectiva histórica.

A todos os meus mestres durante o longo processo do aprendizado.

“Nossos sistemas de idéias (teorias, doutrinas, ideologias) estão não apenas sujeitos ao erro, mas também protegem os erros e ilusões neles inscritos. Está na lógica organizadora de qualquer sistema de idéias resistir à informação que não lhe convém ou que não pode assimilar. As teorias resistem à agressão das teorias inimigas ou dos argumentos contrários. Ainda que as teorias científicas sejam as únicas a aceitar as possibilidades de serem refutadas, tendem a manifestar esta resistência. Quanto às doutrinas, que são teorias fechadas sobre elas mesmas e absolutamente convencidas de sua verdade, são invulneráveis a qualquer crítica que denuncie seus erros”

SUMÁRIO

RESUMO.....	8
ABSTRACT	9
LISTA DE FIGURAS	10
LISTA DE TABELAS	10
LISTA DE QUADROS	13
1 INTRODUÇÃO	14
1.1 A ecologia chega ao Jornal Nacional	14
1.2 Justificativa	23
1.2.1 Ecologia/ambiente na TV	27
1.2.2 As grandes coberturas – o ambiente como espetáculo.....	32
1.2.3 O problema da voz única.....	34
1.3 Objetivo geral	35
1.3.1 Hipóteses	36
2 DESENVOLVIMENTO	37
2.1 A palavra	37
2.2 A força da palavra	42
2.3 A comunicação em massa	47
2.3.1 Processo de comunicação e <i>agenda setting</i>	54
2.3.2 O processo de produção da notícia.....	57
2.4 Persuasão	61
2.5 Metodologia.....	69
2.5.1 Critérios de seleção de reportagens e análise de textos.....	70
2.6 O que é ver TV	76
2.7 Efeitos de ver TV.....	88
2.8 TV no Brasil.....	92
2.9 Jornal Nacional.....	106
2.10 A relação homem / ambiente.....	115
2.11 Análises.....	124
2.11.1 Idéias para preservar o meio ambiente	124
2.11.2 Seca na Amazônia e Amazônia em desequilíbrio	127

2.11.3 Previsões sombrias sobre o ambiente do planeta	131
2.11.4 Chávez se rende ao álcool brasileiro.....	137
2.11.5 Desmistificando os carros flex.....	142
2.11.6 Aquecimento global: falta d'água e extinção de vegetais e animais.....	146
2.11.7 Um debate que divide o governo brasileiro	150
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	167
REFERÊNCIAS.....	170
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	175
ANEXOS	177

RESUMO

A visão da ecologia no Jornal Nacional

Essa dissertação analisa a linguagem jornalística do Jornal Nacional em relação ao temas ambiente e ecologia. O objetivo do trabalho é, sobretudo, desvendar as estratégias de produção de sentido do telejornal e ver como ele soluciona a transversalidade dos temas pesquisados, considerando que existe uma multiplicidade de fatores importantes nem sempre revelados na notícia. A base para a pesquisa foi constituída dentro de um período de três meses consecutivos de exibição do JN, quando as matérias foram selecionadas por palavras-chave que remetem aos temas da dissertação. Durante o período da pesquisa foram surgindo as linhas diretrizes que apontavam para a importância de uma maior atenção na análise de conteúdo dos textos pois é pelo discurso que se formam os sentidos. Quantificamos o tempo dedicado às matérias sobre ecologia e ambiente e estabelecemos uma relação percentual com o tempo total do JN. Ao tabular as matérias por palavras-chave pudemos observar a formação de diretrizes que apontavam para a preponderância de determinados temas como biocombustíveis e aquecimento global. Procedemos então à leitura dos textos que se enquadravam dentro deste grupo, abrindo um diálogo que buscasse ver se a reportagem oferecia integridade na sua apresentação ou se optava por uma linha apenas superficial e simplista.

Palavras-chave: Jornal Nacional; Televisão; Ecologia; Ambiente; Comunicação em massa

ABSTRACT

The vision of ecology on Jornal Nacional

This dissertation analyses the journalistic language of Jornal Nacional in relation to the environment and ecology themes. The objective of this work is, above all, to reveal the strategies in sense production in this newscast and see how it deals with the transversality of the researched themes, considering that there are multiple important factors not always revealed in the news. The base for the research was done within a three consecutive months period of the JN where the stories were selected by keywords that refer to the dissertation's theme. During the research period, the guidelines that emerged were pointing to the importance of a higher attention in the content analysis considering that its sense production is done by the speech. We quantified the time length dedicated to ecological and environmental news and established a percentage relationship to the total time of JN. As we organized the stories by keywords, we realised that certain themes appeared more frequently such as: biofuels and global warming. We then proceeded to reading the copies that were within this group opening a dialogue that aimed at checking if the newstory offered integrity in its presentation or if it opted for a superficial and simplistic line only.

Keywords: Jornal Nacional; Television; Ecology; Environment; Mass communication

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – William Bonner e Fátima Bernardes, apresentadores do Jornal Nacional.....	14
Figura 2 – Carlos Nobre, cientista do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais).....	19
Figura 3 - Os Beatles no estúdio da BBC durante a primeira transmissão mundial de TV por satélite.....	57
Figura 6 – Desfile militar do 7 de setembro em Brasília, 1971.....	68
Figura 7 – Características definidoras da análise de conteúdo.....	76
Figura 8 – Telejornal Repórter Esso.....	94
Figura 9 – Roberto Marinho (3º esq. para dir.) no aeroporto de Brasília em 1968.....	106
Figura 10 – Logotipo do Jornal Nacional.....	107
Figura 11 – William Bonner, editor-chefe e apresentador do Jornal Nacional.....	112
Figura 12 – Infográfico do JN que mostra possíveis níveis de aquecimento na Amazônia de acordo com estudo do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais).....	121
Figura 13 - Cerrado, árvore queimando.....	123
Figura 14 – Protesto contra a construção das hidrelétricas no Rio Madeira.....	166
Figura 15 – Somatória dos tempos das matérias por grupos.....	178
Figura 16 – Proporção de matérias ecológicas no JN.....	179
Figura 17 – Gráfico comparativo do tempo do Jornal Nacional <i>versus</i> matérias de ecologia em cada edição.....	189
Figura 18 – Gráfico comparativo do tempo do Jornal Nacional <i>versus</i> matérias de ecologia em cada edição.....	190

Figura 19 – Gráfico comparativo do tempo do Jornal Nacional *versus* matérias de ecologia em cada edição.....191

Figura 20 – Relação entre emissões de gases estufa e impacto ambiental total de diversos biocombustíveis comparados com a gasolina.....192

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1 - Tabela comparativa de tempos do JN por dia e somatória nos meses de janeiro (só dois dias) e fevereiro *versus* tempo dedicado às matérias ecológicas com somatória no dia e mês..... 180
- Tabela 2 - Tabela comparativa de tempos do JN por dia e somatória no mês de março *versus* tempo dedicado às matérias ecológicas com somatória no dia e mês..... 181
- Tabela 3 - Tabela comparativa de tempos do JN por dia e somatória no mês de abril *versus* tempo dedicado às matérias ecológicas com somatória no dia e mês..... 182

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Níveis de analfabetismo e de analfabetismo funcional.....	85
Quadro 2 – Relação das matérias que compõem o <i>corpus</i> da pesquisa.....	183

1 INTRODUÇÃO

1.1 A ecologia chega ao Jornal Nacional

Figura 1 – William Bonner e Fátima Bernardes, apresentadores do Jornal Nacional

Fonte: Jornal Nacional, Rede Globo de Televisão.

No dia 3 de abril de 2007, o Jornal Nacional anunciava em uma curta nota que o brasileiro é o povo que mais se preocupa com as mudanças climáticas, de acordo com pesquisa da rede britânica de televisão BBC. A notícia confirmou que o escopo deste trabalho ia se ampliando na medida em que estava sendo realizado e que refazer o trabalho de pesquisa revelaria uma ótica contemporânea em função das novas dinâmicas que os temas cobertos estavam alcançando.

Desde a publicação do relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças do Clima - IPCC em 2007, o tema aquecimento global, assumiu grande relevância em toda a mídia, inclusive no Jornal Nacional. Por ser o telejornal em rede mais antigo no

Brasil, de maior audiência e grande formador de opinião ele tem importância fundamental no processo de seleção, edição e transmissão para milhões de brasileiros de notícias que julga relevantes. Tentaremos revelar quais são os critérios desta seleção e pelo cruzamento de informações ver a quem interessam os problemas ambientais, considerando que tivemos a ECO 92 no Rio de Janeiro, e não são, portanto, nenhuma novidade.

O objetivo deste trabalho é fazer uma análise da linguagem jornalística e do conteúdo do Jornal Nacional, especificamente na cobertura dos temas relacionados ao ambiente e à ecologia. Usaremos elementos da análise de conteúdo sem a intenção de que seja o único ponto. O que nos interessa é a utilização da análise como ferramenta para, no final, verificar a validação ou não das hipóteses aventadas.

O tema ecologia abrange e influencia diversos aspectos da vida humana. Uma observação mais atenta nos mostrará que em quase tudo que fazemos essa presença se revela, pois há resultados de efeito prático no nosso cotidiano. Alguns podem ser sentidos na pele literalmente, como a mudança na intensidade dos raios solares que requer o uso generalizado de bloqueadores de raios Ultra-Violeta - UV, antes praticamente ignorados. Esse é o resultado do buraco na camada de ozônio, apenas uma das conseqüências mais comentadas na mídia.

O aquecimento do planeta causado pelo desmatamento e pela queima de combustíveis fósseis, os chamados derivados de petróleo: gasolina, óleo diesel, querosene e outros está nas pautas de vários órgãos da imprensa. A cadeia das causas e das reações ambientais não será estudada pois esse trabalho não pretende apresentar cunho científico na área ambiental. Antes, permanece na seara jornalística cujo tema central é a ecologia.

O termo ecologia será empregado com o sentido definido pelo naturalista alemão Ernest Haeckel em 1869, que o descreve como sendo: “O estudo científico das interações entre organismos e seu ambiente. A palavra deriva do grego oikos, que significa casa. Ecologia pode então ser pensada como o estudo da casa dos organismos vivos”. Em outras palavras: a nossa relação com o planeta Terra.

De acordo com Begon, Harper e Townsend (2006) o estudo e a compreensão dos problemas ecológicos é fundamental para determinar futuro da humanidade.

Ecologistas estão preocupados não apenas com comunidades, populações e organismos *in natura*, mas também com ambientes criados e influenciados pelo homem (reflorestamentos, campos de trigo, reservas naturais e outros), e com as consequências da influência humana *na* natureza (poluição, desmatamento, mudança climática global). Na verdade, nossa influência é tão abrangente que nós teríamos dificuldade em encontrar um ambiente que fosse totalmente intocado pela atividade humana. Problemas ambientais estão agora na prioridade da agenda política e os ecologistas tem claramente um papel central para desenvolver: um futuro sustentável depende fundamentalmente do entendimento ecológico e da nossa habilidade de prever e produzir resultados sob diferentes situações (BEGON; HARPER; TOWNSEND, 2006, p. 13).

As mudanças climáticas fazem parte das conversas diárias de qualquer cidadão que se lembra de “como as estações já não são mais as mesmas”. Enchentes fora de época e secas que devastam plantações são notícias freqüentes. Variações bruscas de temperatura que contradizem a estação do ano, calor no inverno, frio no verão, floração antecipada ou tardia em plantas que antes serviam como uma espécie de calendário natural - como podemos observar nos ipês e nas quaresmeiras - são apenas dois indícios entre outros.

A revista *Veja* São Paulo (FLORES, 2007) relata o aparecimento tardio da azaléias na capital paulistana.

Apesar de ainda faltarem duas semanas para o início da primavera, alguns paulistanos já notam arbustos de azaléias florescendo pela cidade. Leigos em botânica podem até pensar que as plantas reagiram antecipadamente à estação que está por vir. O que houve, no entanto, foi um atraso. “Essas flores nascem no período mais frio do inverno, entre junho e julho”, conta Adriana Fidalgo, pesquisadora do Instituto de Botânica de São Paulo. “Só que, neste ano, o clima seco e quente atrasou a florada. A umidade relativa do ar chegou a 20% no mês passado – segundo a Organização mundial da Saúde - OMS, o ideal é 60%. “É raro termos um agosto tão sem chuvas, afirma Gustavo Escobar, pesquisador do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos - CPTEC (*Veja* São Paulo, 12 de setembro de 2007, p. 49).

Não é necessário ser cientista para perceber que as mudanças climáticas já são uma realidade e não mais parte de um futuro distante. O futuro chegou antes do previsto. Chegou com a incerteza dos efeitos colaterais dos transgênicos nos animais e nas plantas, com suas sementes controladas por multinacionais. A novidade da comida

com royalties, já que o agricultor tem de pagar um percentual aos detentores da patente. As sementes têm de ser compradas todos os anos do fornecedor que acaba tendo o controle sobre o preço e a disponibilidade dos cereais de acordo com seus próprios critérios. Agrotóxicos empregados na agricultura provocam envenenamento do solo, do lençol freático e das pessoas em todos os níveis e avisam que ser vegetariano pode ter perigos incalculáveis, pois agrotóxico é essencialmente veneno. A utilização descontrolada de hormônios no frango e no gado e um festival de antibióticos fazem do hábito de comer carne um ato que tem efeitos colaterais que merecem uma bula. Notícias sobre gripe aviária e doença da vaca louca correram o mundo nos últimos anos. Se parte da população humana morre por não ter o que comer, a outra parte sofre as conseqüências de ingerir o veneno que lhes é servido em várias etapas da cadeia alimentar.

As implicações de nossas escolhas a respeito do ambiente não terminam na alimentação, mas estão relacionadas com um sistema de produção e consumo de produtos e energia que em última análise vão compor o quadro ambiental do planeta. A água doce, cada vez mais rara por conta do aquecimento global, promete ser um dos bens mais preciosos, de acordo com os relatórios ambientais, como se já não o fosse em várias partes do mundo como na China, na África ou no Nordeste brasileiro. Se o petróleo mudou a geopolítica no século XX, a água e os biocombustíveis podem ser o fator determinante de mudanças na atualidade.

O pesquisador norte-americano Laurance¹ (informação pessoal), do Instituto Smithsonian, trabalhou no Brasil e mostra a importância na mudança da matriz energética e as conseqüências para o ambiente.

A questão do combustível fóssil versus o biocombustível já se tornou um fator na geopolítica do planeta, e só tende a aumentar na medida que os preços do petróleo continuam a subir. A maior ameaça é para os ecossistemas tropicais onde as plantações crescem mais rápido e onde a terra é mais barata (LAURANCE, 2008,¹) (informação pessoal).

¹ LAURANCE, W. Mensagem recebida por <LauranceW@si.edu> em 10 fev. 2008.

A área de alcance de temas que afetam o ambiente é extensa e já apresenta sinais de que nossas vidas daqui em diante estarão diretamente relacionadas ao modelo sócio-econômico que adotarmos, como atestam os diversos relatórios científicos e a sua presença constante em todas as mídias. Este estilo de vida será orientado pelas escolhas que nos serão oferecidas e suas implicações. Vale a pena optar por um carro elétrico em vez de um movido à gasolina? Quais as consequências de se plantar cana – para alimentar motores à álcool - no lugar de se cultivar cereais? Pesquisadores e jornalistas dizem que o resultado pode ser a elevação no preço dos alimentos contribuindo para o aumento da fome no mundo. Vejamos o que diz Monbiot (2008).

Se os biocombustíveis não puderem ser produzidos em *habitats* virgens, eles devem ficar confinados às terras cultiváveis existentes, o que significa, que toda vez que nós enchemos o tanque do carro, nós roubaremos comida da boca dos pobres. Isso, por outro lado, aumenta o preço da comida, o que encoraja os fazendeiros a destruírem *habitats* intocados – florestas primárias, pastos antigos, charcos e o que for – com a finalidade de cultivá-los. Nós podemos nos dar os parabéns por permanecermos moralmente puros, mas os impactos são os mesmos. Não há saída para isso: em um planeta finito com um estoque apertado de comida, ou você compete com os pobres ou abre novas áreas de cultivo (MONBIOT, 2008).

Existe mesmo essa possibilidade ou é apenas uma retórica vazia, sem base científica?

Mattar (2007) afirma o valor da imprensa nesse processo decisório.

Nesse sentido, o papel da mídia é crucial para tornar o consumo consciente um fenômeno coletivo, induzindo os consumidores a assumir o papel de grandes agentes da mudança. E nós sabemos que a mídia, assim como as empresas, são sensíveis às opções dos consumidores. A grande mudança acontecerá quando os consumidores começarem coletivamente a reivindicar o direito de conhecer as origens e os processos de produção das mercadorias que consomem, para que possam fazer escolhas conscientes em seus atos de compra e em seu estilo de vida (MATTAR, Folha de S.Paulo 28/6/2007, p. 3).

Quando se apresenta qualquer opção de consumo e não se analisam suas conexões e influências no ambiente estamos ignorando que só há um ecossistema todo interligado.

O cientista Carlos Nobre (2007), que participou do relatório do IPCC coloca de maneira direta a necessidade de adotarmos uma visão sistêmica.

Essa questão não é científica, ela é central. Se a temperatura na atmosfera subir 2° C, o nível do mar vai subir, vai afetar os corais. O cientista olha o planeta como um grande sistema e tudo está interligado com o social. Nossa ação é global. Olhamos muitos pontos que são perigosos. Se você perturbar esse ponto, causa uma reação em cadeia muito maior (NOBRE, 2007, Folha ONLINE 07/01/2008).

Figura 2 – Carlos Nobre, cientista do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais)

Fonte: Jornal Nacional, Rede Globo de Televisão.

Com corações e mentes prontos para operar estas mudanças em nossas vidas, quem será o emissor das mensagens que orientará as nossas escolhas? Sem dúvida a imprensa, a TV como meio de comunicação em massa de maior alcance e dentro dela o Jornal Nacional por diversas razões.

Considerando que o JN é um programa de grande audiência e tem influência na formação da opinião pública e no meio governamental, é fundamental estudar mais

profundamente a mensagem e o contexto utilizados na formação da notícia. Dentro deste trabalho partiremos do uso da palavra como elemento de comunicação, sua importância na criação de sentidos até chegarmos no processo de mediação exercido pela TV quando ela leva ao ar uma determinada matéria. A análise do material pesquisado é que vai nos oferecer a base deste estudo.

Dialogando com o texto, veremos que respostas a notícia oferece ao ser perguntada sobre suas origens e objetivos, partindo do princípio que um meio de comunicação com este alcance não estaria imune às pressões e agendamentos dos diversos setores que o sustentam, nomeadamente o político e o econômico. Por exemplo: é possível observar duas matérias que falam sobre cheias recordes na Amazônia, sendo que uma notícia trata o problema como fenômeno meteorológico, enquanto a outra cita o desequilíbrio ambiental como a causa. Separadas por apenas uma semana, o que teria levado o editor do JN a incluir a questão ambiental na segunda quando já havia optado por ignorá-la da primeira vez? Podemos deduzir que o mesmo tema pode ser visto de acordo com o interesse do momento. O objetivo da primeira matéria era o de ignorar o problema do desmatamento, enquanto o da segunda era de reforçar a mensagem do problema ambiental. O que determina essa escolha de apresentar ou ocultar os fatos?

O professor espanhol Blázquez (1999) alerta para a nossa necessidade de informação e os possíveis cuidados ao consumirmos esse produto.

As pessoas lamentam-se constantemente das coisas que é preciso ler nos jornais, ouvir no rádio e ver na televisão. Mas não podem prescindir deles. Tal como existe a vida social nos países desenvolvidos, a informação torna-se quase tão necessária como o próprio hábito de comer. A informação é como um supermercado especial em que os produtos de aspecto mais atrativo e condescendente são os mais adulterados. Algo semelhante ocorre com a informação. Um produto que é preciso adquirir com um alto risco de adulteração (BLÁZQUEZ, 1999, p. 33).

Considerando que existe uma necessidade real nas sociedades modernas do público manter-se informado, vejamos o que diz Kanitz (2007) sobre os cuidados que devemos tomar na hora de consumirmos informação.

Vigilância epistêmica é a preocupação que todos nós devemos ter com relação a tudo o que lemos, ouvimos e aprendemos de outros seres humanos, para não sermos enganados. Significa não acreditar em tudo o que é escrito por aí, inclusive em salas de aula. Achar que tudo o que ouvimos é verdadeiro, que nunca há uma segunda intenção do interlocutor, é viver ingenuamente, com sérias consequências para a nossa vida profissional (KANITZ, 2007, p. 20).

Colocando essas observações dentro do que Popper (1999) analisa como sendo o poder da TV, temos um quadro de pesquisa que nos oferece uma oportunidade ampla para um trabalho instigante.

A democracia consiste em submeter o poder político a um controle. É essa a sua característica essencial. Numa democracia não deveria existir nenhum poder político incontrolado. Ora, a televisão tornou-se hoje em dia um poder colossal; pode mesmo dizer-se que é potencialmente o mais importante de todos, como se tivesse substituído a voz de Deus. E será assim enquanto continuarmos a suportar os seus abusos. A televisão adquiriu um poder demasiado vasto no seio da democracia. Nenhuma democracia pode sobreviver se não puser cobro a esta onipotência (POPPER, 1999, p. 29).

Para por cobro seria necessário saber os processos de captura da informação, seus processos seletivos, o que justifica um acontecimento virar notícia e se há manipulação ao se fazer o enunciado da matéria. O ponto de partida é a análise criteriosa do texto para ver se a notícia é apresentada com a imparcialidade requerida ou se irá revelar uma rede maior de implicações e uma agenda muito mais complexa do que se poderia supor ao se assistir à reportagem.

A pesquisa que embasa esta dissertação foi realizada durante um período de três meses, coincidindo com o anúncio do vazamento de informações sobre o conteúdo do relatório do IPCC em 30 de janeiro de 2007 e se estendendo até 30 de abril de 2007.

Com a utilização de termos catastróficos e alarmistas sobre a situação do planeta o JN imprimiu um ritmo de cobertura bastante forte ao tema ambiental, no que seria prontamente seguido por outros noticiosos, além de jornais e revistas.

Como a imprensa tem o costume de se pautar pelo que a concorrência exhibe ou publica, existe uma retroalimentação de conceitos e dados que terminam por ocupar os

espaços midiáticos com alguns temas selecionados, daí a recorrência que pode ser observada facilmente ao se mudar de canal e ver a mesma notícia de novo.

O tédio televisivo tem como conseqüência a mudança imediata de canal e portanto a perda de audiência. Os editores de telejornal sabem que a audiência é fugidia, nada cativa, pois ao simples toque do telespectador no controle remoto termina sua relação com o canal em questão, indo buscar outro que lhe agrade instantaneamente, ao contrário do leitor de jornal ou revista, que não joga fora a sua edição para comprar outra no mesmo dia.

Para evitar que isso aconteça há uma série de cuidados e procedimentos técnicos como passar de um programa a outro sem o intervalo comercial e já iniciar o telejornal com a chamada escalada, a leitura das principais manchetes em ritmo acelerado que conotem situação de urgência.

Condry (1999) vê o problema de se conseguir cativar a audiência da seguinte forma.

A tarefa dos responsáveis pela programação consiste em conseguirem captar a atenção do público e conservá-la o tempo suficiente para poderem em seguida passar uma mensagem publicitária. Se tomarmos em consideração a psicologia humana, não é uma missão fácil. Os seres humanos cansam-se com facilidade e são dominados rapidamente pela indiferença (CONDY, 1999, p. 45).

Em função destas características da TV, os editores-chefe no telejornalismo preferem apresentar assuntos de fácil compreensão e de interesse público generalizado. O estudioso francês Bourdieu (1997), qualifica essa categoria de notícias de pouca importância, mas de apelo popular, como fatos que servem para desviar a atenção do que realmente importa e são superficiais na abordagem, mesmo que pudessem ter relevância em sua essência.

Os presdigitadores têm um princípio elementar que consiste em atrair a atenção para uma coisa diferente daquela que fazem. Uma parte da ação simbólica da televisão, no plano das informações, por exemplo, consiste em atrair a atenção para fatos que são de natureza a interessar a todo mundo, dos quais se pode dizer que são *omnibus* – isto é, para todo mundo. Os fatos-ônibus são fatos que, como se diz, não devem chocar ninguém, que não

envolvem disputa, que não dividem, que formam consenso, que interessam a todo mundo, mas de um modo tal que não tocam em nada de importante (BOURDIEU, 1997, p. 23).

Teremos de observar se o tema ambiente é tratado desta maneira pelo Jornal Nacional como assunto de interesse geral, mas de abordagem limitada, ou se ele nos apresenta uma informação que desperte a reflexão e o debate para que o processo decisório sobre nossas vidas seja feito com equilíbrio e consciência.

Castells (1999) acredita que o ambientalismo só ganhou espaço dentro da mídia por ter conseguido se colocar como uma causa humanista, fugindo das implicações políticas.

A legitimidade das questões levantadas pelos ambientalistas, diretamente relacionadas a valores humanistas apreciados pela maioria das pessoas, e muitas vezes distantes da política partidária, abriu caminho para que a mídia assumisse o papel de voz do povo, contribuindo para que sua própria legitimidade se firmasse e fazendo com que os jornalistas se sentissem bem ao divulgar o assunto (CASTELLS, 1999, p. 161).

A questão ambiental no Brasil está no centro de convergência dos interesses fundiários, políticos e de controle da mídia, com um poder difícil de ser rompido, que raramente é denunciado, e cuja interrelação não pode ser ignorada neste estudo caso se queira entender a origem e a extensão das notícias ecológicas no Jornal Nacional.

1.2 Justificativa

O foco desta dissertação começou a se definir a partir da vivência do autor dentro do meio televisivo, incluindo a TV Globo e no Jornal Nacional. Essa experiência demonstrou continuamente uma tendência da emissora e seu principal telejornal, em colocar os fatos dentro de uma perspectiva própria, criando e refazendo conceitos que satisfaçam primeiro a sua agenda interna. Dentro dela há um complexo jogo de interesses políticos e econômicos que serão vistos na análise das estruturas que sustentam a TV brasileira. Ao telespectador é oferecido um telejornal pronto e acabado em seus conceitos, como se não fosse necessário levantar dúvidas sobre o que está sendo veiculado. Para isso acontecer, é imprescindível passar uma imagem de

responsabilidade informativa, de credibilidade e de equilíbrio. Por trás das imagens existe um texto que vai dar sentido ao que se vê, vai compor um quadro narrativo que é a informação em sua essência. É na análise e entendimento destes textos que reside a mensagem da TV.

Como imagem não significa nada em termos absolutos – trabalha apenas a percepção visual – é necessário então uma análise de conteúdo para se compreender as diversas camadas de informação embutidas em uma mensagem. A crescente preocupação com o ambiente, resultado da devastação ecológica em várias frentes, trouxe a necessidade de se observar mais de perto como reagiria o JN na hora de escrever e montar as notícias pertinentes ao assunto. A falta de uma programação complementar que oferecesse possibilidades de se debater assuntos de interesse da população aumenta ainda mais a responsabilidade do JN no trato com a notícia.

Por fim, a escassez de trabalhos acadêmicos que unissem os temas ecologia e televisão, incentivaram a realização desta investigação acadêmica. O telejornalismo brasileiro é formado por profissionais de grande competência, mas que atuam em um mercado ainda limitado – pela baixa concorrência - e que é baseado em relações pessoais e círculos de amizade para obtenção de uma vaga. Qualquer análise crítica do comportamento da indústria gera um certo desconforto para os seus autores, como se a TV não fosse passível de um maior escrutínio nos seus métodos jornalísticos. Conhecer as práticas internas e aplicá-las em um estudo científico é um privilégio que não pode ser desperdiçado. Mariani (1993) apresenta essa análise como fundamental.

A análise do discurso jornalístico se faz importante e necessária já que este, enquanto prática social funciona em várias dimensões temporais simultaneamente: capta, transforma e divulga acontecimentos, opiniões e idéias da atualidade – ou seja, lê o presente – ao mesmo tempo em que organiza um futuro – as possíveis conseqüências desses fatos do presente – e, assim, legitima enquanto passado – memória – a leitura desses mesmos fatos do presente, no futuro. Não se trata aqui como pode parecer de um mero jogo de palavras. No nosso entender, o discurso jornalístico toma parte no processo histórico de seleção dos acontecimentos que serão recordados no futuro. E mais ainda: uma vez que ao selecionar está engendrando e fixando sentidos para estes acontecimentos. A imprensa acaba por constituir no discurso jornalístico um modo (possível) de recordação do passado. Analisar o discurso jornalístico é considerá-lo do ponto de vista do funcionamento imaginário de uma época: o discurso jornalístico tanto se comporta como uma prática social produtora de sentidos como também, direta ou indiretamente, veicula as várias constitutivas daquele imaginário. Em suma, o discurso jornalístico (assim como

qualquer outra prática discursiva) integra uma sociedade, sua história. Mas ele também é história, ou melhor, está entranhado de historicidade (MARIANI, 1993, p. 33).

Considerando a enorme quantidade de reportagens em todas as mídias sobre os temas ecológicos e o apelo emocional que eles evocam – afinal, estamos falando de um assunto que interessa a todos: se haverá ou não um planeta habitável em um futuro próximo – seria impensável que a maior emissora do país ficasse fora da cobertura deste tema.

Não se deve estabelecer uma premissa, porém, de que todo assunto que tem interesse público foi ou será noticiado pelo jornalismo da TV Globo de modo parcial ou imparcial. Em outras ocasiões, a emissora optou por ignorar acontecimentos que não se alinhavam diretamente aos seus interesses políticos e/ou econômicos ou deliberadamente falsificou edições. Alguns exemplos viraram “clássicos” de manipulação, como foi o caso da manifestação de 1984 na Praça da Sé, em São Paulo, que era parte da campanha Diretas já, quando o país pedia o fim da ditadura militar. A TV Globo ignorou o tema e apresentou a manifestação de mais de um milhão de pessoas como parte das celebrações pelo aniversário da cidade.

Para Citelli (2006b), esse fato desencadeia uma necessidade de se observar mais de perto as fronteiras entre informar e usar a informação de maneira enviesada.

Em sentido amplo, a linguagem persuasiva tornou-se aliada importante de estratégias editoriais que circulam pela imprensa, encontrando momentos paradigmáticos como o do tratamento dispensado pela TV Globo à campanha pelas eleições diretas. Tudo o que se via e ouvia acerca do assunto naquela rede televisiva era um componente discursivo bem articulado cujo objetivo visava a negar a realidade do crescente apelo popular pelo voto direto, isto é, pelo restabelecimento da democracia posta a pique com o golpe de 1964 (CITELLI, 2006b, p. 121).

A negação da realidade ou a sua simples falsificação tem passado por uma constante sofisticação considerando que, uma vez revelada a falácia, já não é mais possível a repetição do truque. Além disso, a internet e outras mídias servem como fontes alternativas de informação. O histórico do jornalismo global, no entanto, recomenda-nos cautela. Em 1989 houve a adulteração na sequência das imagens do

debate apresentado no Jornal Nacional entre os candidatos presidenciais, Lula e Collor. A manipulação alterou sensivelmente a opinião pública que viu Collor como calmo e centrado e Lula como nervoso e inseguro, resultado artificial conseguido com a inserção de imagens fora da sequência original. O patriarca da emissora, Roberto Marinho, reconheceria em uma entrevista a Contreiras (1993) Jornal da Tarde, a ingerência nos destinos políticos do país, por meio da sua rede de TV.

Quando ele veio falar comigo pensei que viesse falar de sua candidatura à Presidência. Mas ele frequentou meu gabinete durante mais de vinte dias e não me falava em candidatura Presidência {...} um dia falei com ele. Quando disse que ele pretendia ser presidente da República ele deu uma gargalhada e disse que dependia de mim. Alegou que eu tinha um instrumento de comunicação de grande penetração. Declarou que eu tinha todos os instrumentos para fazer um presidente. Quando indaguei se ele seria candidato deu uma resposta imediata. Disse que dependia de minha opinião. Disse que nós tínhamos um “partido forte”. Fez uma campanha muito brilhante e foi eleito {...} Sim, nós promovemos a eleição do Collor e eu tinha os melhores motivos para um grande entusiasmo e uma grande esperança de que ele faria um governo extraordinário (CONTREIRAS, 1993).

Os exemplos acima mostram o desejo de interferir nos destinos da nação e estabelecer uma influência na esfera do poder que vão muito além do esperado por um mero canal de televisão. Esse procedimento é analisado pelo professor espanhol Blázquez (1999) como recorrente na mídia.

Os meios de comunicação de massa manipulam um enorme poder para alcançarem os seus próprios objetivos. Os proprietários da imprensa tornam públicas as suas próprias opiniões políticas e econômicas às custas dos pontos de vista contrários (BLÁZQUEZ, 1999, p. 35).

Para o público em geral se torna muito difícil criar uma base de conhecimento que permita detectar se a notícia tem outras implicações além do seu conteúdo jornalístico tal é a força da persuasão televisiva. Simões (2003) denuncia o excessivo poder informativo de um único programa e acredita ser necessário algum tipo de resistência.

Por que ir contra essa concentração, principalmente nas mãos da Globo, que alcançou a posição de supremacia também com base em sua eficiência empresarial? Porque, entre outros motivos, é preciso lembrar que a agenda do

imaginário brasileiro é construída a partir de sua avassaladora audiência. Quem não assiste a pelo menos parte de sua programação fica meio fora do mundo, porque o balizamento dos temas em questão é feito pela TV. O Jornal Nacional, por exemplo, está no centro de nossa vida. Ele determina o horário das entrevistas coletivas do governo, define as estratégias das assessorias de imprensa, orienta o telespectador sobre como reconhecer o Brasil, muda o horário e o jeito de tudo. Do futebol ao show. Da manifestação na praça ao político ou empresário que posa para as câmeras sabendo que será visto em todo o país (SIMÕES, 2003, p. 78).

Se o JN é ponto de referência para a população brasileira, a questão ambiental no país terá sua importância e entendimento pautados em grande parte pelas opiniões emitidas por ele.

1.2.1 Ecologia/ambiente na TV

Raramente os telejornais explicam conceitos mais detalhados sobre ecologia e ambiente, suas implicações e impactos sociais mais profundos. As razões apresentadas vão desde a suposta falta de tempo ou de interesse da audiência por reportagens mais complexas, até a concorrência com outros temas que capturam o imaginário popular, e que, mesmo sem serem relevantes, acabam por ganhar notoriedade pelo simples fato de terem sido notícia na televisão.

Palavras relacionadas à ecologia passaram a integrar recentemente o vocabulário das redações. Elas soam bem do ponto de vista social, embora seu uso às vezes esteja fora de contexto. Algumas não passam de neologismos como o ecoturismo, sem que se saiba exatamente quais os critérios que regulamentam tal atividade. Outras vezes são apenas palavras para justificar a venda de veículos apropriados para andar em estradas de terra ou de produtos ditos ecológicos.

Safatle (2007) sinaliza que a banalização da terminologia ambiental reflete uma falta de entendimento real dos significados.

Dá Ibope, mas o que é mesmo? As empresas adoram falar de desenvolvimento sustentável, as agências de publicidade também. Mas do que estão falando mesmo? Uma pesquisa realizada pelo Ibope mostrou que o termo virou a bola da vez, embora o conceito esteja bem pouco claro na cabeça das pessoas. Cada um interpreta de acordo com sua conveniência, afirma Ricardo Young, presidente do Instituto Ethos, ao comentar os resultados da pesquisa. Ao

mesmo tempo que o termo se banaliza, os gestores entendem mal o conceito e os cidadãos, menos ainda (SAFATLE, 2007, p. 9).

Falar de animais em extinção ou da mortandade de peixes por um vazamento de substâncias tóxicas gera comoção na sociedade. Parecem ser uma causa nobre, digna de uma cobertura nacional. Muitas pessoas passaram a conhecer os problemas de extinção do mico-leão-dourado em função das inúmeras reportagens feitas a respeito dessa espécie.

Mas a mesma sociedade que se horroriza com os problemas ambientais parece não se dar conta que em muitos casos eles são os efeitos de seu próprio modo de vida, resultados do consumismo - cujo objetivo principal é o acúmulo de bens materiais, a busca de *status* e da pouca educação ambiental.

Nobre (2007) chama a atenção para a necessidade da consciência no consumo.

Nós vamos ter problemas tanto com a quantidade de consumo quanto com o padrão das coisas que compramos. A infra-estrutura para a bicicleta nas cidades daqui é algo que poderia ser mudado. Na Holanda, pelo menos nas pequenas distâncias, a bicicleta é usada por 40% da população (NOBRE, Folha OnLine 8 de março de 2007).

As pessoas hoje querem saber de tudo que se relaciona aos problemas ecológicos. Sensível à opinião pública, o Jornal Nacional reage na medida da demanda, guiado por pesquisas que apontam essa tendência. As matérias de fundo ambiental têm recebido uma crescente atenção como mostram as estatísticas neste estudo. Esse direcionamento não é acidental como apontam Caparelli e Santos (2002).

A rede estabeleceu seu próprio Departamento de Análises e Pesquisas, com a finalidade de estudar diariamente o mercado, programa por programa, atendendo às diferentes classes e grupos sociais (CAPARELLI ; SANTOS, 2002, p. 102).

Mas o interesse do Jornal Nacional é bastante recente. O apresentador e editor-chefe William Bonner (2004), explicava assim os critérios utilizados para abrir espaço no quando o tema era ecologia.

Deve-se considerar também que um telejornal, por se tratar de um programa de televisão, precisa ser interessante. E o interesse do público é maior quanto maior for o número de temas abordados numa edição. Por isso, um assunto pode ser bem-vindo num dia e no dia seguinte não. A alquimia de um bom telejornal obriga o editor-chefe a olhar para o todo. O elenco de temas abordados obrigatoriamente naquele dia vai exigir reportagens complementares de diferentes características. É preciso saber se a pauta de meio ambiente sugerida, está na categoria das factuais (publicação obrigatória) ou na de atualidades (cuja publicação dependerá da oportunidade) (BONNER, 2004, p. 112).

Cinco anos antes, para Castells (1999), a cobertura dos temas ambientais já não era mais uma questão de haver ou não espaço, era uma questão de urgência.

O aquecimento global paira como uma ameaça mortal, as florestas tropicais ainda ardem em chamas, substâncias tóxicas ainda estão nos níveis mais elementares da cadeia alimentar, um mar de miséria absoluta ainda nega o direito à vida e os governos ainda brincam com a saúde das pessoas, como evidenciado com a irritação de Major à doença da vaca louca (CASTELLS, 1999, p.142).

Ao estabelecer prioridades na cobertura de determinados fatos, o editor-chefe de um telejornal leva em conta então o interesse público pelo assunto, ou tenta despertar a atenção para um determinado fato. Em um país de amplos recursos naturais como o Brasil, o tema ecologia sempre foi tratado em segundo ou terceiro plano, como se a abundância de recursos permitisse um abuso da natureza sem conseqüências palpáveis.

As políticas de industrialização do interior, de meados de 1970, com a remoção de indústrias dos grandes centros urbanos e seus poluentes para a zona rural ou para cidades do interior, nos chamados pólos industriais, simplesmente transferiam o problema para longe e criavam uma separação artificial – do ponto de vista ambiental - entre cidade e campo. Num estranho movimento, as fábricas com altos índices de poluentes migraram para o interior, como se, estando longe da metrópole, o meio rural pudesse ser um local a ser poluído e ao não ser visto pelos sofisticados olhos urbanos, o problema deixaria de existir.

As TVs de então, de cobertura regional, sem atuar em rede e tendo suas sedes no Rio de Janeiro ou em São Paulo, naturalmente não se interessariam por cobrir queimadas na Amazônia, o assoreamento de rios perto das minas de ouro, ou o envenenamento do solo pelo uso indiscriminado de agrotóxicos, a menos que a reportagem estivesse dentro do seu raio de atuação.

Hoje, a integração do país por satélite facilita o envio de reportagens de locais distantes fornecidas pelas afiliadas que retransmitem o sinal da cabeça-de-rede, que são as grandes emissoras como Globo, Record, SBT, Rede TV, CNT e Band. Se a matéria for considerada importante, entra no jornal de rede, caso contrário, fica restrita ao jornal regional.

Falar sobre ambiente ou ecologia no Brasil implica em abordar temas relacionados à questão fundiária, que tem raízes nas capitânicas hereditárias e envolve complexidades e interesses conflitantes em vários níveis. Os donos da terra são também os detentores do poder político e dos meios de comunicação em massa. Para Castells (1999) quando falar em ecologia passa a gerar uma movimentação social, como é o nosso caso, então surge o ambientalismo.

A distinção será estabelecida entre ambientalismo e ecologia. Por *ambientalismo*, refiro-me a todas as formas de comportamento coletivo que tanto em seus discursos como em sua prática, visam corrigir formas destrutivas de relacionamento entre o homem e seu ambiente natural, contrariando a lógica estrutural e institucional predominante. Por *ecologia*, do ponto de vista sociológico, entendo o conjunto de crenças, teorias e projetos que contempla o gênero humano como parte de um ecossistema mais amplo, e visa manter o equilíbrio desse sistema em uma perspectiva dinâmica e evolucionária. Na minha visão, o ambientalismo é a ecologia na prática, e a ecologia é o ambientalismo na teoria; contudo, nas páginas a seguir restringirei o uso do termo “ecologia” a manifestações explícitas e conscientes dessa perspectiva holística e evolucionária” (CASTELLS, 1999, p. 143).

Os assuntos de maior destaque na esfera ambiental são apresentados à população pela mídia sem que se possam definir com precisão as origens e os motivos que estão por detrás da reportagem. A abordagem e as implicações desses temas podem ficar limitadas em função dos interesses fundiários ou políticos que se superpõem às questões ambientais. O embricamento de poderes é difícil de ser rompido, tal a sua capacidade de se manter imune à qualquer tipo de reforma que

termine com a cadeia de controle dos políticos e seus privilégios de legislarem em causa própria.

As conseqüências ambientais são analisadas por Nobre (2007) que denuncia o problema abertamente.

Este ano e o próximo são muito importantes. Nós vamos poder ver se os mecanismos de controle e a vontade de levar o estado de direito à Amazônia vão se sobrepor à força do agronegócio (NOBRE, Folha OnLine, 8 de março 2007,).

A falta de clareza sobre quem comanda a construção da notícia possibilita uma manipulação da informação e de valores. Um exemplo: o MST é apresentado como contraponto irracional ao latifúndio - ao menos, em princípio essa é a versão oficial que a imprensa gosta de propagar. As aparições pontuais de suas manifestações na grande mídia e a utilização de clichês para definir suas atividades, sugerem um movimento que tem sua agenda à reboque de outros interesses.

Se o MST fosse pautado por seus atos apenas, teríamos uma discussão sobre a reforma agrária, que jamais se concretiza como se sua realização na verdade não interessasse a ninguém. Por outro lado, a imagem que a mídia prefere focalizar é a da sem-terra que pousou nua para uma revista masculina ou da invasão à fazenda do ex-presidente, Fernando Henrique Cardoso. A maioria dos grandes problemas relacionados ao ambiente aparece normalmente sob uma outra agenda e suas complexidades são reduzidas a uma única perspectiva limitando o entendimento.

Basta formular algumas perguntas para ver que há limites na correlação dos assuntos. Por exemplo: a cultura da soja que avança a fronteira da devastação do cerrado e das matas na Amazônia não é associada à figura do governador do Mato Grosso do Sul, Blairo Maggi (Partido da República, 2003 à 2007 e 2007 à 2011) por questões de ordem política. Os usineiros que têm o poder de regular os preços do álcool e do açúcar têm acumulado fortunas, no entanto nunca são apresentados como beneficiários do perdão de dívidas para com os bancos estatais, nem nos é informado porque dívidas milionárias devem ser perdoadas se o cidadão comum não tem o

mesmo privilégio. Mostrar as relações de poder entre a imprensa e a política é imprescindível para se entender os critérios de seleção das notícias.

1.2.2 As grandes coberturas – o ambiente como espetáculo

A época das grandes coberturas dos acontecimentos ecológicos – que poderíamos restringir aos desastres basicamente – se inicia com o vazamento dos reatores na usina nuclear americana de *Three Mile Island* e ganha força de vez com o acidente na usina nuclear na Ucrânia de *Chernobyl*. A americana CNN – primeira rede de notícias 24 horas - transmite ao vivo o derretimento dos reatores, num espetáculo que marcou uma nova etapa dentro do que se entendia como de interesse público e de possibilidades do telejornalismo. Esse evento tornou quase que obrigatória a presença ao vivo da TV nos grandes acontecimentos mundiais. O ver à distância já não era suficiente, o que importava era ser imediato também, ao vivo, via satélite como várias emissoras cansaram de apregoar nos primeiros anos da era espacial. A “Sociedade do Espetáculo” do pensador francês Debórd (1997) se fazia presente.

Toda a vida das sociedades nas quais reinam as condições modernas de produção se anuncia como uma imensa acumulação de *espetáculos*. Tudo o que era diretamente vivido se esvai na fumaça da representação (DEBÓRD, 1997, p.238)

Com a espetacularização das imagens era necessário adotar também um novo vocabulário igualmente de impacto. Sustentabilidade, ecologicamente correto, responsabilidade social, defensivos agrícolas (ao invés de agrotóxicos ou venenos), natural, integral, biodiversidade, área verde, natureza, saudável, transgênicos, geneticamente modificado, mutação genética, orgânico, aquecimento global, camada de ozônio e tantas outras, são palavras que foram incorporadas pelos redatores e podem ser usadas em qualquer ocasião, pois pouca gente sabe na verdade o que elas significam, ao contrário de assuntos que dominam o noticiário como: economia e inflação, política e políticos, esporte e times de futebol.

A TV se esquivava de explicar conceitos alegando falta de tempo, mas talvez haja outros motivos mais relevantes. Comercialmente não faz sentido, já que o preço da inserção de um comercial no Jornal Nacional está entre os mais caros da programação regular e, portanto, um tempo extra se converteria em ganho financeiro. O horário nobre da TV Globo não sofre maiores alterações desde 1969, com o Jornal Nacional sendo apresentado atualmente às 20h15 entre novelas e constituem, nessa faixa de horário, o maior índice de audiência da TV brasileira. A direção jornalística da emissora não abre espaço para programas de debates, atualidades ou de reportagens críticas nesse horário. A desculpa da censura dos anos de ditadura militar já não existe, mas o comportamento de não mexer com as questões vitais do país permanece.

No Brasil, o movimento ecológico existe há pelo menos duas décadas mas começou a ser notado apenas mais recentemente em função das campanhas de ONGs como o Greenpeace que realizaram protestos como bloquear navios baleeiros e se dependurar do Cristo Redentor, a fim de produzir imagens de forte apelo visual. O efeito anárquico desses atos são apresentados pela grande imprensa como entraves para o desenvolvimento capitalista.

A revista *Veja* não demorou a adotar o termo “ecochato” para debochar de qualquer um que denunciasse o consumismo desenfreado e suas conseqüências para o ambiente. Essas ONGs foram apresentadas como um bando de radicais, encontrando apoio nas palavras do Presidente Lula que chamaria os índios e ecologistas de “obstáculos ao progresso” (ESTADÃO OnLine, 2006).

Como a burguesia detesta radicalismos – exceto os capitalistas - que interfiram no seu modo de vida consumista, qualquer situação de contraposição ao modelo vigente de produção e consumo é retratada de modo negativo, como se quem protestasse fossem pessoas desocupadas que querem deter os avanços tecnológicos tais como os alimentos transgênicos, destruindo laboratórios e plantações sem que suas argumentações possam ser ouvidas. Os efeitos causados pelos agrotóxicos jamais foram devidamente reportados ao grande público, embora tenham sido incansavelmente denunciados pelos ativistas durante décadas.

Não deixa de ser surpreendente então, que esses “anarquistas” contrários ao progresso mundial, venham a ser tratados, agora, como fontes seguras do “novo” ativismo ecológico. Durante a pesquisa para este trabalho, foi constatada uma chamada institucional da TV Globo cujo slogan era: “Ecologia, a gente vê por aqui”, tendo as imagens da ONG Greenpeace pendurando *banners* nos braços do Cristo Redentor, no Rio de Janeiro, como ilustração. Essa mesma organização - apenas uma das várias que tiveram tratamento “diferenciado” na cobertura da TV Globo por décadas – de repente se vê alçada à condição de “parceira” idônea na luta contra o aquecimento global. As Organizações Globo tiveram por anos, um de seus vice-presidentes, José Roberto Marinho, atuando como presidente de uma ONG, A WWF-Brasil, cuja atuação ambiental tem sido fortemente criticada.

1.2.3 O problema da voz única

O quase monopólio da informação gratuita exercido pela TV, já está de tal maneira incorporado ao cotidiano brasileiro, que atingiu o estágio de ser considerado normal assistir TV para se buscar além de entretenimento, informação. Os altos índices de audiência demonstram que existe o hábito de se ligar a TV na hora do jantar para assistir às novelas e ao Jornal Nacional como fonte de informação. Essa fórmula se repete a trinta e nove anos. Parece normal, portanto, que o telespectador se posicione perante o programa de maneira desarmada, sem que o espírito do questionamento crítico seja ativado. Para Sodré (2001) esse é o principal problema:

Na aparência, entretanto, a televisão tem uma finalidade em si mesma. É este o seu truque: eliminar com uma aparência a questão de sua verdadeira finalidade, insinuando como “natural” a necessidade de uma informação geral e abstrata. O *mito da informação* encobre o essencial, que é a atividade prática o trabalho concreto. Na realidade, as pessoas são informadas para que não busquem a informação. Da mesma forma, as pessoas são condenadas a *apenas ouvir*, para que não falem. Ao relacionar-se com um ouvinte abstrato (ou seja, o receptor, abstração comparável ao *homo economicus* da Economia clássica), o *medium* rouba a palavra do indivíduo (apropriação da possibilidade simbólica de resposta) e lhe devolve um discurso sobre a palavra. Esta é restituída na forma de uma notificação – monologada, normativa e pedagógica – que consiste, como a *parênese*² da Retórica Clássica, numa exortação eloqüente à virtude e a moral (SODRÉ 2001, p. 49).

² Discurso moral de acordo com o dicionário Aulete

Teremos então de observar qual virtude e qual moral permeiam a mensagem do Jornal Nacional. Este estudo, auto-financiado e sem nenhuma ligação com grupos que não sejam o acadêmico, pretende lançar um olhar crítico sobre o JN, ciente de que há um cuidado necessário para não se contaminar o trabalho com alguma ideologia, ainda que seja impossível separar autor e obra como explica Silva (1985).

O cientista social não é um ser excluído da vida social, ele possui convicções ideológicas, toma posições políticas e, por mais que invoque a sagrada neutralidade universitária, jamais conseguirá colocar-se, e ao seu trabalho, fora desta realidade. Isso não quer dizer que um trabalho de pesquisa científica deva adulterar os fatos, mascarar a realidade ou transformar-se em panfleto. Mas a direção que um pesquisador dá à sua tese e o destino que confere aos dados obtidos em sua elaboração têm uma clara conotação política que não deve ser escamoteada sob o risco de, aí sim, ferir-se a ética do trabalho científico que existe e precisa existir para diferenciá-la do proselitismo (SILVA, 1985, p. 49).

1.3 Objetivo geral

1. Revelar por meios de estatísticas e análise jornalística como o Jornal Nacional cobre os temas ambiente e ecologia;
2. Possibilitar uma leitura mais ampla do assunto que em princípio deveria se esgotar no texto da notícia;
3. Desvelar quais informações importantes ficaram de fora e quais implicações foram ignoradas;
4. Observar que tendências se revelam ao se tabularem os números;
5. Mostrar gráfica e estatisticamente os resultados;
6. Fazer correlações entre os resultados obtidos;
7. Apresentar resultados ante as hipóteses aventadas;
8. Verificar se as fontes consultadas são isentas de interesse direto ou indireto no assunto abordado;
9. Possibilitar ao telespectador uma nova postura muito mais crítica ao assistir ao Jornal Nacional;

1.3.1 Hipóteses

A indústria ecológica tem diversas implicações e não pode ser reduzida à uma única mensagem. O tema ambiente gera negócios bilionários e considerando que o Jornal Nacional está inserido num sistema capitalista de geração de lucros, postularemos as seguintes hipóteses para o telejornal na sua cobertura:

- a. Adota uma postura governista e segue sua agenda de interesses;
- b. Utiliza uma linguagem alarmista gerando medo;
- c. Apresenta a natureza como espetáculo, banalizando-a;
- d. Não explora a fundo as correlações de poder;
- e. Ao tratar da educação ambiental, utiliza exemplos de pouco impacto enquanto ignora as questões maiores;
- f. Omite temas controversos como os alimentos transgênicos e a transposição do Rio São Francisco;
- g. Não faz a correlação entre o consumismo e as consequências danosas ao ambiente retirando do espectador o poder de agir conscientemente.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 A palavra

“No princípio era o verbo”. Essa simples frase da Bíblia (Gênesis I, 1-3) conhecida pela comunidade cristã como o momento em que Deus cria o universo demonstra a suprema importância da palavra. Para que houvesse luz, Deus precisou dizer: *Fiat Lux!* Não foi por telepatia ou desejo manifesto. Sem a palavra não haveria a ordem. A comunicação pela palavra está na base da civilização do homem e de sua história, em praticamente todas as culturas. O que são os livros sagrados de todas as religiões senão o registro de palavras que foram sendo transmitidas inicialmente pela oralidade primária, até que a escrita fosse inventada? Levar a palavra tem sido uma preocupação humana estreitamente ligada à cultura.

Usaremos a definição de cultura dada por Santaella (1996), já que é necessário delimitar parâmetros.

O termo cultura é tão geral e abrangente que a ele se pode associar qualquer tipo de atributo. Há, entre outros a cultura universal, a cultura muito desenvolvida ou pouco desenvolvida, a cultura nacional, as culturas greco-romanas, a cultura agrícola, a cultura política, a cultura dos séculos, e agora, a cultura das mídias. Se cultura já inseparável de comunicação, no caso das mídias isto se torna ainda mais indissociável, uma vez que mídias são antes de tudo, veículos de comunicação, do que decorre que essa cultura só pode ser estudada levando-se em conta as inextricáveis relações entre cultura e comunicação (SANTAELLA, 1996, p. 29).

Estas relações podem ser melhor entendidas uma vez compreendidos os sistemas que levam à formação de sentido, daí a necessidade de examinar como se articulam os sentidos a partir da palavra.

A palavra isoladamente tem pouco valor, se não for inserida no contexto mais amplo de uma linguagem. O professor francês Charaudeau (2006) relata que são necessárias certas situações para que se dê a comunicação.

Todo discurso depende, para a construção de seu interesse social, das condições específicas da situação de troca na qual ela surge. A situação de comunicação constitui assim o quadro de referência ao qual se reportam os indivíduos de uma comunidade social quando iniciam uma comunicação (CHARAUDEAU, 2006, p. 67).

Estabelecer então o mesmo sentido para palavras e formações sintáticas a fim de assegurar que se está falando do mesmo objeto, com os mesmos valores. O professor norte-americano de comunicação Jhally (2006) coloca a linguagem como uma ferramenta desenvolvida pelo homem, e não como algo inerente a nós.

Por quê nós temos a linguagem? A linguagem não foi sempre uma parte do “vocabulário” de comunicação do que nós consideramos ser os ancestrais da espécie humana. Se a linguagem é o elemento chave do desenvolvimento da espécie humana dos nossos ancestrais primatas (e eu acho que é), e se o conteúdo da linguagem é sempre arbitrário (isto é, o resultado de um processo social e não dado por natureza), então a questão do poder e da comunicação está lá desde as nossas origens {...} Não nos esqueçamos que nossos ancestrais desenvolveram a linguagem como mecanismo de sobrevivência quando foram forçados a sair das florestas que estavam desaparecendo para as planícies (JHALLY, 2006, p. 2).

O processo social de desenvolver uma linguagem comum foi fundamental para que houvesse entre nossos ancestrais uma comunicação mínima com o objetivo de assegurar uma estratégia de sobrevivência. As falas que geraram um sentido comum formariam parte da cultura específica daquele grupo por partilharem dos mesmos valores. O antropólogo norte-americano Herskovits (1960) salienta a importância da cultura no estudo do ser humano. “O que diferencia as sociedades humanas das outras é que, apesar de o homem não passar de um entre os muitos animais sociais, é o único que tem cultura” (HERSKOVITS, 1960, p. 50).

Mais adiante, o mesmo autor faz a correlação da importância entre cultura e palavra.

Como, entretanto, só o homem é capaz de desenvolver e transmitir comportamento aprendido, suas instituições sociais mostram uma variedade e um grau de complexidade que não possuem as formas sociais de nenhuma outra *espécie* animal. Por sua capacidade de comunicar-se com seus companheiros nas formas simbólicas e conceituais da fala, só ele pode introduzir tantas variações até numa estrutura social tão básica como a família, ou o grupo local, como veremos ao fazer um estudo comparado das instituições sociais da humanidade (HERSKOVITS, 1960, p. 57).

A criação da linguagem, no entanto, é vista pelo filósofo alemão Nietzsche, apenas como um artifício para que o homem pudesse expressar suas emoções, estas sim, inerentes ao ser humano, como explica Marcondes Filho (2004).

Na origem da civilização, não está a fala, mas os sentimentos. Eles é que deram origem aos primeiros contatos entre humanos, e deles, como um *subproduto abstrato*, impessoal, neutro e desvinculante, surgiu a língua estruturada. No *início não havia o Verbo*, diz Nietzsche, mas a sensação. É a mesma interpretação de Rousseau: no início havia a paixão, foi ela que por meio da música, ditou as primeiras vozes. A primeira linguagem foi metafórica – o primeiro homem, vendo os outros e temendo-os, chamou-os de “gigantes”- surgindo depois a própria língua (MARCONDES FILHO, 2004, p. 83).

A tradição oral permeia a trajetória do ser humano. Desde o princípio no Éden, quando Adão e Eva recebem a ordem de Deus para não comerem do fruto da árvore proibida, a palavra está presente. Maria soube que iria ser mãe de Jesus pelo anjo da anunciação. Diz a Bíblia também que antes do pecado original, os homens podiam ver e falar com Deus. Havia comunicação direta. A perda desse privilégio é que vai gerar a busca de retomada do contato com a essência divina, pelo uso das religiões, que tentam reconectar o homem com Deus. Entram aí as orações, que menos pelo enunciado, e mais pela força de fé nelas impregnada, vão se tornar ponto fundamental nos rituais litúrgicos de qualquer religião, como simples oração ou como mantra repetitivo, palavras sagradas, recitadas, cantadas, em várias formas e formatos.

Palavras de cura e bênção, mas também de energia negativa para os momentos de raiva como as maldições e as blasfêmias. Todas são formas de utilização da palavra amplamente respeitadas pelo poder de transformação e sugestionamento que carregam. O filósofo alemão Cassirer (2000) descreve a relação profunda do homem primitivo com a natureza. Para ele, nossos ancestrais usavam da palavra para se comunicar com o ambiente.

O homem primitivo transfere esta primeira experiência social elementar à totalidade da natureza. Para ele a natureza e a sociedade não somente se acham conectadas pelos vínculos mais estreitos, como também se constituem, na realidade, em um todo coerente e inseparável, não existe nenhuma linha de demarcação que separe nitidamente os dois campos. A natureza mesma, não é senão uma grande sociedade da vida. Desde este ponto de vista, podemos compreender facilmente o uso e a função específica da palavra mágica. A crença na magia se baseia em uma convicção profunda da solidariedade da vida. Para a mente primitiva o poder social da palavra experimentado em inúmeros casos se converte em uma força natural e até sobrenatural. O homem primitivo se sente rodeado por toda sorte de perigos visíveis e invisíveis, que não espera vencer meramente por meios físicos. Para ele, o mundo não é uma coisa morta ou muda; ele pode ouvir e compreende. Para tanto, se os poderes

da natureza forem invocados de modo devido, não podem recusar sua ajuda. Nada resiste à palavra mágica, *carmina vel coelo possunt deducere lunam*³ (CASSIRER, 2000, p. 168).

Santos (2003) descreve o processo evolutivo da linguagem como sendo o momento em que surge a necessidade humana de se comunicar com o próximo.

É impreciso o momento em que o ser humano começou a criar mecanismos de comunicação e utilizar uma simbologia carregada de significação para interagir com seus semelhantes. É possível que o homem pré-histórico tenha iniciado o processo de comunicação dando respostas instintivas a partir de ruídos vocais (imitando sons da natureza) e movimentos corpóreos, que serviam para a emissão de mensagem simples (exteriorizando o frio, medo, fome ou alegria).

Há cerca de 55 mil anos teria começado a Idade da Fala e da Linguagem, quando o homem de cro-magnon (*Homo sapiens*) passou a controlar o aparelho fonador, utilizando a fala para se comunicar. Com a aprendizagem, ao longo das gerações, foram desenvolvendo sistemas de comunicação baseados em símbolos e sinais cada vez mais elaborados, formando mensagens mais complexas (SANTOS, 2003, p. 16).

Mais adiante – na história da civilização humana, ainda segundo a Bíblia - os seres humanos seriam novamente castigados pela insolência de quererem construir a torre de Babel que os levaria aos céus. É interessante notar que o castigo não é físico, destrutivo ou de dor, mas sim de isolamento. Semeando o desentendimento entre todos os homens ali presentes pela criação de vários idiomas, Deus fez a comunicação e o entendimento desaparecerem, pois não era mais possível se comunicar por uma única linguagem, sendo este um castigo supremo.

Sem comunicação entre os diversos grupos, o homem estaria predestinado a se juntar aos seus semelhantes – aqueles que partilhassem do mesmo entendimento verbal - e entraria em diáspora, enfraqueceria a raça e criaria antagonismos pela falta de entendimento. A primeira segregação humana de que se tem notícia veio então – de acordo com os criacionistas - da divisão pela oralidade, pela falta de unicidade verbal e, portanto, do entendimento único do mundo e não por diferenças de raça, credo ou cor.

Citelli (2006b) coloca a palavra, e, por conseguinte, a comunicação, com todas as suas funções como sendo fundamental para o ser humano.

³ Tradução livre: Com as palavras posso tirar a lua do céu.

Fora da metáfora bíblica, os lineamentos culturais, os imperativos do comércio, os apelos da razão e dos afetos configuraram um ciclo de oralidade primária, secundária e de escrita que colocou a palavra e suas lógicas de estruturação no centro da existência humana. Entenda-se por oralidade primária a circunstância em que a única e exclusiva maneira de enunciar a palavra é pelo recurso oral, pelo acionamento dos sons gerados no aparelho vocálico/fonador e dirigidos à audição (CITELLI, 2006b, p39).

Jhally (2006) afirma ser preciso estudar as condições materiais e sociais nas quais a comunicação se processa para se poder entender diversas situações onde a linguagem é fundamental.

“Logo quando eu comecei a ensinar, eu costumava retroceder bem lá para trás, até a Idade da Pedra em termos de observar a comunicação. Se comunicação for sempre a respeito de poder, se comunicação for sempre a respeito de construir o mundo e se comunicação for sempre a respeito de comunicação simbólica, então nós temos de olhar para as condições sociais e materiais que são os seus aspectos determinantes” (JHALLY, 2006, p. 2).

Se o indivíduo usa a linguagem para comunicar aos outros as suas emoções, os sentimentos da alma, em um nível mais profundo, ou suas imediatas necessidades materiais, a não comunicação significa o não ser reconhecido, não existir, não poder expressar suas potencialidades. Assim, os seus desejos e frustrações - sem a palavra - servirão apenas para se acumular dentro de si.

Isolar uma pessoa da comunidade e impedir sua convivência era também um ato praticado pelos atenienses e usado como castigo aos políticos que fizessem manobras visando a supressão das liberdades. O voto era dado dentro de uma concha de ostra. O ditado popular, “ninguém lhe dá ouvidos” reflete o estigma de não poder se comunicar ou não encontrar quem o escute. A contrapartida - poder dizer tudo que se tem vontade, se comunicar plenamente - causa uma enorme satisfação.

Se essa comunicação interpessoal é efetiva ou não, o fato é que as redes de comunicação não têm feito outra coisa que não seja se expandir pelo mundo afora, já que a troca de informações em escala sempre ascendente é essencial para as atividades do ser humano, sejam comerciais, religiosas, políticas, legais ou ilegais. Cabos telefônicos submarinos, telex, telégrafo, satélites, imprensa escrita ou ondas de rádio, são versões contemporâneas das pinturas rupestres, das lajotas gravadas da

Mesopotâmia, dos papiros egípcios e seus hieróglifos ou do primeiro maratonista, Fidípides que percorreu grande distância para comunicar fatos da guerra. Todos são aspectos diversos do homem que necessita se comunicar para validar sua existência.

2.2 A força da palavra

Uma das buscas essenciais do ser humano é a da identidade. Saber quem somos e o que estamos fazendo neste planeta, são algumas das questões que fazem parte da nossa existência. A comunicação entre os seres humanos está permeada por nossas experiências pessoais, revelando um processo em que a troca de informações pode apresentar atalhos que nos levem às respostas que tanto procuramos. Somos atraídos por temas que nos tocam mais fundo do que as questões triviais diárias. No entanto, somos refratários a enunciados que nos causem estranhamento. Erguemos barreiras comunicativas e escutamos sem ouvir. Transpor essa resistência e sensibilizar o receptor para que a mensagem encontre eco, significa ganhar a adesão para a causa do enunciadador. Esse é o princípio das religiões, das idéias políticas, de todo ser humano que necessita romper resistências e converter as pessoas para a sua causa. Esse processo de persuasão passa pelo controle da retórica, e controlar o processo comunicativo significa poder, conforme expõe Jhally (2006).

O modo como eu vejo porque eu estudo comunicação é que comunicação é um processo social fundamental. Eu acho que somos seres humanos porque nos comunicamos. Nossa habilidade de contar uma história – e de contar a *nossa* história – é essencial para nós como seres humanos. Isto é fundamental para a construção da nossa identidade, portanto parte do que significa ser humano. Comunicação é uma parte do que é natural de ser humano. A questão então é: Quais são as *condições* para a comunicação? Quais são os contextos dentro dos quais a comunicação se estabelece? É por isso que você nunca pode separar a comunicação do poder. Mesmo quando a linguagem começou, você começou a ter monopólios de conhecimento em torno desta habilidade rapidamente (JHALLY, 2006, p. 2).

O uso da retórica pelos gregos antigos foi visto durante muito tempo como uma das mais altas qualidades culturais em um ser humano. O dom de articular e defender um ponto de vista era de domínio exclusivo dos mais letrados. Havia poder em ter o dom da retórica segundo afirma Citelli (2006a).

Pela própria natureza do estado grego, tornava-se imperativo para certas camadas sociais dominar as regras e normas da boa argumentação. O exercício do poder, via palavra, era ao mesmo tempo uma ciência e uma arte, pois estavam implicados o conhecimento das técnicas persuasivas e o modo de melhor dizê-las; explorar a amplitude convincente do discurso significava a possibilidade de formação de consensos de mando. É compreensível que surgissem, nessas circunstâncias, as primeiras sistematizações e reflexões acerca dos problemas envolvidos com a linguagem verbal (CITELLI, 2006a, p.9).

Um desses problemas foi o excesso de eruditismo que terminou transformando arte dos sofistas em linguagem empolada e causando distanciamento no ouvinte, exatamente o efeito oposto do que se buscava. Por muito tempo a retórica ficou associada à arte de iludir as pessoas pelas palavras, chegando inclusive a ser banida das escolas francesas.

O fascínio e o poder das palavras pela capacidade de estimular o imaginário tem representações históricas em diversas culturas. Hoje ela nos atinge por uma gama variada de mídias, mas sua essência continua a mesma, seja na conversa direta, seja no enunciado televisivo. Este, mesmo apoiado por imagens, vai gerar individualmente uma percepção das histórias que estão sendo contadas e construir internamente uma outra percepção dos acontecimentos.

Até alguns milênios atrás, a comunicação humana era, portanto, via oralidade primária, se considerarmos que a comunicação de massa se propaga efetivamente a partir da segunda metade do século XIX.

A necessidade de perpetuar cultura e conhecimento levaria à criação de narrativas impregnadas de drama e emoção. Uma delas, contida nas 1001 Noites – um compêndio de histórias de origem oriental transcrito pelos árabes - fala de Sheherazade, a jovem que sobrevive a cada dia, conseguindo entreter seu marido e senhor, o sultão Schariar, com histórias interessantes e intermináveis. O sultão, que já não acreditava na fidelidade das mulheres, resolve então desposar a cada noite uma nova virgem do reino, para no dia seguinte mandar matá-la, assim ele não correria o risco de ser traído. Essa situação trouxe imensa dor para os habitantes do reino, até que uma mulher chamada Sheherazade, que tinha o dom de contar histórias, candidata-se a ser sua próxima esposa. De acordo com Costa (2002), essa narrativa

demonstra o enorme potencial da utilização da palavra pela criação da magia, do encantamento e da abstração.

Sheherazade, filha de um grão-vizir súdito de Schariar, era moça preparada, muito lida e instruída, e de uma memória prodigiosa. Conhecia filosofia, ciência e arte, e fazia as poesias mais famosas de seu tempo. A moça resolve salvar o reino através de um plano bem arquitetado – ela se oferece como esposa ao sultão e, na noite de núpcias, inicia o relato de uma de suas interessantes e curiosas histórias. O dia nasce e a novela não termina. Schariar, desconsolado, pede-lhe o desfecho da trama, mas o sol vai alto e o chefe deve levantar-se para dirigir o reino. Decide então adiar a execução da esposa, para que ela possa, na próxima noite, terminar a história.

A mesma estratégia se repete, e por um milhar de noites Sheherazade entretém o sultão com sua habilidade em criar narrativas bem construídas, interrompidas no momento de maior tensão. Cada uma corresponde a um dia que ela ganha de vida. Ao final de centenas de histórias, apresenta ao sultão os filhos que tivera com ele durante esse tempo, sem que ele sequer se desse conta. Ele recupera a confiança nas mulheres e suspende a sentença de morte, vivendo então uma união feliz com a contadora de histórias.

Esse proêmio é muito proveitoso para qualquer pesquisador que se interesse por narrativas, pois nos mostra um dos mais importantes aspectos da ficção – a capacidade de transformar a realidade, seja atuando sobre a subjetividade do ouvinte, seja agindo sobre a vida de um grupo social. As histórias de Sheherazade criaram um hábito, estabeleceram laços, selaram relações e deram forma a um universo imaginário compartilhado (COSTA, 2002, p. 20).

Assim como o sultão queria saber o desfecho da história que nunca acabava, pois estava emocionalmente ligado a ela, também no homem moderno foi inculcada a necessidade de estar a par das últimas notícias, para que seu emocional satisfaça a necessidade de informação. Estar informado, saber o que aconteceu, faz parte do conforto psicológico de imaginar que pertencemos a uma sociedade com os mesmos valores que outros milhares de pessoas criando a ilusão de uma identidade maior, de ver nossos anseios e alegrias partilhadas pelo vizinho, pelo colega de trabalho ou de escola. Tudo isso revalida a idéia de pertencer a uma cultura, como retrata Costa (2002) e não de estar à margem dela.

Mas, além de traduzir essa oposição dialética entre interioridade e exterioridade, entre subjetividade e objetividade, a linguagem permitiu ao homem compartilhar com os outros as impressões obtidas a partir de sua experiência vivida e processada internamente. Assim se constituiu a cultura, que é, na definição de Gertz, o compartilhamento de significados relativos ao mundo e aos homens que dele fazem parte. As diversas formas de discurso e os diferentes usos da linguagem buscam criar simultaneidade e sintonia entre o

homem e o mundo que o rodeia e entre ele e os outros homens, como pontes capazes de unir realidades autônomas e isoladas (COSTA, 2002, p. 11).

Num primeiro momento, para que a informação possa ser comunicada, é preciso haver uma linguagem que a transporte – ou sirva como suporte - e então caberia perguntar: por que o emissor quer transmitir algo ao receptor? No caso de Sheherazade a resposta é clara: para entreter o sultão, ganhar tempo, salvar sua própria vida e a de outras mulheres. No caso dos grandes conglomerados de mídia, com jornais, rádios e emissoras de TV em sintonia com a mesma mensagem, as motivações e os resultados são bem mais complexos de acordo com a análise de Blásquez (1999).

A profissão do comunicador tende a se converter num assunto exclusivamente empresarial e mercantil. O ideal da verdade cede a primazia ao lucro e ao *status* social como forma de poder. Nota-se uma virada ética consistente na aliança progressiva dos *media* com as estruturas do poder econômico, político e ideológico. Isso acarreta um distanciamento proporcional em relação aos genuínos interesses do público em geral, sempre o grande perdedor, constantemente enganado (BLÁSQUEZ, 1999, p. 12).

O genuíno interesse do público seria o acesso às informações mais relevantes e desprovidas de manipulações ideológicas, que possibilitariam um contato mais próximo com a realidade que o cerca. Esse conhecimento geraria um controle mais profundo dos processos decisórios que o afetam pois viria a estimular a discussão, a análise e a argumentação, para que o indivíduo, em última instância, pudesse tomar as decisões que mais lhe conviessem sobre sua vida.

Até certo ponto, as tensões sociais podem ser controladas pelo fluxo das informações. Políticos e aspirantes a todas as formas de poder conhecem profundamente as vantagens de se ter acesso aos veículos de comunicação em massa. No entanto, o ato de informar é visto cada vez mais com descrédito por Blásquez (1999), pois quanto mais a população conhece os mecanismos de persuasão, mais ela se desencanta.

A decepção do público transforma-se em indignação à medida que as técnicas de persuasão utilizadas para influenciar a opinião pública tornam-se conhecidas, tais como a falsificação da realidade via imagens manipuladas, silêncios propositados sobre injustiças flagrantes e toda sorte de manipulações,

cujo clímax é a “desinformação”. Os analistas mais imparciais compartilham amplamente a mesma opinião: hoje em dia a televisão é o meio massivo mais eficaz para criar opinião pública e para impor estranhos modelos de conduta (BLÁSQUEZ, 1999 p. 13).

Se colocarmos os meios de comunicação sob o prisma da análise de Citelli (2006b), chegaremos à conclusão de que a linguagem não é usada pelos meios de comunicação em massa apenas como instrumento de entendimento puro, que capta os fatos no momento exato e na proporção que aconteceram como se fosse uma foto e os relata à uma multidão que acreditará estar presenciando a verdade. O processo lingüístico embutido no discurso revela uma construção de verdade, fruto de opções ideológicas evidenciada pela escolha das palavras.

Ao movimentar o mundo das palavras, os veículos de comunicação fazem mais do que lançar mão de um mediador técnico capaz de apresentar pensamentos ou embelezar idéias. Trata-se, antes de tudo, de criar alternativas e escolhas facultadas por este ou aquele termo, esta ou aquela maneira de elaborar o enunciado, e, por decorrência, a informação, o conhecimento, em casos-limite, o saber. Parte destes procedimentos pouco afeitos à ingenuidade de identificar na palavra apenas um nomeador de coisas são as estratégias de persuasão e convencimento que darão suporte à elaboração/manutenção/reformulação de entendimentos e compreensões, crenças e valores, jogos de revelação e ofuscamento das ideologias, mecanismos que acentuam ou obscurecem interesses, compromissos com grupos e classes: num termo, a inocência recebe como presente um sonoro grito de adeus. Termos como neutralidade, distanciamento, objetividade precisam ser vistos com cuidado e parcimônia se atentarmos para o fato de que *a linguagem verbal é ao mesmo tempo constituinte dos sujeitos, mediadoras das relações entre seres humanos e deles com a sociedade, registro da presença de tensões ideológicas, arena onde são travadas as lutas envolvendo desde diferentes interesses de grupos e classes, chegando às formas de mando e construção de poder* (CITELLI, 2006b, p. 41).

Tais modelos de conduta podem ganhar proporções significativas quando se fala nas relações entre consumo e ambiente. O estímulo ao consumismo desenfreado, orientado pelas conexões que as publicidades oferecem entre a felicidade e o ato de comprar, está na direção inversa da necessidade de se compreender que o aumento na emissão de gases poluentes, de lixo não reciclável, de desmatamento e aquecimento global, são resultados diretos de um estilo de vida que cada vez mais se apresenta como insustentável para o planeta.

Os filósofos gregos, de acordo com Platão (1997), já haviam manifestado preocupação sobre o conteúdo do discurso, sabendo de sua importância na formação do caráter dos jovens ao orientar os escritores para que escrevessem histórias que julgassem de bom conteúdo e também as mães - centros de contato de direto com as crianças – sobre o que transmitir oralmente.

Sócrates – “Sendo assim, vamos permitir, por negligência, que as crianças ouçam as primeiras fábulas que lhes apareçam, criadas por indivíduos quaisquer, e recebam em seus espíritos opiniões quase sempre contrárias às que devem ter, em nosso entender, quando forem adultas?”

Adimanto – “De forma alguma permitiremos”

Sócrates – “Portanto, parece-me que precisamos começar por vigiar os criadores de fábulas, separar as suas composições boas das más. Em seguida, convenceremos as mães e as mães a contarem aos filhos as que tivermos escolhido e a modelarem-lhes a alma com as suas fábulas, muito mais do que o corpo com as suas mãos{...} Mas a maior parte das que elas contam atualmente devem ser condenadas” (PLATÃO, 1997, p. 64)

Analisar o conteúdo da mensagem jornalística pode ser um poderoso instrumento para se entender um dos elos na formação do processo da cadeia decisória de atitudes individuais, que como um todo terá forte impacto no ambiente. Quando o JN pretende mostrar sua preocupação com os problemas ambientais é necessário estabelecer qual o contexto em que ele está inserido do ponto de vista sócio-político e empresarial para que possamos colocar a análise de suas notícias dentro de uma perspectiva acadêmica.

2.3 A comunicação em massa

A história da comunicação pode ser dividida em dois períodos. Antes e depois da escrita. O primeiro período, designado de oralidade primária é todo amparado no relato pessoal e conta apenas com a memória como forma de registro. A chegada da escrita vai mudar esse posicionamento do homem frente à informação. A possibilidade de registrar e arquivar o conhecimento abre uma nova era. Se por um lado o saber poderia ser ampliado e comparado, por outro lado possibilitaria também o compartilhamento da informação, o que significaria repartir uma das formas de poder. Santos (2003) afirma

que “no Egito, os escribas eram os únicos detentores do conhecimento para ler e escrever os ideogramas”.

Para evitar a perda desses privilégios, a alfabetização seria limitada à nobreza, aos religiosos e militares, o que em um primeiro instante, pode ser visto como a primeira onda da “não comunicação” em massa. Mesmo com a invenção da imprensa de Gutenberg – que possibilitaria a reprodução mecânica dos textos e um maior alcance de divulgação – o controle dos livros permaneceria nas mãos da elite. Somente com a chegada da Revolução Industrial e a mudança nos paradigmas da chamada civilização moderna, é que se impôs a necessidade de se comunicar com as massas, agora concentradas nas cidades onde se localizavam as indústrias e proporcionando como resultado o êxodo rural.

Assim como a oralidade primária termina com a invenção da escrita, a comunicação interpessoal vai ceder lugar à chamada comunicação de massa, com a chegada de novos meios de produção e disseminação. Santaella (1996) vê nos jornais o primeiro movimento mais firme na direção de centralizar a comunicação em poucos meios.

Embora o livro impresso tenha sido o primeiro veículo de massa, foi o jornal que deu início às características da cultura das mídias que, embora não esteja separada das outras formas de cultura que coexistem nas sociedades modernas, apresenta características singulares e uma especificidade que lhe é própria. Dentre esses caracteres, cumpre por em evidência o fator de provisoriedade que parece ser a mola-mestra da cultura das mídias em oposição à durabilidade e permanência que caracterizam as formas mais tradicionais de cultura (SANTAELLA, 1996, p. 35).

Ainda assim esse processo seria bastante lento. Boorstin (1987) relata como o conceito de periodicidade e a pressa de se obter notícias eram diferentes quando surgiu o primeiro jornal dos Estados Unidos.

Quando o primeiro jornal americano “Ocorrência Públicas, Estrangeiras e Domésticas” de Bejamim Harris, apareceu em Boston no dia 25 de setembro de 1690, ele prometia fornecer notícias uma vez por mês. Mas o editor explicou que ele poderia aparecer com mais frequência “se uma fatura de eventos acontecesse (BOORSTIN, 1987, p. 7).

A mudança na maneira de se obter informação vai operar uma profunda transformação na história do homem. A Reforma de Lutero foi anunciada com um manifesto pregado na porta da Catedral de Wittenberg, na Alemanha, e gerou um cisma dentro da Igreja Católica que perdura até hoje, embora sua amplitude fosse inicialmente limitada aos habitantes locais.

Se no início da linguagem ter o domínio da palavra significava poder, depois, o controle de acesso em massa às pessoas passava a ser a nova ordem a ser perseguida, redefinindo as estratégias do poder. Guareschi (1991) acredita que a imprensa não seria o chamado quarto poder depois do Executivo, Legislativo e Judiciário (na democracia) ou do Estado, Igreja e Exército (na ditadura), mas sim o primeiro por ser o mediador entre todos eles em suas relações com o ser humano e, por conseguinte, ter a capacidade de mudar conceitos e opiniões.

Já se tornou lugar-comum dizer que a comunicação é o quarto poder. Esta afirmação – parece-nos – só seria falsa não pelo fato de a comunicação não ser um poder, mas pelo fato de que ela não seria o quarto, mas sim o primeiro e o mais forte dos poderes.

À medida em que se pesquisa e reflete sobre o tema da comunicação, vamos nos dando conta da realidade “misteriosa”, presente nesse fenômeno. Não entendemos aqui “misterioso” no sentido de sobrenatural ou religioso, mas no sentido de desafio de algo que se constitui na própria essência da coisa, essa realidade última que é sempre invisível, intocável, inefável. Percebemos o quanto ainda precisamos pesquisar e discutir essa realidade para podermos compreender um pouco mais de sua significação e de sua importância. Somente assim ela deixará de ser “misteriosa” – e por isso mesmo poderosa e escravizadora, seja qual esfinge que devora os incautos e os despreparados - e poderá ser decifrada, libertada, colocada a serviço da democracia e do bem-estar de toda a população (GUARESCHI, 1991, p. 13).

Compreender os processos comunicativos e suas conseqüências é motivo de preocupação constante. Em 1938, o cineasta e radialista Orson Welles levou ao ar nos Estados Unidos numa noite de *Halloween*, (Dia das Bruxas) um programa radiofônico chamado “A Guerra dos Mundos” em que insinuava que a Terra estaria sendo invadida por marcianos lavando milhares de pessoas ao pânico. A repercussão foi enorme, e as conseqüências também. Estava terminando ali, com qualquer resquício de inocência a possibilidade de se comunicar com milhares de pessoas ao mesmo tempo sem medir a força na mensagem de suas palavras. Para evitar novas situações como essa, a carteirinha do *Federal Communications Commission* - FCC (órgão do governo norte-

americano que regulamenta as transmissões radiofônicas) traz uma advertência em seu verso: “É ilegal transmitir comunicação falsa ou enganosa por rádio”. No entanto, essa proibição não evitaria que brincadeiras fora de hora fossem transmitidas.

No dia 11 de agosto de 1984, o presidente norte-americano Ronald Reagan em campanha para a reeleição, preparava-se para dar uma entrevista de rádio em cadeia nacional. Enquanto os técnicos ajustavam os volumes, anunciou, em plena Guerra Fria, que: “estava satisfeito em anunciar que havia assinado uma legislação que iria banir a Rússia para sempre e que o bombardeio começaria em cinco minutos”. Ao perceberem a gafe, os agentes de segurança trataram de cortar a transmissão, enquanto diplomatas acionavam o famoso telefone vermelho que fazia a comunicação entre Washington e Moscou para situações de emergência para que o gracejo não tomasse proporções de verdade com consequências devastadoras. Os soviéticos certamente estavam ouvindo e a falta de persuasão evitou uma crise nuclear

Se essa notícia tivesse ocorrido em caráter interpessoal certamente não teria tido a mesma repercussão e nem teria as mesmas implicações devido a inúmeros fatores como expõe Santaella (1996).

Na comunicação pessoa a pessoa, face a face, o emissor e receptor podem ir ajustando, passo a passo, as diferenças de níveis entre os códigos culturais e os repertórios de signos que são ou não compartilhados. Esse ajustamento tende a aumentar o grau de controle sobre a informação que é transmitida no ato comunicativo. O mesmo não ocorre nos processos de comunicação de massa, de modo que muita informação não controlada e não intencionada pode chegar aos receptores à revelia do emissor (SANTAELLA, 1996, p. 33).

Para os norte-americanos, a grande expansão dos veículos de comunicação em massa acontece por uma simbiose de fatos importantes e novas tecnologias em várias áreas e que acabariam por se entrelaçar. A Guerra Civil nos Estados Unidos e depois a guerra com a Espanha gerariam a necessidade de uma maior rapidez nas informações. Essas notícias que afetavam um grande número de pessoas, em conjunção com uma série de invenções como explica Boorstin (1987), terminaram por operar a chamada Revolução Gráfica que levaria os norte-americanos a terem em menos de um século, a passagem da informação visual via daguerreótipo – espécie de fotografia primitiva em

que se obtinha imagem por meio de uma reação química em uma chapa de cobre - para a televisão. Antes disso, o telégrafo já havia se estabelecido como fonte de informação jornalística a partir de 1830.

A fotografia em chapa-seca chegou em 1873; Bell patenteou o telefone em 1876; o fonógrafo foi inventado em 1877; o rolo de filme pareceu em 1884; a (câmera) Kodak No 1 da Eastman foi produzida em 1888; a patente do rádio de Edison veio em 1891; os filmes apareceram e a voz foi transmitida pelo rádio por volta de 1900; a primeira convenção política nacional transmitida amplamente pelo rádio foi a de 1928; a televisão se tornou comercialmente importante em 1941 e a televisão em cores ainda mais recentemente (BOORSTIN, 1987, p. 13).

A interligação destas diversas invenções criariam uma rede de informações sem precedentes na história da comunicação humana. Um disco poderia ser comprado por milhares de pessoas e ouvido por milhões que tivessem um aparelho de rádio em casa. A divulgação poderia ser feita pelos jornais, com fotos do artista. Este, por sua vez, poderia se tornar astro do cinema, como foi o caso de Frank Sinatra entre muitos outros, ou então da televisão. A quebra de uma safra de trigo poderia afetar a cotação na bolsa de cereais de Chicago tão logo a informação por telégrafo fosse enviada. Em caso de dúvida, uma ligação telefônica resolveria o problema. Só podemos especular quanto tempo levou para que o Brasil soubesse que D. João VI havia aportado no Rio de Janeiro em 1808, que ficamos independentes de Portugal em 1822, que os escravos já não deviam obediência em 1888 ou que nos tornamos uma República em 1889.

A chegada de todas essas invenções traria também problemas de outra ordem. Quem iria controlar as possibilidades de comunicação que se apresentavam? De acordo com Boorstin (1987), os jornais nos Estados Unidos já eram de propriedade de gigantes do ramo “como James Gordon Bennett, Joseph Pulitzer e William Randolph Hearst que intensificaram a corrida por notícias e a circulação de jornais”.

A uniformidade não só do pensamento, mas também de padrões de comportamento, era uma premissa fundamental para que os novos valores advindos da revolução industrial se transformassem em normas sociais de utilização do tempo, separação entre lazer e trabalho, eficiência, ética do trabalho e respeito às hierarquias constituídas. Tudo isso para que houvesse continuidade nos modelos de produção e os lucros pudessem ser otimizados. O contrário dessa equação: greves, anarquismo,

reivindicações sociais, salariais e de segurança se apresentavam como ruptura indesejável e seriam severamente punidas e estigmatizadas. Era necessário que se criasse o consenso de um padrão de comportamento social aceitável com um forte conteúdo moral.

Embora a idéia de um pensamento unificador não fosse original, ele se tornaria possível, graças às novas tecnologias que estavam sendo criadas. A censura, explícita ou disfarçada, seria parceira indispensável nessa ordem de uma voz e um pensamento. Com as massas urbanas cada vez maiores, o controle social não poderia ficar à mercê de aventureiros ideológicos.

Esse domínio da informação por uma elite que cria conceitos hierárquicos a seu próprio serviço e baseados em seus próprios valores com a exclusão da maioria, é visto por Chomsky (1997) como um processo totalmente controlado e consciente, baseado no estudo do ensaio de Walter Lippman, “Uma Teoria Progressista do Pensamento Liberal Democrata”.

Ele dizia que o que chamava de uma “revolução na arte da democracia” poderia ser usado para “produzir consenso”, ou seja, conseguir a concordância da população para coisas que ela não quer, com a utilização das novas técnicas de propaganda. Ele também achava que isso era uma idéia não só boa como necessária. Necessária porque, segundo expunha, “os interesses comuns confundem completamente a opinião pública” e só podem ser compreendidos e administrados por uma “classe especializada” de “pessoas responsáveis” suficientemente espertas. Esta teoria afirma que apenas uma pequena elite, a da comunidade intelectual de que falavam os seguidores de Dewey, pode entender questões do interesse comum que nos afetam e que “confundem a população em geral”. Esta é uma visão que nos remete a centenas de anos atrás (CHOMSKY, 1997, p. 10).

A chegada de novos meios de comunicação em massa como o jornal e o rádio, vêm então responder a um anseio de poder da burguesia que era o de oferecer pertencimento, um valor buscado desde que a maioria da população rural migrou para a cidade e tentava se identificar como urbana e participante, não como mera espectadora. Até o século XIX, o correio americano não era obrigado a entregar correspondência nas áreas rurais, criando assim um cidadão que se sentia – justificadamente – como de segunda categoria. Ter acesso à informação passa a ser símbolo de *status*. Uma das características culturais desta etapa seria a falsa suposição de que ao compartilhar da mesma informação com o resto da população a sensação de

se fazer parte de um grupo mais amplo que o círculo familiar traria maior segurança no pertencimento, no estabelecimento de uma identidade urbana ou nacional.

Costa (2002) identifica uma série de fatores na formação deste desenho cultural urbano.

Mas foi a indústria cultural que viu nesse patrimônio um espaço privilegiado de atuação. Nas cidades, a partir da Revolução Industrial, havia se concentrado uma população heterogênea e plebéia que deixava o campo por causa das transformações que o capitalismo introduzira na sociedade agrária - o trabalho livre e remunerado e a máquina {...} O processo de constituição dessa cultura de massa foi lento e dependeu de inúmeros fatores, como o desenvolvimento das nações e a necessidade de criar entre os cidadãos um sentimento de pertencimento conhecido por nacionalismo. Fator igualmente forte foi o desenvolvimento tecnológico - não só da prensa como das fábricas de papel e da energia elétrica, que tornou as cidades mais seguras e as noites propícias ao entretenimento (COSTA, 2002, p. 40).

Estavam sendo criadas duas novas categorias: a dos informados e alfabetizados com algum poder de decisão e a dos analfabetos que viviam à margem do centro decisório do poder. Essa classe aparentemente privilegiada culturalmente, não sabia – e talvez não saiba até hoje – que estava sendo usada como massa de manobra por uma elite, que controlava não só a economia, a política e a religião, mas os fatores que determinariam as verdades dentro de cada um. Impossibilitados de usar a força continuamente, pois isto causaria um enorme desgaste moral, físico, político e financeiro, o sistema utilizado pelos controladores do poder consiste em balizar a população para dentro de conceitos e idéias que a fizesse agir de modo a sustentar o modelo vigente, acreditando que estava na verdade agindo em defesa de seus próprios interesses. Ainda Chomsky (1997).

Naturalmente, quem desenvolve tais idéias sempre se inclui nesse pequeno grupo e decide o que fazer a respeito de *todos os outros*. Os outros, os que estão fora do pequeno grupo, a grande maioria da população, são os que Lippmann chamava de “o rebanho assustado”. Devemos nos precaver do “clamor das ruas e de ser pisoteados pelo rebanho assustado”. Existem duas “funções” numa democracia. A classe especializada, dos homens responsáveis cuida da função executiva, o que significa que tratam de pensar, planejar e entender os interesses comuns. Há ainda o rebanho assustado, que tem uma função na democracia. Sua função, segundo Lippmann, é a de ser “espectador” e não participante na ação. Mas, por ser uma democracia, tem mais uma função. Ocasionalmente lhe é permitido emprestar seu apoio a um ou outro membro da classe especializada. Em outras palavras, ela é autorizada a dizer: “queremos você para ser nosso líder” ou “queremos você para ser nosso líder”.

Acontece assim porque estamos numa democracia e não num estado totalitário. Isto se chama eleição (CHOMSKY, 1997, p. 12).

Para conseguir manter o rebanho assustado dentro dos parâmetros de comportamento desejados, socialmente ordenado, é preciso estabelecer valores comuns ao maior número possível de pessoas. Nesse ponto, os meios de comunicação em massa se tornam bastante efetivos. Quando um ministro da saúde entra em rede de rádio e televisão para desmentir que haja um surto de febre amarela no país ou que tomar mais de uma dose da vacina pode ser prejudicial à saúde, é impossível saber quantas pessoas acreditam na mensagem, pois existe uma refração em relação a pronunciamentos oficiais e uma alta dose de desconfiança. No entanto, se esta ou qualquer outra mensagem fosse disseminada de modo menos ostensivo, dentro de uma novela por exemplo, certamente as barreiras de resistência poderiam ser contornadas. O rebanho assustado gosta de se acreditar independente em suas escolhas.

2.3.1 Processo de comunicação e *agenda setting*

Marcondes Filho (2004) mostra que apesar de todo o aparato tecnológico desenvolvido pelo homem – sobretudo nos últimos cem anos – a comunicação continua a ser um problema, apesar do aumento da rede tecnológica. Facilitar o acesso individual ou em massa é apenas uma parte do processo comunicativo.

O pesquisador Gregory Bateson e seus colegas do Colégio Invisível, nos Estados Unidos, têm uma frase radical: “Não dá para não comunicar”. Viver é estar comunicando, emitindo sinais, demonstrando participar do mundo. E, no entanto, apesar dessa presença, em toda parte, apesar do excesso de comunicação e, talvez mesmo, por causa dele, as pessoas continuam a achar que não há compartilhamento, que não há troca, que é difícil passar ao outro o que a gente sente, como a gente sente, as coisas que estão dentro da gente. As pessoas continuam a achar que sua maneira de ver o mundo, seus sentimentos, suas angústias, suas alegrias são fatos internos, íntimos, *incomunicáveis*. Que, apesar do volume imenso de aparelhos postos à nossa disposição – televisão, Internet, telefone celular, aparelhos de transmissão de fax, telões etc. – a vida de cada um ainda é uma caixinha fechada, um universo oculto, um mundo trancado (MARCONDES FILHO, 2004, p. 7).

A própria complexidade do ser humano, com suas diferentes necessidades sociais e culturais, torna impossível a utilização de uma única visão do meio técnico para a comunicação. Televisão nos EUA pode ser entretenimento, no Brasil, fator de integração nacional e cultura, no Afeganistão dos Talebans ela é banida. De qualquer modo, Santos (2003) reitera a fundamental necessidade do ser humano de se comunicar e suas diversas finalidades, alertando, porém, que em uma primeira análise a mensagem está sempre impregnada de interesses nem sempre óbvios.

O ato da comunicação pode ser comparado ao da respiração: o ser humano não pára de se comunicar, mas poucas vezes dá-se conta disso. Processo ininterrupto, complexo e multifacetado, a comunicação apresenta desafios teóricos e metodológicos aos pesquisadores que se dispõem a entendê-la. Estudar a comunicação é ao mesmo tempo, um empreendimento fascinante e complicado.

Mas, afinal de contas, o que significa “comunicação”? Muito mais do que a mera troca de informações, os processos comunicativos abarcam a utilização (e, muitas vezes, a criação) de códigos, a interação dos indivíduos, o emprego de tecnologia e a intersecção com normas culturais e sociais. Esses processos também são permeados de ideologias (visões do mundo) e são fundamentais nas relações de poder.

O ser humano emprega a comunicação para expressar idéias e sentimentos, orientar-se, coagir, narrar histórias, persuadir, exercer controle, conectar-se ao mundo, manipular, transmitir conhecimento, organizar seu pensamento e suas atitudes. A comunicação pressupõe sempre alguma forma de interação entre os seres humanos (SANTOS, 2004, p. 9).

Para haver comunicação é necessário um agente emissor e um receptor, além da informação a ser transmitida. Na comunicação pessoal a informação se dá de maneira direta, na comunicação em massa, passa inevitavelmente por um intermediário, a mídia. Santaella (1996) descreve o processo comunicativo atentando para a necessidade do grupo de partilhar o mesmo código para que a comunicação seja efetiva.

De um modo geral, pode-se dizer que, onde quer que uma informação seja transmitida de um emissor para um receptor, tem-se aí um ato de comunicação. Não há, portanto comunicação sem informação. Mas não há também transmissão de informação sem um canal ou veículo através do qual essa informação transite, assim como não há comunicação ou ligação entre um emissor e um receptor se estes não compartilharem, pelo menos parcialmente, do mesmo código através do qual a informação se organiza na forma de mensagem (SANTAELLA, 1996, p. 31).

A interligação entre os diversos meios de comunicação em massa tem possibilitado uma aparente diversificação das informações, quando ocorre na verdade o contrário. Ao acessarmos a internet ou escutarmos as notícias no rádio, veremos que a maior parte do conteúdo é sempre igual. Isso acontece porque alguns grandes grupos controlam a captação, distribuição e veiculação da informação. Para Jhally (2006), é preciso não se deixar contaminar por uma idéia de mundo natural das comunicações e lançar um olhar bastante crítico antes de aceitar qualquer modelo de informação que esteja sendo oferecido.

Eu acredito que o papel dos professores é o de dar aos estudantes as ferramentas que eles precisam para serem capazes de negociar um mundo complexo e dar a eles as ferramentas que necessitam para estarem no comando desse mundo – para serem participantes ativos em vez de recipientes passivos das ações de outras pessoas. Então o que eu quero sempre enfatizar quando ensino é que o mundo em que nós vivemos é um mundo criado, que foi construído por alguém e que não existe tal coisa como uma versão “natural” do mundo. O mundo em que vivemos não caiu totalmente formado dos céus. É sempre criado por alguém, e, portanto, a questão do *poder* é que é o central em como nós analisamos o mundo (JHALLY, 2006, p. 1).

Quando as distâncias começam a ser encurtadas pelas necessidades crescentes do comércio nos Estados Unidos do século XIX, informações de todo tipo passaram a ser valorizadas pelo poder de orientar e gerar negócios, ganhando amplitude e rapidez. Criadas inicialmente por razões financeiras, as redes de informação se alastrariam rapidamente percebendo que a notícia, fosse de esportes, política ou de guerra, poderia também se tornar uma *commodity*. A escala de poder na comunicação em massa pode ser avaliada por: rapidez na captação, alcance na distribuição e capilaridade na veiculação. A partir dessas premissas se formaram as primeiras agências de notícia, como relata Costa (2002).

Por essa rede de transmissão de mensagens, inicialmente comercial, começa a se intensificar a troca de notícias, fazendo surgir também, rapidamente, as agências especializadas na captação e transmissão de informações através de longas distâncias. As agências Reuters, Associated Press (AP), United Press International (UPI) e France Presse (AFP) comandam há mais de um século o fluxo de informações no mundo. Hegemônicas, distribuíram entre si as zonas de influência no globo - estava criada a rede de jornalismo internacional. (COSTA, 2002, p.55).

Podemos agregar à lista, a poderosa BBC da Grã Bretanha. No século XX, o mundo atravessou duas guerras mundiais, a do Vietnã, maio de 1968 em Paris, soube da bomba atômica, dos anticoncepcionais, da morte dos Kennedys, de Martin Luther King e de inúmeros outros fatos que marcaram a história contemporânea por meio destas agências. Em 25 de junho de 1967, uma transmissão mundial via satélite vista por 350 milhões de pessoas – com origem em Londres - se transformou no primeiro evento televisivo em massa. A mensagem não era de negócios. Os Beatles, então no auge da popularidade, aproveitaram para dizer ao mundo que tudo o que necessitávamos era de amor, cantando *All You Need is Love*.

Figura 3 - Os Beatles no estúdio da BBC durante a primeira transmissão mundial de TV por satélite

2.3.2 O processo de produção da notícia

Tipicamente o processo de produção de uma notícia ocorre da seguinte maneira: uma agência de notícias, digamos a AP, soube de um atentado em Jerusalém pelos seus contatos com as autoridades locais que têm (ou às vezes não) interesse em divulgar a notícia sob uma determinada ótica. “Terrorista árabe explode bomba e mata

vinte pessoas em mercado público". A agência aciona uma equipe técnica para fazer imagens do local e algumas entrevistas com as autoridades. As imagens são então editadas em segmentos médios de dois minutos, apenas com o som ambiente, pois não se trata ainda de uma reportagem. Esse trecho, chamado de “*feed*” em inglês (jargão técnico para uma emissão por satélite que vai “alimentar” (*feed*) os noticiários, é anunciado no sistema de distribuição da AP para todas as emissoras de TV que sejam assinantes do seu pacote noticioso que se preparem para gravar. Como o sinal é encriptado, está codificado tornando as imagens ilegíveis, o acesso fica reservado aos canais que possuem um decodificador, de outro modo, qualquer pessoa teria acesso a ele, e a possibilidade de venda não existiria.

Ao mesmo tempo em que as imagens são enviadas por satélite é também fornecido um texto explicando o que aconteceu, quando, quantas pessoas morreram, quantas ficaram feridas, e outras informações pertinentes. Uma vez que esse pacote noticioso é recebido nas redações, os editores internacionais se encarregam de preparar a reportagem para colocá-la no ar. Algumas horas depois, milhões de pessoas ficarão sabendo de mais um atentado suicida praticado por um terrorista árabe.

Esse sistema de produção e distribuição de conteúdo noticioso é praticado desde os primórdios das primeiras transmissões de telex até hoje. O problema mais óbvio desse modelo é que a reportagem do canal que veicula a notícia não estava presente no local. A equipe de reportagem não tem como verificar se quem explodiu a bomba era mesmo um árabe, se era terrorista, sequer se houve alguém que se explodiu com a bomba. Pode ser que a bomba tenha sido plantada por agentes de outro país interessado em criar caos e terror em Jerusalém e validar a mensagem de que os árabes não hesitam em se explodir em público, sendo, portanto, uma etnia perigosa e que precisa ser controlada.

Podemos inferir que quem tem o controle das informações que vão moldar a nossa percepção de um ou outro problema, alterando o nosso entendimento, tem uma formidável máquina de persuasão, ao poder agendar as notícias que irão determinar o que e como vamos pensar. Esse processo se chama *agenda setting*.

Em sentido mais amplo do que uma simples tradução comportaria - pois se trata de uma expressão idiomática e pertinente ao jornalismo - pode-se dizer que o *agenda setting* é o estabelecimento pela grande imprensa das pautas do debate político na sociedade. Isto é, os temas que a sociedade receberá como sendo os mais importantes. Por força do seu alcance e audiência, a grande mídia gera um efeito cascata que acaba contaminando os órgãos de imprensa menores, num processo de capilarização extenso, pois estes últimos não possuem os meios de captação das grandes redes e agências mundiais, sendo apenas meros reprodutores de informação.

Considerando-se a rapidez com que a sociedade necessita de informações, a TV leva razoável vantagem ao poder transmitir notícias e eventos de vários lugares, dentro de um mesmo programa, o que lhe proporciona tremenda vantagem no sistema de propagação da agenda pública.

Podemos dizer que notícia é uma informação que foi escolhida para sair do anonimato. Ela não existe por si mesma até entrar nos canais de comunicação em massa. Para que ela ganhe vida, é preciso aplicar ao fato ocorrido alguns conceitos e critérios que determinem se está apto a ser captado e transmitido como notícia. Depende, portanto, de um processo decisório que pode envolver várias partes interessadas em estabelecer esse valor de verdade. Não há portanto nada de natural como já havia dito Jhally (2006).

Aparentemente simples, o processo comunicativo levanta sérias dúvidas para Charaudeau (2006), pois ele acredita que seria necessário um estudo mais profundo sobre as partes envolvidas para se testar e confirmar a eficiência desta prática.

A fonte de informação é definida como um lugar no qual haveria certa quantidade de informações, sem que seja levantado o problema de saber qual é a sua natureza, nem qual é a unidade de medida de sua quantidade. O *receptor* é considerado implicitamente capaz de registrar e decodificar “naturalmente” a informação que lhe é transmitida, sem que seja levantado o problema da interpretação, nem o efeito produzido sobre o receptor (saber, por exemplo, se este coincide com o efeito visado pela instância de informação; além disso, nada é dito sobre quem julga o efeito que uma informação deveria produzir, e a própria questão do efeito não é levantada, pois considera-se que com a exceção de alguns poucos casos de perda, a informação passaria integralmente” (CHARAUDEAU, 2006, p. 35).

Partilhar do mesmo código implica, ao menos parcialmente, na aceitação do fato dado como verdadeiro. Ao assistir a uma determinada notícia na TV, o indivíduo é instado a agir de acordo com a informação recebida. Em princípio desinteressada, a TV não pode de maneira alguma mostrar-se como um elemento de manipulação, para que o espectador não se sinta enganado e crie resistência à informação. Os princípios da imparcialidade e da objetividade fazem parte do que a imprensa gosta de anunciar como valores permanentes. A finalidade é conquistar a confiança do telespectador, para que ele sintonize o mesmo canal toda vez que necessitar de informação ou para orientar suas decisões quando acontecerem fatos que tenham implicações na sua vida e nos seus valores econômicos, sociais e religiosos.

Observando a mídia, saberemos que ela tem parâmetros econômicos e políticos para cumprir, além de suprir a demanda que ela mesma alimenta por este produto chamado notícia.

Quando a mídia foca nos mesmos temas, acaba por delimitar os temas que serão de conhecimento da maioria das pessoas, criando a falsa sensação de que todos estão preocupados da mesma forma, com o mesmo assunto e informados por igual. O recente episódio da soltura de reféns pelas FARC na Colômbia mostra como isso acontece. A notícia estava em todas as mídias: internet, rádio, TV, jornais e revistas. Considerando-se que os meios de comunicação em massa atingem uma grande parcela da população – facilitados, sem dúvida, pela gratuidade da TV e do rádio - os fatos que serão comentados nos locais de interação social já terão uma boa dose de familiaridade para as pessoas, resultado dessa homogeneização da informação.

No entanto, essa força de imposição de uma agenda não é absoluta. Para ser efetivo, o agendamento precisa respeitar certos valores pertinentes às culturas locais para que possa ter suas notícias veiculadas livremente. Caso contrário, ao criar constrangimento, corre o risco de ver a notícia ser rechaçada.

Expandindo o conceito inicial, podemos dizer que o *agenda setting* molda valores ao controlar a informação em vários níveis, sejam ideológicos, religiosos, morais, emocionais; na verdade, funciona como agente modificador da mensagem e, por conseguinte, da própria sociedade. A mesma notícia será exibida na TV do Irã sob uma ótica muçulmana, em Israel, um ponto de vista judaico e na Espanha, uma orientação

católica, cada um agindo dentro dos princípios religiosos que regem sua sociedade. Para os detentores do poder, o importante é o que o agendamento se dê sempre de cima para baixo, daí a importância de se controlar os meios de captação da informação além dos de propagação.

Quando um indivíduo partilha de um mesmo tecido social, fica mais fácil e inteligível comentar um assunto que é de conhecimento público. Todos sentem-se mais seguros ao participar do mesmo fluxo informativo. Nesse caso, a realidade social de determinada cidade ou país passa a ser ditada por aquilo que as mídias locais transmitem. Quanto maior o alcance da rede, maior poder de influência terá o veículo sobre as pessoas, e, por conseguinte, maior prestígio juntos aos poderes públicos, políticos, religiosos, anunciantes ou a qualquer um que necessite divulgar sua mensagem de modo a alcançar o maior número de pessoas, em menor tempo. Charaudeau (2006) identifica uma retro-alimentação da mídia.

As mídias acham-se, pois, na contingência de dirigir-se a um grande número de pessoas, ao maior número, a um número planetário, se possível. Como fazê-lo a não ser despertando o interesse e tocando a afetividade do destinatário da informação? A não ser distribuindo “no mundo inteiro as mesmas simplificações e os mesmos clichês”? As mídias estariam se violentando e, sem se darem conta disso, tornando-se manipuladoras. Daí que, num efeito de retorno, tornam-se automanipuladas, formando um círculo vicioso, “o da mídia pela mídia, tal como outrora o foi o da arte pela arte”. *As mídias não transmitem o que ocorre na realidade social*, elas impõem o que constroem do espaço público (CHARAUDEAU, 2006, p. 19).

Tocar a afetividade das pessoas é um dos caminhos mais seguros para conseguir que dentro do processo comunicativo a mensagem seja recebida como verdadeira, a sensação de imposição se desvaneça, pois entra em cena a persuasão.

2.4 Persuasão

Pode-se forjar um consenso pela maneira como determinado assunto é tratado na mídia pelo uso das palavras, pela repetição do tema e várias outras técnicas, sobre o qual a população não tem uma opinião formada por falta de informação ou interesse, como por exemplo, o recente plebiscito sobre a posse de armas no Brasil. Escutando-se os argumentos, as duas partes pareciam ter razão. No entanto, o lado vitorioso

conseguiu ser mais convincente ou sua mensagem apresentada de forma melhor em relação ao outro. Tecnicamente conseguiu que sua mensagem fosse compreendida e assimilada por um número maior de pessoas que, na hora de votar, não tiveram dúvida sobre ser aquela a melhor opção. Dentro do discurso retórico utilizado – com elementos que disparavam situações emotivas – o efeito persuasivo de conseguir o voto do eleitor foi alcançado. Não cabe aqui julgamento de valor sobre quem venceu o plebiscito, mas sim reconhecer que sua tática persuasiva foi melhor apresentada. Citelli (1994) mostra a importância da persuasão.

Percebe-se, nesta medida, por que a linguagem é uma **forma de ação** e os textos argumentativos são a modalidade onde se exerce com maior vigor a persuasão.

Caberia acrescentar que, em sociedades abertas, de regimes políticos não-ditatoriais, a “luta” entre os interesses de pessoas, grupos e classes desenvolve-se, também pelo uso da linguagem argumentativa. Aprender como funciona esta modalidade é, em última instância, defender a própria cidadania, visto os discursos – quer os que lemos ou escrevemos – poderem igualmente libertar ou oprimir, manipular ou revelar como é feita a manipulação (CITELLI, 1994, p.8).

O fazer crer e o fazer agir pode ser multiplicado diariamente em dezenas de decisões que tomamos em nossas vidas, direcionados – sem que saibamos – pelo agendamento das nossas escolhas. Comprar um carro biflex ou total flex, movido pelas campanhas publicitárias na mídia, é responder a um estímulo dado por uma publicidade cujo objetivo final é clara e tão somente esse. Efetuar a mesma compra baseado em uma reportagem televisiva que anuncia as vantagens do biflex é conseguir o mesmo resultado utilizando a credibilidade jornalística, que, em tese, está informando o que é melhor para nós. A persuasão neste caso se deu por meio da confiança que o telespectador deposita no telejornal. Esse é um caminho menos direto que a propaganda de uma marca. Outra estratégia ainda mais sutil poderia ser uma série de reportagens sobre a queda do preço do álcool, o aumento da frota de carros biflex, as vantagens para o ambiente de se ter um carro desses, as conotações ecológicas e assim por diante. É aí que Charaudeau (2006) denuncia que “as mídias não transmitem o que ocorre na realidade social, elas impõem o que constroem do espaço público”. Estabelecendo uma relação de partes interessadas poderemos ver uma estratégia bem armada entre montadoras de automóveis, usineiros e governo, todos se manifestando

pela voz do telejornal, sem que isso fique evidente, ao menos para o cidadão menos atento. Como disse Jahllly (2006) tudo parece “natural”.

O processo de persuasão pode ser formado por várias vertentes, uma delas é vista assim por (GOMES, 2000).

Antes de mais nada, pelo próprio exercício da língua-mãe dirigido aos leitores-cidadãos, o jornalismo se coloca como confirmação do pacto primeiro fundado na comunidade estabelecida pelo compartilhamento de uma língua.

Em segundo lugar, pela concentração em certos temas (o Estado, seus feitos e os dos órgãos pelos quais ele se exerce) o jornalismo funcionará como confirmação da aliança social. A palavra consignada precisa ser lembrada como uma forma de atualização do pacto instituído. O pacto precisa ser reiterado permanentemente para que se sustente e se o jornalismo se caracteriza pela periodicidade, essa periodicidade como repetição que é, está sempre a serviço dessa reiteração, da recolocação do pacto social (GOMES, 2000, p.20).

No entanto, para que a articulação entre mídia, meios de produção e estado ocorra, é necessário, de acordo com Citelli (2006a), criar um contexto democrático onde a linguagem persuasiva possa ser exercida.

Para existir persuasão é necessário que certas condições se façam presentes: a mais óbvia é a da livre circulação de idéias. Em uma ditadura, em um regime que censura, fica um pouco estranho falar em persuasão, visto que inexistem idéias em choque. Não há pluralidade de mensagens e, portanto, é possível que o discurso nem chegue à sua fase persuasiva permanecendo nos mais baixos extratos civilizatórios: a violência física, a tortura, o controle total sobre os meios de comunicação, “o porrete e o chicote em lugar das palavras”. O discurso do tirano é único; daí, se está recoberto de mentiras ou engodos, ninguém sabe, ninguém ouviu, ninguém viu (CITELLI, 2006a, p. 93).

Ao utilizar esse amplo espectro de funções persuasivas é o momento, então, do enunciador escolher qual será a orientação ideológica, pois esta será, na verdade, o coração do discurso com a função principal de eliminar resistências e inserir ideais no receptor. Há que se examinar a construção do sentido, que vai muito além do simples uso da língua, pois de acordo com Charaudeau (2006), o discurso não é a língua, embora seja com ela que se fabriquem discursos e que estes, num efeito de retorno, modifiquem-na. Estudar as particularidades das partes envolvidas no ato de

comunicação é fundamental para saber como o sentido foi arquitetado e como o saber foi transmitido.

O saber não tem natureza, visto que é o resultado de uma construção humana através do exercício da linguagem. A atividade de construção consiste em tornar o mundo inteligível, categorizando-o segundo um certo número de parâmetros cuja combinação é bastante complexa. A estruturação do saber depende da maneira como se orienta o olhar do homem: voltado para o mundo, o olhar tende a descrever esse mundo em categorias de *conhecimento*; mas, voltado para si mesmo, o olhar tende a construir categorias de *crença*. Simultaneamente, o saber se estrutura segundo a escolha da atividade discursiva à qual se entrega o homem para dar conta do mundo: ele pode decidir descrevê-lo, contá-lo ou explicá-lo, e nisso tanto pode aderir a seu dizer quanto tomar distância para com o dizer. Esse conjunto de atividades discursivas configura os sistemas de interpretação do mundo, sem os quais não há significação possível (CHARAUDEAU, 2006, p. 43).

A comunicação em massa vem preencher com maestria o papel de ordenadora dos processos sociais cujos preceitos foram formulados pelos controladores da notícia no. Ao estabelecer um mundo de conhecimento e outro de crenças pessoais, o sistema de comunicação em massa separa o indivíduo do seu todo, ao dar uma idéia de que seus valores são pertinentes apenas a ele. Por isso, une os telespectadores no medo e na insegurança, mas os desarticula e desencoraja na capacidade de agir e mudar seus próprios desígnios.

As verbas publicitárias, nesse caso, têm um valor inestimável para moldar opiniões, seja por campanhas publicitárias ou políticas. A época que precede as eleições no Brasil é caracterizada pela forte barganha entre os políticos e os partidos, que buscam o maior tempo possível de exposição dentro do chamado "horário gratuito" na TV, por saber que é a maneira mais efetiva de se fazer conhecido.

Como a alocação de tempo é feita em função do número de parlamentares em seus quadros, a troca de partidos é recompensada com cargos na futura administração. Mas, às vezes, a imaginação suplanta a falta de recursos financeiros e de tempo. O candidato à presidência Enéas Carneiro ficou famoso por repetir em seus parcos segundos na TV o bordão: "meu nome é Enéas". Bastou para receber milhões de votos, sem que dissesse absolutamente nada de concreto. Em 2002 se elegeu deputado federal pelo estado de São Paulo com mais de um milhão e meio de votos. Na verdade,

essa comunicação singela produziu o efeito desejado: o reconhecimento do nome do candidato na hora de votar, reforçado por um deboche em relação aos políticos que tradicionalmente fazem parte da história das eleições brasileiras. Tiramos daí que o processo comunicativo passa por outras instâncias além do maior tempo de exposição. Criar empatia é fundamental.

Para que a comunicação seja efetiva, é necessário, então, que exista algum interesse no que está sendo dito. O drama, a emoção, o suspense são apenas alguns dos ingredientes utilizados para que o receptor foque sua atenção na mensagem, e, sobretudo, para que ela tenha longevidade.

Os criadores de mitos e contos sabiam que para capturar a imaginação das pessoas era importante incluir elementos dramáticos, iconográficos, que deixariam uma impressão indelével na memória do receptor, por atuar no campo das emoções.

É por meio da alteração no aspecto emocional que se consegue penetrar a alma humana. Quando essa moldagem é acompanhada de uma forte mensagem ideológica, temos aí o princípio da conversão – não apenas no sentido religioso – mas também de opiniões, e por conseqüência, de postura e atitude em relação a certos fatos. A argumentação, quando bem exercida - sempre com o elemento emotivo permeando a narrativa – exerce um fascínio indescritível no ser humano.

Breton (2003) explica a importância de como apresentar as idéias:

A argumentação pertence à família das ações humanas que têm como objetivo convencer. Numerosas situações de comunicação têm, de fato, como obter que uma pessoa, um auditório, um público adotem determinado comportamento ou que eles compartilhem de determinada opinião. Encontram-se freqüentemente estas situações na vida cotidiana, tanto no plano da vida privada quanto da vida profissional, como, por exemplo, no contexto de uma negociação.

Os meios utilizados para convencer são extremamente variados. Eles colocam em ação procedimentos complexos que utilizam toda a riqueza dos comportamentos humanos.

O ato de convencer se apresenta, de uma maneira geral, como uma alternativa ao uso da violência física. Na verdade pode-se obter do outro um ato contra a sua vontade com o uso da força. Renunciar a utilizar a força representa um passo em direção a uma situação de mais humanidade, de um vínculo social compartilhado e não imposto (BRETON, 2003, p. 7).

Na impossibilidade de emitir abertamente uma opinião a favor de qualquer assunto a televisão tem de desenvolver novas estratégias para expor seu ponto de vista sem deixar que o telespectador se dê conta disso. Gomes (2000) assinala que a TV tem de dar a idéia de falar em nome de todos.

Se ao jornalismo é vetado falar em primeira pessoa, este fato se dá não tanto em nome de objetividade, largamente comprometida se seguirmos a lógica do signo até seu limite, mas porque esse poder que se funda na língua-mãe, e organiza o campo do social em nome de todos, não pode falar nem ser reiterado ou lembrado como *individuação*, uma vez que é reafirmação/rememoração da palavra consignada por *todos* (GOMES, 2000, p. 20).

As religiões e os partidos políticos sabem da importância da argumentação e da persuasão quando aplicam a catequese. As primeiras medidas dos regimes opressores, dos homens de Deus ou dos homens da terra, é o da não livre circulação de idéias. Khmomeini ou Mao Tsé Tung, Costa e Silva ou Fidel Castro, os criacionistas e George W.Bush, os homens temem o discurso. Vejamos como o filósofo francês Foucault (1999) apresenta o medo da palavra.

Em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de *exclusão*. O mais evidente, o mais familiar também é a *interdição*. Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala: temos aí o jogo de três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam ou se compensam, formando uma grade complexa que não cessa de se modificar {...} Notaria apenas que, em nossos dias, as regiões onde a grade é mais cerrada, onde os buracos negros se multiplicam, são as regiões da sexualidade e as da política: como se o discurso, longe de ser esse elemento transparente ou neutro no qual a sexualidade se desarma e a política se pacifica, fosse um dos lugares onde elas exercem, de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes. Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e o poder (FOUCAULT, 1999, p.9).

O livro 1984, de George Orwell, relata o poder de se criar uma consciência social cada vez que um novo interesse político precisa justificar uma guerra ou uma situação de escassez de alimentos. O chamado Big Brother, líder inatingível que a todos controlava, estaria sempre zelando pelo bem estar das pessoas. Mas, para que isso acontecesse, era necessário seguir obedientemente às suas orientações. Em um dos

momentos mais críticos do livro, um dissidente do regime entende que o sistema não se interessava em aniquilar seu corpo, pois isso seria fácil e previsível. O que interessava aos donos do poder era ter o controle da sua mente e saber por que ela não se conformava como as demais.

Em uma sociedade totalitária, a mensagem que prevalece é a mais recente, pois sem contraponto não há nenhum tipo de questionamento. Já seria um passo além da censura, pois a não existência de outra mensagem simplesmente elimina a possibilidade de memória. Um novo fato seria criado e destruído, bastando que fosse comunicado ou suprimido. Podemos citar o golpe de estado de 1964 no Brasil como uma dessas construções da realidade. Ocorrido na madrugada do dia 1º de abril, foi oficialmente retroativado para 31 de março pelos militares, para que nosso espírito galhofeiro não fizesse dele uma piada logo de início. Sua denominação não poderia ser golpe, pela pecha de ilegal e violento, então, optou-se por uma revolução e sua data foi celebrada todos os anos enquanto os militares estiveram no poder. Com a volta dos civis ao comando da nação a data foi retirada do calendário das comemorações e sua iconografia ignorada. O grupo Tortura Nunca Mais realiza campanha para mudar os nomes de logradouros públicos associados ao golpe de 1964.

Figura 6 – Desfile militar do 7 de setembro em Brasília, 1971

Fonte: Brito (2002)

2.5 Metodologia

Esta dissertação é um trabalho interdisciplinar em que a convergência de conhecimentos entre mídia e ecologia irá possibilitar uma leitura crítica de conteúdo do Jornal Nacional.

Seguindo o conceito de Lopes (1999), de que é importante delimitar uma “pergunta-chave”, colocaremos a seguinte questão: o Jornal Nacional esgota todas as possibilidades e utiliza todos os recursos técnicos e de informação ao seu dispor quando faz reportagens sobre ecologia e ambiente construindo um corpo informativo que está baseado no melhor interesse da população ou atende primeiro às suas próprias necessidades econômicas e políticas?

A base acadêmica para que isso seja possível, passa pela transversalidade da palavra ecologia abrindo o leque para uma grande diversidade de temas. Embora sejam tratados sob o mesmo teto temático, atendem a diversas áreas das atividades humanas e terão de ser classificadas de acordo com suas categorias.

Para delimitar esse universo seguimos os princípios de Bardin (1977).

Estando o universo demarcado (o gênero de documentos sobre os quais se pode efectuar a análise), é muitas vezes necessário proceder-se à *constituição de um corpus*. O corpus é o conjunto de documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos. A sua constituição implica muitas vezes, escolhas, selecções e regras. Eis as principais regras.

Regra da *exaustividade*: uma vez definido o campo do corpus {...} é preciso terem-se em conta todos os elementos deste corpus. Por outras palavras, não se pode deixar de fora qualquer um dos elementos por esta ou aquela razão {...} que não possa ser justificada no plano do rigor. Esta regra é completada pela de *não-selectividade*.

Regra da *representatividade*: A análise pode efectuar-se numa *amostra* desde que o material a isso se preste. A amostragem diz-se rigorosa se a amostra for uma parte representativa do universo inicial. {...}

Regra da *homogeneidade*: os documentos retidos devem ser homogêneos, quer dizer, devem obedecer a critérios precisos de escolha e não apresentar demasiada singularidade fora destes critérios de escolha. {...}

Regra da *pertinência*: os documentos retidos devem ser adequados, enquanto fonte de informação, de modo a corresponderem ao objectivo que suscita a análise (BARDIN, 1977, p.96).

Essa classificação será orientada por palavras-chaves que justifiquem a inserção da reportagem na pesquisa.

O trabalho de pesquisa foi estruturado da seguinte maneira:

Parte 1 – Gravação do programa Jornal Nacional, durante três meses consecutivos, no período de 30 de janeiro a 30 de abril de 2007. É de se ressaltar que várias coletas de dados anteriores foram descartadas por apresentarem um resultado com pouco material de interesse para nós. No ano de 2006, o noticiário foi dominado por dois temas que deixavam pouca margem para a cobertura de outras pautas: eleições no Brasil e Copa do Mundo de futebol. Além disso, o horário político na TV reduzia e interrompia o tempo de emissão do programa, produzindo assim sérias distorções no fluxo das notícias e no andamento tradicional do jornal.

Parte 2 - O equipamento utilizado foi o gravador de vídeo em formato VHS. Esse material serviu como referencial para a pesquisa para se levantar as matérias que foram ao ar. A partir desta coleta começamos a tabular os tempos das matérias dentro do campo de pesquisa do trabalho e o tempo total do JN para a formação de gráficos proporcionais. Gradativamente percebemos que as tendências mais fortes da pesquisa, apontavam para a necessidade de uma análise de conteúdo. O surgimento de alguns grupos de temas recorrentes nos indicava um universo muito mais restrito do que imaginávamos. Temas como: biocombustíveis, educação ambiental e aquecimento global dominavam as pautas e pedia uma leitura em grupos. Por uma questão de praticidade, optamos por utilizar a transcrição dos textos já disponíveis no site do JN, após conferir o conteúdo com os vídeos originais. O material de análise é o mesmo que está disponível no site do JN: (<http://jornalnacional.globo.com/>). Tanto os vídeos como os textos, além dos tempos de duração.

Parte 3 – As matérias selecionadas pelos critérios da pesquisa foram ordenadas por data. Depois foram criados grupos orientados pelas palavras-chaves que tivessem o mesmo significado, ou seja: matérias que falassem de: álcool, etanol, biocombustíveis, combustíveis renováveis e combustíveis alternativos formaram um mesmo bloco. Do mesmo modo: aquecimento global, mudanças climáticas, mudanças de clima formaram um segundo grupo e assim por diante.

2.5.1 Critérios de seleção de reportagens e análise de textos

Por se tratar de um trabalho de análise de conteúdo e sobre a construção da notícia - onde a imagem televisiva é importante para reforçar pontos de vista, mas não o

objeto de estudo, optamos pelo critério de correlação entre os temas ecologia e ambiente e de todas as palavras que explicitam ou que conceitualmente caíssem dentro deste critério. Além dessas palavras determinantes, o foco da reportagem também nos interessou, pois acreditamos que mesmo notícias relacionadas ao tema abordado podem ter essa relação omitida pela construção do texto. Por exemplo: se o Governador de São Paulo, José Serra, resolve não assinar a lei que obriga os supermercados a usarem sacos plásticos biodegradáveis, a reportagem pode ser apresentada apenas do ponto de vista político e legal, sem abordar as consequências danosas ao ambiente que isso acarreta.

Cada matéria gerou uma ficha de classificação com os principais dados que incluem:

- A) Data em que foi ao ar;
- B) Tempo de duração, incluindo a “cabeça” (trecho da reportagem lido pelo apresentador e notapé (quando o apresentador acrescenta alguma informação ao final da matéria).
- C) Tipo de matéria: se é reportagem (matéria com repórter), nota coberta (o apresentador lê um texto sob imagens pré-gravadas) nota ao vivo (o apresentador lê o texto em câmera às vezes com uma vídeoarte ilustrativa do assunto ao fundo ou ao vivo (repórter entra no ar de algum lugar fora do estúdio);
- D) Palavra-chave: que credenciou a matéria a entrar no escopo da pesquisa;
- E) Título: conforme apresentado no site do JN;
- F) Origem: BR (Brasil) ou Ext.(Exterior);
- G) Contexto: situa a matéria no tempo e espaço, mostrando por que aquele assunto virou notícia. Por exemplo: o contexto da visita do presidente Bush ao Brasil para falar de biocombustíveis

Uma vez delimitado o *corpus* da pesquisa, procedemos à análise dos textos. Primeiro buscamos responder às premissas básicas do jornalismo e ver se a

reportagem seguia as premissas do: onde, quem, como, quando, o quê, por quê. Depois tentamos localizar os processos de produção de sentido, a espinha dorsal do discurso, seus processos ocultos, sua mecânica argumentativa, estratégias de persuasão ou como inseria os problemas ecológicos no imaginário das pessoas. Cada reportagem tem uma estratégia própria na construção de sentido e, portanto, foram necessárias várias leituras e táticas de abordagem até que fosse encontrado o eixo do enunciado.

Alguns dos critérios mais importantes para o estudo foram: frases que induzam a um raciocínio, façam alguma afirmativa, elaborem conceitos, ocultem informações, não apresentem o outro lado da questão, usem adjetivação inadequada, sejam inconclusivas, não tenham fonte fidedigna e desinteressada, oponham autoridades a pessoas simples, que escolha por critérios próprios o que é ecologicamente correto, que crie conceitos sem respaldo científico.

É importante ressaltar alguns tópicos que nortearam o trabalho de acordo com o posicionamento de Charaudeau (2006) para este tipo de análise.

“Abordar as mídias para tentar analisar o discurso de informação não é uma tarefa fácil. É mesmo mais difícil do que abordar o discurso político. Isso porque, enquanto se admite no mundo político, de maneira geral, que o discurso aí manifestado está intimamente ligado ao poder e, por conseguinte, à manipulação, o mundo das mídias tem a pretensão de se definir contra o poder e contra a manipulação. Entretanto, as mídias são utilizadas pelos políticos como um meio de manipulação da opinião pública – ainda que o sejam para o bem-estar do cidadão; as mídias são criticadas por constituírem um quarto poder; entretanto, o cidadão aparece com frequência como refém delas, tanto pela maneira como é representado, quanto pelos efeitos passionais provocados, efeitos que se acham muito distantes de qualquer pretensão à informação” (CHARAUDEAU, 2006, p.17).

Para se delinear esses efeitos passionais provocados pelo uso de expressões de linguagem que busquem criar uma alteração nos sentidos, além do que seria apenas a mensagem, vamos nos ancorar também em alguns princípios que regem a análise do discurso e que partem da premissa de que a linguagem não é de forma alguma neutra ao retratar uma realidade e que sempre haverá uma construção por parte do emissor.

De acordo com Burr (1995 apud GILL, 2000) podemos balizar essa análise dentro de alguns parâmetros.

As origens da análise do discurso a partir de críticas à ciência social tradicional significam que ela possui uma base epistemológica bastante diversa de algumas outras metodologias. Isso é às vezes chamado de construcionismo social, construtivismo ou simplesmente construcionismo. Não há uma definição única concorde desses termos, mas as características-chave destas perspectivas são:

1. A postura crítica com respeito ao conhecimento dado, aceito sem discussão e um ceticismo com respeito à visão de que nossas observações do mundo nos revelam sem problemas, sua natureza autêntica.
2. O reconhecimento de que as maneiras como nós normalmente compreendemos o mundo são histórica e culturalmente específicas e relativas.
3. A convicção de que o conhecimento é socialmente construído, isto é, que nossas maneiras atuais de compreender o mundo são determinadas não pela natureza do mundo em si mesmo, mas pelos processos sociais.
4. O compromisso de explorar as maneiras com os conhecimentos – a construção social de pessoas, fenômenos ou problemas – estão ligados a ações práticas (BURR, 1995 apud GILL, 2000, p. 245).

Ao tentar mostrar as articulações que produzem o sentido na notícia é importante, segundo Charaudeau (2006), não criar um discurso orientado para um determinado fim.

Sendo o papel do pesquisador de ciências humanas e sociais o de descrever os mecanismos que presidem a esse simbólico e as diferentes configurações que o tornam visível, estudos como o que ora apresentamos se justificam sob a condição precisamente de não cair na armadilha das falsas aparências. Isso porque é próprio de uma comunidade social produzir discursos para justificar seus atos, mas não está dito que tais discursos revelam o verdadeiro teor simbólico desses atos: muitas vezes o mascaram (de maneira inconsciente, até mesmo de boa-fé), por vezes o pervertem, ou mesmo o revelam em parte. É, pois, com prudência, com a incredulidade de um São Tomé, que é necessário prosseguir na exploração do discurso de informação midiática e começar talvez a colocar alguns pontos nos *is* (CHARAUDEAU, 2006, p. 17).

Para Citelli (1991), quando analisamos a escolha das palavras, podemos estabelecer um novo contexto que vai além da aparente equivalência de um sinônimo. Embora com o mesmo sentido, as palavras têm pesos diferentes na significação.

Mas, se não há diferença substancial entre um e outro termo, por que trocá-los? Qual o jogo retórico que está por detrás do eufemismo? A resposta nos remete a uma idéia segundo a qual uma das preocupações do discurso

persuasivo é o de provocar reações emocionais no receptor. Ou seja, no caso de se deslocar a palavra contaminada (capitalismo), para a angelical (livre-empresa), assegura-se uma recontextualização do signo que passa agora a produzir novas idéias, valores que não são mais associados às primárias formas de exploração do capitalismo (CITELLI, 1991, p. 50).

Levamos em consideração o princípio de Bakhtin (1981) quando afirma que o discurso tem múltiplas fontes em sua origem.

Nenhum enunciado em geral pode ser atribuído apenas ao interlocutor: ele é *o produto da interação dos interlocutores* e, num sentido mais amplo, o produto de toda esta *situação social* complexa, em que ele surgiu (BAKHTIN 1981, p. 50).

Finalmente, no processo de organização da análise de conteúdo, seguimos os preceitos de Bardin (1977) que a divide em três etapas:

1) a pré-análise 2) a exploração do material 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação {...} Recorrendo ou não ao ordenador, trata-se de estabelecer um programa que, podendo ser flexível (quer dizer, que permita a introdução de novos procedimentos no discurso da análise), deve, no entanto, ser preciso. Geralmente essa primeira fase possui três missões: a *escolha dos documentos* a serem submetidos à análise, a formulação das *hipóteses* e dos *objetivos* e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final. Estes três factores, não se sucedem, obrigatoriamente segundo uma ordem cronológica, embora se mantenham estreitamente ligados uns aos outros: a escolha de documentos depende dos objetivos ou, inversamente, o objetivo só é possível em função dos documentos disponíveis; os indicadores serão construídos em função das hipóteses, ou, pelo contrário, as hipóteses serão criadas na presença de certos índices. A pré-análise tem por objetivo a organização, embora ela própria seja composta por actividades não estruturadas, <abertas>, por oposição à exploração sistemática dos documentos (BARDIN, 1977, p. 95)

Trabalhando dentro das hipóteses aventadas, descritas em seção específica deste trabalho, observamos certos índices que nos chamaram a atenção para a formação de uma linha de pensamento, recorrente no JN, e que podemos chamar de linha editorial: a apresentação constante de matérias sobre o problema do aquecimento global ao mesmo tempo em que é feita a contraposição, apresentando o álcool como solução. Essa linha editorial está conforme as diretrizes do governo brasileiro expostas em reportagem de Silva Pinto para o JN no dia 30/03/2007, quando fez a cobertura da visita de Lula aos Estados Unidos sendo recepcionado por George W. Bush.

O diálogo entre os presidentes Bush e Lula foi produtivo. Os temas principais foram comércio e etanol. Os dois apostam no biocombustível para reduzir o efeito estufa no planeta. Lula é o primeiro líder latino-americano a ser recebido aqui por George W. Bush na residência de Camp David {...} A cooperação na pesquisa e na produção do etanol foi citada como exemplo da parceria entre os dois países. Para o presidente Lula, os biocombustíveis não ajudam apenas o meio ambiente, mas têm o potencial de criar milhões de novos empregos agrícolas no mundo (SILVA PINTO, JN, 30/03/07).

3.2 Palavras-chave

Uma vez encerrada a coleta de dados, foi necessário estabelecer critérios para saber quais matérias fariam parte do *corpus* da análise. Assistimos a todas as matérias para saber se o texto tinha alguma conexão com os temas ambiente e ecologia.

Em se estabelecendo a conexão, esses textos foram então selecionados e impressos a partir do site do JN e organizados por data.

As palavras-chave utilizadas foram agrupadas por afinidade como biocombustível e etanol, ou por terem sentidos similares como aquecimento global e desequilíbrio climático.

Resultaram 6 grupos assim divididos:

- 1) Álcool, Biocombustível, Etanol , Combustível Alternativo, Combustível Renovável
- 2) Ambiente, Ambiental, Desenvolvimento Sustentável, Ecológica, Natureza, Sustentável, Supersafrá
- 3) Aquecimento Global, Desequilíbrio Climático, Mudanças Climáticas, Poluição.
- 4) Cheia, Chuva, Seca.
- 5) Animais Silvestres, Crimes Ambientais, Mortandade de Peixes,
- 6) Educação Ambiental, Reciclagem

Características definidoras da Análise de Conteúdo

Figura 7 – Características definidoras da análise de conteúdo

Fonte: FRANCO (2007, p. 23)

2.6 O que é ver TV

A televisão é uma técnica, um eletrodoméstico, em busca de necessidades que a legitimem socialmente (SODRÉ, 2001, p. 14).

Televisão morfologicamente significa ver a distância. No entanto é necessário perguntar quem está distante do quê? Se o aparelho está à nossa frente e o sinal está presente para milhões de pessoas ao mesmo tempo, que distância é essa? Se for a partir do centro emissor, então os fatos que vemos deveriam estar ocorrendo ali, o que

raramente acontece, a não ser nos programas de auditório ou nas imagens transmitidas diretamente do estúdio.

Ao reduzir a um único plano espacial a transmissão de imagens de fontes diversas, a TV dá a falsa idéia de estar presente em todos os espaços e depois dentro de nossas casas, criando a ilusão de termos visto tudo o que aconteceu fora do nosso alcance visual imediato.

Os fatos mostrados na reportagem da maneira como nos chegam, jamais ocorreram daquela forma. O processo de edição das imagens e das entrevistas que dá a sensação de continuidade é tão limitado para a história, como o seria o resumo de um texto. Mesmo que a câmera estivesse ao vivo, seria impossível saber se o que vimos foi o que aconteceu. Teríamos apenas um ângulo e uma visão. Ainda assim, o repórter teria que nos contar o que estamos vendo para que tudo aquilo fizesse sentido.

Charaudeau (2006) relata os problemas que decorrem deste modelo.

O efeito de retorno perverso que ressalta deste estado de fato é que, para o consumidor de informação, o mundo é apresentado através de uma visão espacial e temporal fragmentada, embora as mídias pretendam fornecer uma visão coerente e inteligível (CHARAUDEAU, 2006, p.257).

A coerência na reportagem vai depender da escolha do ponto de vista que se quer atribuir ao fato ou da linha editorial da emissora. Uma reportagem sobre seca no Ceará pode afirmar que é um problema meteorológico. Outra pode apresentar a perspectiva da indústria da seca, e uma terceira visão mostraria como se perpetua o problema e como são gastos inutilmente recursos milionários ano após ano. O mesmo tema nos abre um leque de possibilidades.

Embora quando se pense em televisão imagine-se a própria imagem na tela, a mensagem só será completa e efetivada quando acompanhada de uma narração ou de um texto. A palavra organizada em forma de discurso tem o dom de criar histórias, de comunicar conceitos; mas a simples imagem sem explicação pode ser interpretada de várias maneiras. Quem não sabe o que é um ornitorrinco ficará sem saber que viu um ao visualizar a sua imagem na tela.

O cidadão que ligou sua TV no dia 11 de setembro de 2001 e não aumentou o volume, ficaria sem saber o que estava acontecendo. Naquele dia, ninguém na verdade sabia o que estava acontecendo. Os repórteres apresentavam possibilidades, mas as informações eram desencontradas ou não passavam de especulação sobre a amplitude dos problemas e suas causas.

No dia em que o mundo assistiu ao grande momento da comunicação em massa televisiva, não havia quem nos contasse a história que estava por detrás dos fatos. O telespectador tinha o mesmo conhecimento que os repórteres já que todos víamos as mesmas imagens, mas ninguém sabia do que se tratava em todo o seu alcance. A história estava escondida por detrás das imagens esperando o momento de ser revelada ou até que alguém se apossasse dela e apresentasse a sua versão.

. O que nós vimos no 11 de setembro, nós não sabemos. Só sabemos da história que nos foi apresentada pelo governo de George W. Bush, porque foi a versão que circulou pelas grandes agências, com a criação do mito Osama Bin Laden, da sua conexão (nunca provada) com Saddam Hussein e as (nunca encontradas) armas de destruição em massa que foram usadas como pretexto para invadir o Iraque.

Limitando-se apenas à apresentação de imagens é impossível saber qual a informação que está sendo transmitida, e cumprir as premissas básicas da matéria jornalística: onde, quando, como, quem, por quê e o quê. Sartori (2001) vai além ao dizer que o resultado final de se ver TV é negativo do ponto de vista da informação, já que a TV é pouco explicativa.

Estatísticas à parte, a questão continua sendo que a imagem em si, não oferece quase nenhuma inteligibilidade. A imagem deve ser explicada; e a explicação da imagem que é dada no vídeo é constitutivamente insuficiente. Se no futuro passar a existir uma televisão capaz de explicar melhor (mas muito melhor), então a discussão a respeito de uma integração positiva entre *homo sapiens* e *homo videns* poderá ser reaberta. Mas, de momento, continua sendo verdade, que não há integração, mas sim diminuição, isto é, que o ver está atrofiando o compreender (SARTORI, 2001, p. 37).

Mas podemos perguntar, então, como a televisão, ao ter os recursos humanos mais capacitados – é a mídia que tradicionalmente paga os melhores salários no jornalismo – seria tão ineficiente para explicar o seu conteúdo. Não seria essa aparente falha o seu objetivo principal? Ou seja, passar a sensação que transmite algo

importante, mas com um certo vazio no seu conteúdo? Para Sodré (1984) a TV está perfeitamente alinhada dentro do papel que se espera dela na sociedade.

As relações sociais (políticas e ideológicas) como se sabe, não podem ser pensadas fora de sua condição de práticas de classes situadas em oposições. Por sua vez, os meios de informação (os media) constituem em seu conjunto um aparelho que realiza ideologicamente o poder de Estado. Essa realização é sempre contraditória, uma vez que no interior do aparelho podem chocar-se forças políticas conservadoras e transformadoras ou correntes retrógradas e inovadoras – ou ainda haver uma diferença entre o nível próprio de atuação do *medium* e uma determinada conjuntura estatal. Em qualquer dos casos, porém, o aparelho informativo se articula ideologicamente com a classe que controla o estado e se investe de sua estrutura, isto é, assume a *forma* geral do poder de Estado (SODRÉ, 1984, p. 21).

A capacidade de se moldar ao poder vigente e se perpetuar é o que faz da TV um dos meios de comunicação em massa mais respeitados e temidos. Seu poder de mediação se dá na proporção que alcança desde as áreas mais remotas do país até as concentrações urbanas com milhões de pessoas. O papel de mediador, afirma Baccega (2003), já está na raiz de se entender o que é TV.

Um dos conceitos básicos para se pensar a relação com a televisão é o de mediação. Entre o telespectador e a TV, manifesta-se uma série de aspectos do universo do receptor, os quais serão determinantes na interpretação que ele faz do que está vendo. A mediação está presente na construção do conhecimento (BACCEGA, 2003, p. 12).

Assistir notícias na TV pode ser uma experiência fascinante se o espectador estiver dotado de senso crítico e possuir conhecimento para se contrapor ao que está sendo dito. É tal a variedade de assuntos e temas e tão ampla a gama de abordagens proporcionadas em um telejornal que só mesmo um catedrático em cada área poderia saber o nível de veracidade de cada informação. Sendo essa situação impraticável, é preciso que o espectador acredite nos enunciados, transferindo a responsabilidade da apuração ao telejornal. Essa relação de confiança é fundamental no jornalismo. É por isso que os noticiosos insistem na credibilidade como um modo de atrair audiência.

Simulando uma total independência entre as suas necessidades financeiras e os compromissos comerciais com os anunciantes, que são efetivamente aqueles que pagam os custos da transmissão, é para o telespectador que a TV faz a promessa da

imparcialidade. Chega a ser um credo pelo qual todos prometem rezar, sem que haja nenhuma prova conclusiva sobre isso, ou muito menos que exista meio de verificação da veracidade da informação, como se isso fosse de alguma forma possível. Assim, fica estabelecido um contrato cego de confiança, sem nenhuma garantia de fidelidade do produto reportagem.

Em uma de suas palestras, o pensador alemão Adorno (2003), da Escola de Frankfurt, toca num ponto crítico ao afirmar que ver televisão vai muito além do simples olhar e escutar. É preciso entender o que está sendo veiculado, e para que isso seja possível, há que se ter uma visão crítica da mensagem.

De resto, estou totalmente de acordo com seu ponto de vista, senhor Becker, pelo qual é necessário ensinar os espectadores a ver televisão. O quanto eu concordo com o senhor pode ser verificado a partir do título – um pouco irônico, é bem verdade – do estudo que fiz nos Estados Unidos sobre a televisão: “How to look at television”, que significa “Como ver tevê”. Mas, abstraindo da ironia do título sem injuriar nossos espectadores, percebe-se a existência da questão de fundo: como ver tevê sem ser iludido, ou seja, sem se subordinar à televisão como ideologia. Em outros termos: o ensino que o senhor sugeriu na discussão acerca desses veículos de comunicação em massa não deveria consistir apenas em aprender a escolher o que é certo, e na apreensão do mesmo por meio de categorias, mas, desde o início, este ensino deveria desenvolver aptidões críticas; ele deveria conduzir as pessoas, por exemplo, à capacidade de desmascarar ideologias; deveria protegê-las ante as identificações falsas e problemáticas, protegendo-as, sobretudo, em face da propaganda geral de um mundo que a mera forma de veículos de comunicação de massa desta ordem já implica como dado (ADORNO, 2003, p. 79).

Quem, por exemplo, poderia possuir uma cultura ampla o suficiente para conhecer as raízes históricas que permitiram a criação de uma linguagem aplicada aos árabes e muçulmanos como terroristas em potencial? Ela advém após a queda do muro de Berlim e o desmantelamento do império soviético. Por falta de um inimigo real que justificasse os altos gastos do Pentágono com armas, o governo americano dirige suas atenções para a criação de um novo alvo, intangível e inalcançável – o terrorismo árabe e muçulmano – que ao mesmo tempo em que possibilitava explicar “o direito de defesa de Israel”, frase pronta para ser usada em qualquer circunstância em que o uso da força fosse excessivo e desnecessário – também vetava qualquer resolução contrária no conselho de segurança da ONU, por ter direito de veto. A ideologia estava formada:

de um lado Israel representava a democracia no Oriente Médio; do outro, os árabes representavam ditaduras teocráticas baseadas em uma religião que oprime as mulheres e desrespeita os direitos humanos. Citelli (2006b) coloca a necessidade de interpretar as informações.

O exercício do entendimento/discernimento, como instância importante da interpretação, pode transformar o que desborda e excede em referência de excesso ao conhecimento. Diríamos, para utilizar um designativo clássico: superar a condição reificada da informação, o dado feito coisa, para buscar o conhecimento e a efetiva comunicação, implica passar pela ponte da interpretação. Neste aspecto, conhecimento e compreensão animam um mesmo campo semântico.

O trânsito não é, contudo, mágico ou simples. Até porque a informação está sendo apresentada como se fosse, ela mesma, o conhecimento. Por isso, as vítimas do conflito entre palestinos e israelenses, os assassinatos no campo brasileiro, as taxas de juros, a queda ou a alta nas bolsas e no dólar, a criminalidade urbana, os milhões de desempregados, o *superávit* primário surgem, apenas, como números, indicadores, referências presentes em reportagens, comentários ou editoriais. De certo modo, para quem sabe do que tratam aqueles dados existe reforço nas zonas do conhecimento, quem não sabe permanece reiterando cifras, reproduzindo opiniões, dando seqüência a lugares comuns (CITELLI, 2006b, p. 168).

O terrorismo, sem pátria e local definido, deveria ser atacado onde estivesse e estaria onde os interesses americanos precisassem ser defendidos. Assim, as invasões do Afeganistão e do Iraque foram justificadas, pois eram focos de treinamento de terroristas, tinham armas de destruição em massa, ou inventava-se qualquer outro clichê que soasse bem na mídia, que simplesmente se encarregaria de reproduzir essas mensagens como verdadeiras porta-vozes de governos como o inglês e o norte-americano.

Alguns meses depois, mesmo com os governos Blair e Bush reconhecendo que não havia nada que justificasse essas invasões, a mídia continuou a transmitir notícias da ocupação ilegal sem mostrar as conseqüências destas mentiras na vida das pessoas afetadas. Se dependermos do que a TV mostra, não saberemos se há sofrimento no Iraque. Tal como um São Tomé globalizado, não existe se não vemos. A inconseqüência moral do telejornalismo se configura em sua maior falácia, de resto, indesculpável.

Os terrorismos do estado americano, israelense, russo, brasileiro ou chinês são tão ignorados quanto a investigação das raízes históricas e culturais que levam, sim, alguns árabes a se explodir em praça pública ou a raptar ocidentais em troca de prisioneiros. A ausência destas explicações na TV nos mostra que as pessoas deveriam ser qualificadas para assistir à sua programação jornalística, caso contrário, estariam sob o risco de nada entenderem ou de serem levadas a conclusões erradas em relação à formação de conceitos que estarão atuando em suas vidas. Mas separar a informação do seu contexto não é um acidente. Marcondes Filho (1991) chama esse processo de se isolar os fatos do seu contexto mais amplo – mas ao qual está intrinsecamente ligado – de fragmentação.

Fragmentação é um mecanismo de produção da notícia segundo o qual o fato é retirado do meio ou do contexto em que se originou e tratado como notícia isolada. Por exemplo, numa reportagem sobre os incidentes com os bóias-frias em Leve (estado de São Paulo, 1986), o noticiário prendeu-se ao imediato: “no dia tal, foram alvejados fulanos de tal, que participavam de uma manifestação de bóias-frias para aumento de salário no corte da cana”. Nesse episódio, comentava-se incriminatoriamente que os tiros tinham vindo dos próprios grevistas. Esta forma de noticiar reduz o fato a apenas um fragmento de um evento maior. O movimento, que já ocorria há mais tempo, envolvia problemas salariais, uma política de resistência dos proprietários e a pretensão da polícia em manter a boa imagem do governador e do partido do governo, para assim incriminar o partido que apoiava o movimento dos bóias-frias, acusando-o até de assassinato. Como se vê, o episódio da morte do bóia-fria e da empregada doméstica era apenas um elo de toda uma corrente que tinha suas ligações com o poder econômico, político, policial e partidário do estado e do país. O jornalismo, fragmentado e transmitindo o fato assim, como um “pedaço”, estava fazendo uma exposição *falsa* da realidade, porque estava sonegando informações importantes para sua compreensão (MARCONDES FILHO, 1991, p. 54).

Podemos citar outro exemplo. A partir de 1989, com a queda do muro de Berlim, de repente o mundo estava livre da ameaça comunista soviética. Ninguém foi capaz de prever essa situação, muito menos o que aconteceria a partir daquele momento. Anunciou-se o fim do comunismo sem levar-se em consideração que a China, com a maior população do mundo, seguia a mesma doutrina comunista. Como os chineses estavam adotando posturas de consumo, o que beneficiava o capitalismo, a grande mídia evitou rotular o regime de comunista.

Entender toda essa construção histórica pela rotulação de culturas, religiões e ideologias não é certamente fácil para o cidadão comum, e seguramente não se deve esperar que a televisão seja o meio que vá elucidar esse intrincado processo histórico.

Para se conseguir uma adesão da população para situações extremas como entrar em uma guerra ou aceitar passivamente um novo plano econômico que limite o acesso ao seu dinheiro – como ocorreu no Plano Collor - é necessário conquistar a simpatia do povo e passar uma idéia de que aquelas medidas são para o bem comum, mesmo que não seja verdade. A polarização não é nenhuma novidade, tampouco no Brasil.

Quando durante a Segunda Guerra Mundial a Itália aderiu ao Eixo, tornando-se aliada dos alemães, os clubes de futebol que se chamavam Palestra Itália em São Paulo e Belo Horizonte tiveram de mudar seus nomes respectivamente para Palmeiras e Cruzeiro, para que não houvesse nenhuma dúvida sobre de que lado da luta eles se encontravam. O Palmeiras, em seu primeiro jogo sob o novo nome, entrou em campo com uma bandeira brasileira para que todas as dúvidas a respeito de sua fidelidade ao Brasil fossem dirimidas. Se fosse na época da TV, esses times fariam um jogo entre si com os novos nomes, seria cantado o hino nacional, e o espetáculo estaria montado. O problema implícito é a formação de um pensamento único ou da inabilidade do telespectador de analisar criticamente a mensagem por falta de comparações ou visões alternativas. Podemos lembrar que os italianos, embora aliados dos alemães, raramente são apresentados como tal, nem que perderam a guerra. Para Guareschi (1991), essa manipulação é deliberada.

Os que detêm a comunicação chegam até a definir determinados grupos sociais como sendo melhores ou piores, confiáveis ou não-confiáveis, tudo de acordo com os interesses dos detentores do poder. Quem tem a palavra constrói identidades pessoais ou sociais. Já foram feitos estudos interessantes sobre o que determinados povos pensam de outros povos. Essa opinião está baseada, principalmente, nas informações que as pessoas recebem (GUARESCHI, 1991, p. 15).

Basta ver o tom ufanista em qualquer competição esportiva internacional, quando a TV Globo se arroga o direito de ser a porta-voz dos desejos brasileiros de vitória, traduzindo naqueles eventos toda a nossa frustração de subdesenvolvidos, derrotando

o primeiro mundo e demonstrando o nosso valor. A nossa rivalidade com a Argentina nunca foi tão apropriada para esses fins nacionalistas como em partidas de futebol, quando o locutor Galvão Bueno se permite declarar que “nada é tão gostoso quanto ganhar da Argentina”, toda vez que os dois países se enfrentam.

A rivalidade seria compreensível em nível nacional se tivéssemos com o país vizinho uma enorme fronteira habitada, onde grande parte da população entrasse em contato com os argentinos e tirasse daí suas conclusões e julgamentos sobre eles. Como isso não é verdade, deduzimos que a rixa é artificialmente alimentada pela mídia, que só se beneficia em termos de audiência em casos de situações de qualquer tipo de disputa, seja ela esportiva ou econômica.

No Brasil, as apoteoses coletivas, iniciadas com a transmissão da primeira Copa do Mundo de Futebol pela TV ao vivo, em 1970, foram logo entendidas como excelentes oportunidades para catalisar os sentimentos nacionais em torno de uma causa única, criando um momento de civismo sem paralelos, e muito difícil de ser repetido sob outras razões. No caso, tratava-se de vingar a perda da Copa de 1966 na Inglaterra e tentar o tri-campeonato que nos daria a posse definitiva da taça Jules Rimet.

Ao sabotar a cobertura da manifestação por eleições diretas, as “Diretas Já” na Praça da Sé em São Paulo, em 1984, a TV Globo tinha plena consciência de que aquelas cenas poderiam ter o mesmo efeito cívico nas pessoas que os de uma partida de futebol da seleção nacional, gerando uma onda de protestos que apressaria o fim da ditadura militar. Preferiu se calar para depois canalizar e incentivar o patriotismo brasileiro apenas nos momentos esportivos. Política não.

A política que por força da violência já havia deixado de ser um tema de conversa aberta nos lares brasileiros, perdeu seu espaço de vez também na televisão. Sodré (2001) entende que a TV fala pelo núcleo familiar, e ao não falar de política, desautoriza o tema como sendo apropriado para as discussões na hora do jantar com a TV ligada.

Quando o jornalista opta pelo estilo simples baseado numa média coloquial do idioma, é o contato com o leitor que está sendo buscado. Na tevê,

para simular contato íntimo com o espectador, a função fática *tem de se apoiar na família* como grupo-receptor necessário. É bom esclarecer: o que importa não é esse ou aquele membro da família em particular (a mãe, por exemplo), mas a família como idéia, em seu caráter de instituição onde predominam relações primárias do tipo cara-a-cara (terminologia de Cooley) e princípios morais específicos (SODRÉ, 2001, p. 57).

Quando a TV Globo fala em nome do Brasil ao transmitir um evento, fala em nome de todos nós, dessa idéia de família que nos une. A insistência em buscar um viés brasileiro em reportagens no exterior é um indício da vontade de criar um sentimento de brasilidade artificialmente. Para Adorno (1991), ao agir como parte de um grupo, o ser humano revela uma outra faceta não visível enquanto indivíduo.

As emoções humanas são excitadas quando em grupo para um frenesi que elas raramente ou nunca alcançam sob outras condições; e é uma experiência prazerosa para aqueles envolvidos se entregarem totalmente tão sem reservas às suas paixões e assim se tornarem integrados no grupo e perder o sentido dos limites das suas individualidades (ADORNO, 1991, p. 117).

Ao atingir um grande número de pessoas simultaneamente com a mesma mensagem, a TV cria um efeito catalisador de emoções com uma força modeladora de comportamento sem paralelo com os outros meios de comunicação em massa. Se levarmos em conta que estamos falando de um país com um alto número de analfabetos e de analfabetos funcionais, os efeitos de convencimento podem alcançar dimensões de maior alcance do que caso a platéia tivesse outro nível educacional. Vejamos no Quadro 1 os dados do Instituto Paulo Montenegro sobre níveis de analfabetismo:

<ul style="list-style-type: none"> • A maioria dos brasileiros (64%) entre 15 e 64 anos que estudaram até a 4ª série atinge no máximo o grau rudimentar de alfabetismo, ou seja, localizam somente informações explícitas em textos curtos e efetuam operações matemáticas simples, mas não compreendem textos mais longos nem definem estratégias de cálculo para resolução de problemas.
<ul style="list-style-type: none"> • E ainda mais grave: 12% destas pessoas podem ser consideradas analfabetas absolutas em termos de leitura/escrita, não conseguindo codificar palavras e frases, mesmo que simples, além de terem dificuldade em lidar com números em situações do dia-a-dia.
<ul style="list-style-type: none"> • Dentre os que cursam da 5ª a 8ª série, apenas 20% podem ser considerados plenamente alfabetizados e 26% ainda permanecem no nível rudimentar, com sérias limitações.
<ul style="list-style-type: none"> • Enquanto 47% dos que cursaram ou estão cursando o Ensino Médio atingem o nível pleno de

alfabetismo, esperado para este grau de escolaridade, outros 45% ainda permanecem no nível básico.
<ul style="list-style-type: none"> Somente entre aqueles que atingem ou completam o Ensino Superior observa-se uma maioria (74%) com pleno domínio das habilidades de leitura/escrita e das habilidades matemáticas.

Quadro1 – Níveis de analfabetismo e de analfabetismo funcional

Fonte: Instituto Paulo Montenegro (2008)

Para o autor espanhol Blázquez (1999) mesmo as camadas sociais mais educadas, que, em tese, poderiam apresentar algum questionamento acabam se entregando passivamente a este jogo de informar e ser informado:

A verdade é um valor fundante do direito de informar e de sermos informados. “Mas os que recolhem a informação parecem ter como preocupação dominante a sua falsificação, e os que a recebem, a de evitá-la”. Apela-se constantemente ao dever de informar e ao direito de sermos objetivamente informados. “Mas os profissionais mostram-se tão solícitos em traírem esse dever como os seus clientes desinteressados em gozar desse direito. Na adulação mútua dos interlocutores da comédia da informação, produtores e consumidores fingem respeitar-se mutuamente, quando não fazem mais do que se temerem, depreciando uns aos outros (BLÁZQUEZ, 1999, p. 11).

A acomodação entre emissor e receptor é apenas um dos problemas quando não existe um pensamento crítico ativo. Como o confronto ideológico não é desejado e considerando-se a importância que existe na construção de um imaginário, teremos de observar quais componentes integram e articulam o pensamento, procedendo-se à análise dos eixos semânticos. Assim, quando a TV contrapõe o dono de uma empresa poluidora de um rio, um secretário do meio ambiente e um morador pobre da beira deste rio, é a voz oficial que vai prevalecer, dando conta de que o problema está sob controle e que não há nada o que temer. Ao morador, por ser pobre e mal saber se expressar, só resta se submeter às autoridades constituídas. Esse princípio de, aparentemente, se ouvir os dois lados é equivocado e manipulador. As vozes não têm o mesmo impacto e poder de persuasão sobre a audiência. O argumento de autoridade acaba por prevalecer embora seja uma necessidade na construção da notícia, conforme expõe Silva (1985).

Este é o segredo da democracia burguesa: é a possibilidade aparentemente irrestrita de que as diferenças sejam explicitadas publicamente através de instituições que a todos parecem neutras, mas que, na verdade, apenas conseguem ocultar bem o seu caráter de classe, de tal forma que tais

antagonismos são absorvidos e neutralizados, embora os adversários dos setores hegemônicos mantenham a esperança de que seja possível acirrar as contradições {...} Cada instituição social que opera a mediação ideológica tem seus próprios princípios articulatórios ou eixos semânticos {...} A indústria cultural também tem os seus e, dentro dela, a televisão especificamente (SILVA, 1985, p. 55).

Para que haja uma aparente polissemia de vozes na sociedade e na mídia é fundamental que os excluídos socialmente sejam incluídos na informação, para que suas opiniões possam ser neutralizadas ao serem ouvidas. Isso ocorre justamente por não terem qualificação para se antepor à visão oficial do governo e do empresariado, bem mais articulados. A mídia vai reforçar estereótipos classistas ao apresentar essa relação de poder, pois ninguém quer pertencer ao mundo dos que não sabem se expressar.

É preciso observar que outras categorias de desinformação podem surgir no processo de escolha editorial. Ao assistir ao Jornal Nacional, o telespectador precisa acreditar que ele está servindo aos seus melhores interesses, o que está ali é importante e deve ser visto.

No entanto, Serva (2001) adverte que a análise jornalística pode apresentar três outros vícios que resultam na desinformação: a omissão, a sonegação e a submissão da informação. Sem pretender dar um tom acusatório de intencionalidade, esses são problemas que precisam ser considerados em uma análise de mídia.

Os três conceitos devem ser entendidos como diferentes níveis e razões que determinam lacunas de informação em coberturas jornalísticas ou lacunas de compreensão no consumidor de informação.

Pode-se chamar *omissão* a ausência de informação, de qualquer natureza, causada por falta de condições de órgão de imprensa de obtê-la. Isso significa então omitir por que ela não foi acessível aos profissionais envolvidos no processo de produção do órgão {...} dentro do prazo industrial de produção da edição, mas pôde ser de conhecimento de espectadores de outros veículos ou meios. Quer dizer: o fato existiu e sua existência se propagou, mas não chegou a um órgão específico ao menos em tempo hábil para sua inclusão.

Por *sonegação* entende-se aquela informação que, sendo de conhecimento do órgão da imprensa, não foi colocada na edição por alguma razão. São casos de sonegação: informações perdidas por entropia na cadeia interna de comunicação {...} o repórter fez a reportagem, mas seu relatório não permitiu uma avaliação correta do fato pelo editor; porque o editor não gostou da reportagem; ou ainda quando a direção da empresa considera que a informação não é do interesse de seu leitor ou fere seus interesses corporativos; etc.).

Por *submissão* entende-se o fato que, embora noticiado, tem uma edição que não permite ao receptor compreender e deter a sua real importância ou mesmo o seu significado. Por exemplo, a revelação de um caso de corrupção para o qual a edição não confere o destaque merecido diante da importância histórica ou política do fato; ou o seqüestro de um empresário que se desvenda no dia de uma eleição presidencial: um dos fatos ou ambos terão uma edição menos impactante do que teriam em outra oportunidade, pois vão dividir espaço nas edições e na atenção do espectador. A submissão pode também colocar os dois temas sob um mesmo paradigma, para o leitor, confundindo notícias que nada têm em comum, submetendo um fato ao enredo do outro. Quando se trata de acontecimentos reais, do cotidiano de fato, as três categorias podem se misturar e também ser alteradas em função da historicidade dos fatos (SERVA, 2001, p. 65).

O telespectador comum não participa dos processos de seleção e edição das notícias, apenas recebe os fatos como dados. Marcondes Filho (1981) acredita que o valor de uso da notícia nasce dessa aceitação do que é apresentado como sendo importante.

Para mim, a aparência de valor de uso no jornalismo leva-o necessariamente a “sensacionalizar” a vida política, econômica e social de determinada formação histórica. O que caracteriza o jornalismo não é somente vender fatos e acontecimentos (que seriam puramente o valor de uso da informação), mas, ao transformá-los em mercadoria, explorar e vender a sua aparência, o seu impacto, o caráter explosivo associado ao fato. Isso constrói a sua “aparência de valor de uso” (MARCONDES FILHO, 1981, p. 30).

Se a notícia é espetacularizada para ganhar valor de uso, esse valor será potencializado como valor de troca quando ela é comentada e gera efeitos na teleplatéia.

2.7 Efeitos de ver TV

Como meio de comunicação em massa com grande penetração, a TV produz efeitos característicos na percepção humana. Ao juntar pela edição, som e imagem em uma seqüência artificial, criando uma linguagem única à qual temos de nos adaptar a TV produz uma transformação do ser humano como afirma o pensador italiano Sartori (2001).

A palavra é um “símbolo” totalmente resolvido naquilo que se faz entender. E a palavra leva alguém a compreender somente quando for entendida, quer dizer, quando conhecemos a língua a que pertence; caso contrário é letra morta, um sinal ou um som qualquer. Ao contrário, a imagem é pura e simples representação visual. Assim para entender uma imagem é suficiente vê-la; e para vê-la basta a visão, é suficiente não ser cego.

É óbvio, então, que o caso da televisão não pode ser tratado por analogia, isto é, como se a televisão fosse uma continuação e uma mera ampliação dos instrumentos de comunicação que a precederam. Através da televisão nos aventuramos em uma realidade radicalmente nova. Por isso, a televisão não é um acréscimo, mas antes de mais nada, uma substituição que derruba a relação entre o ver e o entender. Até hoje nós tomávamos conhecimento tanto do mundo como também dos seus acontecimentos mediante a narração oral ou também escrita; hoje, porém, podemos vê-los com os nossos olhos, e a narração – ou a sua explicação – é quase apenas em função das imagens que aparecem no vídeo. Mas se isso é verdade, então decorre daí o fato que a televisão está produzindo uma espécie de permutação, uma metamorfose, que atinge a própria natureza do *homo sapiens*. É por isso que a televisão não é somente um instrumento de comunicação; é ao mesmo tempo também *paidéia*, um instrumento “antropogenético”, um *medium* (meio) que gera um novo *ánthopos*, um novo tipo de ser humano (SARTORI, 2001, p. 23).

Pereira Júnior (2003), reconhece o novo tipo de ser humano influenciado pela TV em todas as suas etapas, seja na programação jornalística, de entretenimento ou na publicidade, como tendo a sua percepção alterada.

A televisão tem um modo próprio de tratar as coisas da vida, retratar o cotidiano, enquadrar a realidade em seu terreno e ao sabor dos seus caprichos. A publicidade inverte valores, programas redefinem os limites da privacidade, o jornalismo dança conforme o entretenimento. A vida ganha cores paralelas e outro contorno ao ser embalada para exibição no vídeo (PEREIRA JÚNIOR, 2003, p. 133).

Sodré (2001) afirma que ao estabelecer seus próprios parâmetros e valores e não estabelecer um dialogismo com o telespectador, o ato de assistir a TV não se qualificaria como comunicação.

Em seu ensaio *Requiem pour les media*, (Requiem para as mídias) Jean Baudrillard desenvolve esse ponto de vista. Para ele, o que caracteriza os veículos de comunicação de massa é a sua *não-comunicação*, entendendo-se comunicação como troca, isto é, como reciprocidade de discursos – fala e resposta. Responsabilidade (não moral e psicológica), mas possibilidade de responder estabelecida na troca discursiva é o traço básico do verdadeiro processo de comunicação (SODRÉ, 2001, p. 26).

O ideal de neutralidade anunciado pela TV se deve mais à reação das pessoas de admitir e respeitar uma voz única do que a um valor realmente aceito e exercitado pelo meio de comunicação. Há muito tempo que a imposição ideológica pela força deixou de ser uma opção para qualquer tipo de enunciado que deva realmente ser imposto. A persuasão utiliza uma série de artifícios para se tornar efetiva. Um deles é fazer as pessoas acreditarem que estão vivendo em um regime democrático, e que as decisões tomadas pelo poder são aquelas que melhor atendem aos interesses da população.

A postura requerida para assistir ao JN ou a qualquer outro noticiário é de passividade crédula, já que raramente se vê um tom crítico mais explícito que possa instigar o telespectador a pensar ou refletir. Acredita-se no que está sendo dito sem que haja tempo para reação de dúvida.

Marcondes Filho (1981) afirma que ao entender o código do receptor como sendo conservador, o telejornal sabe ser necessário respeitar certos limites na sua forma de apresentar as notícias.

No jornalismo, bem como nas demais atividades econômicas e até mesmo na relação política de um sujeito ou de uma instituição com seu meio, há sempre *duas formas* de se atuar sobre um público receptor, uma clientela, uma massa. Ou rompendo o código convencional do receptor {...} introduzindo a dúvida, a reflexão, a inovação, ou atuando de acordo e em consonância com as regras estabelecidas, com as expectativas conhecidas, com os padrões amplamente esperados (MARCONDES FILHO, 1981, p. 33).

Considerando que emissor e receptor estão se condicionando mutuamente, qualquer mudança por parte do emissor nesse paradigma deve ser feita com cautela para não causar estranhamento no telespectador. O contrato entre as partes pode não estar escrito, mas está subentendido na fidelidade ao telejornal. Mudanças de atitude, de linguagem, de valores podem ameaçar uma relação estável, para quem busca um continuísmo no modo de receber notícias. Prossegue Marcondes Filho (1981) ao analisar as possíveis posturas de um telejornal, como progressista e estimulador do pensamento crítico ou conservador e reacionário.

As conseqüências políticas e ideológicas são igualmente antagônicas: no primeiro caso, o receptor “estranha”, entra em contato com temas e opiniões novas, desconhecidas de seu repertório e vê seu universo “ameaçado”. Essa forma, por agir contra o estabelecido e oficializado, gera insegurança, e a primeira reação pode ser a de rejeição {...} A primeira reação do receptor às comunicações do primeiro tipo, as que propõem “rupturas”, é a de defesa (defesa até dos valores tradicionais, tanto na esquerda quanto na direita) (MARCONDES FILHO, 1981, p. 34).

Sabemos no entanto que a TV não opera com valores estáticos pois corre o risco de ficar atrofiada e sem conexão com a sociedade. O Jornal Nacional passou da fase do adesismo militar para o da defesa da democracia sem que houvesse um ato de contrição, fez campanha aberta e sistemática a favor e contra determinados políticos sem que a mudança de postura causasse estranhamento em sua audiência. O importante é sempre manter a aparência de estar agindo certo, apresentar seu valor de credibilidade. A mudança de opinião é feita com muito tato e num processo gradual e é quase imperceptível a um olhar menos atento.

O ideal seria parar a fita com o programa gravado, rebobinar até o início da matéria e assisti-la outra vez sob um olhar criterioso, o que não ocorre quando a exibição é feita em tempo real. Quantas pessoas se dispõem a fazer isso? A releitura de um jornal, uma revista ou de um texto na internet é possível. Rever um programa de notícias é quase uma tortura a qual poucos devem se entregar com algum prazer. Para Silva (1985) essa mediação terá sempre êxito na medida em que as pessoas não percebam estarem sendo manipuladas.

Ou seja, a mediação ideológica é bem realizada quando as pessoas não a percebem. Daí a importância do seu desvelamento. A partir do momento em que as pessoas começam a se dar conta de que há um “truque”, ele começa a perder a força e se houver outro sistema de valores contraposto para desmascarar os truques e propor um novo referencial, começa-se a construção de uma nova hegemonia, passa-se a tentar imprimir outra direção cultural ao conjunto da sociedade (SILVA 1985 p. 54).

Por ser conhecedora dos mecanismos de persuasão e do discurso, a TV estará sempre se reinventando para que detenha o poder de informar.

2.8 TV no Brasil

A primeira emissora brasileira de televisão foi a TV Tupi, de São Paulo, inaugurada em setembro de 1950 com algumas centenas de aparelhos espalhados pela cidade. A novidade só estaria disponível para os cariocas no início do ano seguinte. Sem nenhuma tradição na formação de profissionais, a TV acabou por utilizar pessoas vindas do rádio para compor seus quadros técnicos. A precariedade técnica e de pessoal se arrastaria por mais de uma década, apesar da inauguração de novos canais.

Em função de diversas situações socioeconômicas e culturais a TV rapidamente se estabeleceu no Brasil como fonte de educação e entretenimento, formadora de uma cultura e de um meio mais atuante na interligação entre as diversas regiões do país, levando consigo seus vícios e virtudes conforme descreve Bucci (2000).

A televisão é muito mais do que um aglomerado de produtos descartáveis destinados ao entretenimento da massa. No Brasil, ela consiste num sistema complexo que fornece o código pelo qual os brasileiros se reconhecem brasileiros. Ela domina o espaço público (ou a esfera pública) de tal forma, que, sem ela, ou sem a representação que ela propõe do país, torna-se impraticável a comunicação – e quase impossível o entendimento nacional {...} O espaço público no Brasil começa e termina nos limites postos pela televisão {...} O que é invisível para as objetivas da TV não faz parte do espaço público brasileiro. O que não é iluminado pelo jorro multicolorido dos monitores ainda não foi integrado a ele (BUCCI, 2000, p. 9).

A história do desenvolvimento da TV no Brasil está intimamente ligada ao período ditatorial (1964-1985). Essa ligação entre a televisão e o regime de 64 aconteceu no mesmo momento histórico de ambos na medida em que um e outro criaram uma interdependência para alcançar seus propósitos. O governo militar necessitava de uma forma de comunicação em massa e a TV buscava se firmar como comercialmente viável, já que era uma indústria com sérios problemas financeiros. A aproximação foi inevitável. A população ficou de fora dos jogos do poder e das decisões que orientam o nosso modelo de televisão, ilustrando a tradição brasileira de governar sem consultar o povo e os golpes de gabinete.

Um exemplo pode ser visto na adoção do sistema de cores utilizado no país. Como os militares queriam ter acesso à tecnologia nuclear fornecida pelos alemães para a construção das usinas em Angra dos Reis, aceitaram a imposição do padrão alemão de transmissão chamado PAL, de patente da Telefunken. Ocorre que esse sistema opera em países europeus com 220V/50hz, não sendo compatível no Brasil, que tem a maioria de sua rede elétrica em 110V/60hz. A solução inovadora foi criar o PAL-M (M significando modificado) que teve o mérito de ser totalmente incompatível com os três grandes padrões então vigentes no mundo: NTSC, SECAM e PAL tornando nossos equipamentos televisivos muito mais caros por falta de produção em escala.

O mesmo modelo se repetiu na adoção do padrão digital, onde criamos outro híbrido incompatível também com qualquer sistema vigente. À população desinformada pela TV, resta apenas pagar mais caro pelo produto.

De acordo com Setton (2004) o alto grau de analfabetismo e a pobreza colaboram para que a TV seja muito mais que uma simples forma de lazer, e se torne um instrumento de aculturação pelo qual milhões de pessoas têm suas vidas condicionadas. Tal qual o catálogo de vendas pelo correio da Sears nos Estados Unidos, que no final do século XIX iria transcender sua função para se tornar um livro didático, pela total ausência dos mesmos nas zonas rurais, além de uma vitrine das cidades para as populações camponesas, também a TV faria o mesmo papel no Brasil.

O Brasil, juntamente com outros países latino-americanos, constrói, respectivamente, uma história cultural a partir de outras influências. Antes que a escola se universalizasse, antes que o saber formal se tornasse referência educativa para grande parte de nossa população, antes que a língua escrita estivesse generalizada em todo o território nacional, o rádio, a TV e o cinema já eram velhos conhecidos da população. É possível, pois, considerar que o imaginário ficcional das mídias há muito mais tempo vem colonizando os nossos espíritos. É possível considerar que esse imaginário está mais presente e é mais familiar no cotidiano dos segmentos sociais brasileiros, sobretudo os segmentos com baixa escolaridade, do que propriamente a cultura escolar (SETTON, 2004, p. 62).

A TV começou a se popularizar à medida que os receptores ficavam mais baratos, na segunda metade da década de 1960. Para que ela pudesse ser viável economicamente era necessário ter anunciantes que patrocinassem os programas. A

ingenuidade nas relações comerciais com os patrocinadores que regiam a TV naqueles dias chegava a ponto de permitir que vários programas levassem o nome da empresa no próprio título. Assim, tivemos: “Patrulheiros Toddy”, “Gincana Kibon”, “Repórter Esso” e muitos outros. Essa associação íntima, se por um lado vinculava o programa a um patrocinador fixo, por outro excluía a possibilidade de se ter outros anunciantes dentro do mesmo programa. Criava também limites, sobretudo para os noticiários.

Figura 8 – Telejornal Repórter Esso

Fonte: <http://cienciahoje.uol.com.br/controlPanel/materia/view/2268>

Como poderia o “Repórter Esso” falar algo que contrariasse os interesses do cartel do petróleo? Como mostrar o descaso do governo e o total abandono das nossas ferrovias em favor da construção de rodovias, fato que ia frontalmente contra nossos interesses, já que a maior parte do petróleo era importado – assim como a maioria dos carros – gerando uma enorme despesa em moeda forte e endividando o país? Como mostrar o que a Petrobrás estava realizando em termos de prospecção de petróleo se a Esso, uma concorrente, patrocinava o programa? Essa fórmula, que teve pouca duração, não terminou, apenas transmutou-se. Hoje os programas não levam mais o

nome do patrocinador no título, mas estão presentes de outra maneira. Se forem patrocinadores fixos, terão direito a mensagem comercial na abertura do programa, nas chamadas, no encerramento, além de uma cota dos comerciais propriamente ditos.

O preço dessa presença na TV está diretamente ligado à audiência. Quanto mais pessoas estiverem assistindo ao programa, mais possibilidades o anunciante terá para vender o seu produto. Vale ressaltar que “produto” aqui pode significar também uma linha de comportamento religioso ou ideológico.

No caso da ditadura militar, havia um projeto de forjar uma identidade nacional, que era algo imprescindível para unificar o povo e instruí-lo contra o que se chamava de ameaça comunista. Aliada de primeira hora no golpe, a Igreja Católica – inimiga férrea da doutrina comunista – não teve problemas em dar apoio à supressão dos direitos. Assim, poderia dar palpites no conteúdo cultural do que a censura deveria liberar em termos “apropriados” para o consumo da população brasileira, já que ela se autodenominava – ou pelo menos assim agia – como guardiã dos nossos princípios morais.

De posse do executivo, com o apoio das suas próprias armas, e da Igreja que tratava de manter o rebanho assustado dentro dos seus limites morais de atuação, restava à ditadura um parceiro midiático para divulgar sua mensagem. O quarto poder, a mídia, serviria de porta-voz à nova ideologia.

Essa aliança tinha sua razão de ser para além dos nossos domínios. Do ponto de vista estratégico, o Brasil é o principal território na América Latina - além da maior população católica do mundo - ocupando uma área que lhe permite fazer fronteira com todos os países do continente, exceto Equador e Chile. Essa fronteira enorme e permeável seria facilmente transposta pela guerrilha comunista que já havia se instalado em Cuba e agora ameaçava se espalhar por todo o continente. A tolerância americana para a expansão do comunismo tão próximo de sua área de influência havia terminado com a tomada do poder por Fidel Castro. A geopolítica se impunha.

Estava claro que nenhum outro território seria cedido, e para isso, os norte-americanos começaram um programa de ajuda financeira aos países latino-americanos, chamado “Aliança para o Progresso”. Lançado pelo presidente Kennedy, em 1961, na

cidade uruguaia de Punta del Leste, com a presença de todos os embaixadores da América Latina, o programa prometia uma verba de vinte bilhões de dólares em um prazo de dez anos. Todos os países seriam beneficiados, com a específica exceção de Cuba.

Na verdade, esse programa era apenas a continuidade da Doutrina Monroe, estabelecida pelo então Presidente James Monroe, em 1823, que dizia: “A América para os americanos”. Se os europeus quisessem estabelecer suas colônias na África e na Ásia, que o fizessem. Nas Américas, a sua presença não seria mais tolerada. O projeto emergente de império dos norte-americanos começou aí. Os americanos aos quais ele se referia seriam mais eles próprios que os latino-americanos.

Nas palavras de Johnson (2007), {...} os Estados Unidos se proclamaram o protetor das nações do Hemisfério Ocidental contra eventuais novas incursões européias (JOHNSON, 2007, p. 219).

A tentativa de impor laços culturais com o Brasil, e por conseqüência com todo o continente, não era nova. Durante a Segunda Guerra Mundial o governo americano já havia enviado ao país uma delegação que incluía Walt Disney, Orson Welles e muitos burocratas que iriam fazer propaganda pró-americana durante a guerra, tentando desviar a simpatia que o Presidente Vargas mostrava pelo fascismo. Os resultados foram variados. De Walt Disney resultou o personagem Zé Carioca, que incluía o brasileiro dentro do mundo mágico dos desenhos animados. De Orson Welles, um documentário “É tudo verdade”, proibido pela ditadura Vargas, que retratava a dura vida dos jangadeiros no nordeste. O filme permaneceu muito tempo inédito e sem ser finalizado, coincidindo com o início do declínio de sua carreira.

A recente visita de George W. Bush ao Brasil, com a desculpa do interesse pelo etanol, foi apenas a seqüência da mesma estratégia de se aproximar do país quando somos cortejados por uma terceira força. No caso, a ameaça é o presidente venezuelano Hugo Chávez que tenta estabelecer uma liderança no Cone Sul, com um discurso anti-norte-americano. Novamente, o aliado norte-americano, por bem ou por mal, será o Brasil.

Os militares que deram o golpe em 1964 sabiam que poderiam contar com a simpatia norte-americana para seus projetos de poder, assim como com a ajuda da Igreja Católica, até então um dos maiores comunicadores de massa do país, com sua vasta rede de templos e com uma mensagem única a respeito do comunismo: “não”. Documentos revelados recentemente – de autoria do então embaixador americano no Brasil, Lincoln Gordon – comprovam esses fatos, como retrata a reportagem da Folha de S. Paulo de 15 de julho de 2007.

A condecoração de Che Guevara, um dos maiores símbolos da revolução cubana, pelo então presidente Jânio Quadros, já havia acendido as luzes vermelhas de alarme para essa aproximação do Brasil com Cuba, considerada intolerável pelos norte-americanos.

Até a criação da rede de microondas da Embratel em 1969, a TV no Brasil era uma pequena colcha de retalhos, do ponto de vista de comunicação em massa, já que as emissoras operavam com uma programação local, e não em rede. Pela impossibilidade de se transmitir sinais com qualidade a longa distância, os canais eram eminentemente regionais, com programação voltada ao que acontecia em seu entorno, sobretudo no jornalismo. Somente com a inauguração do sistema de microondas e a interligação por satélite é que o país iria sair do isolamento entre suas diversas regiões e tomar consciência do que estava acontecendo em outros pontos distantes. A formação de rede foi um importante fator no programa de integração nacional do regime militar.

Uma emissora chamada de cabeça-de-rede, no caso a TV Globo, sediada no Rio de Janeiro, produzia e transmitia para todas as suas afiliadas pelo país a mesma programação, exceto os telejornais locais que normalmente antecedem os de rede. Essa unicidade na programação permitirá formar uma consciência nacional pautando as conversas, estabelecendo temas a serem discutidos como importantes. O momento histórico é assim descrito por Ortiz (2001).

O crescimento da classe média, a concentração da população em grandes centros urbanos vão permitir ainda a criação de um espaço cultural onde os bens simbólicos passam a ser consumidos por um público cada vez maior. 64 inaugura um período de enorme repressão política e ideológica, mas

significa também a emergência de um mercado que incorpora em seu seio tanto as empresas privadas como as instituições governamentais. Durante o período 64-80 ocorre uma formidável expansão, a nível de produção, da distribuição e do consumo de bens culturais. É nesta fase que se dá a consolidação dos grandes conglomerados que controlam os meios de comunicação de massa (TV Globo, Ed. Abril etc.) (ORTIZ, 2001, p. 83).

Com um país amordaçado pela censura, e uma tabula rasa do ponto de vista político e cultural, não seria difícil implantar a agenda dos militares gradativamente. Os únicos canais de comunicação com a massa – rádio e televisão – encontravam-se sob controle. A imprensa escrita, que hoje representa pouco em termos de impacto na massa, representava menos ainda no início da década de 1970. Os jornais O Estado de São Paulo, Folha de S. Paulo, O Globo e Jornal do Brasil tinham uma distribuição limitada, no máximo dentro de seus estados de origem, e as revistas semanais de maior circulação se resumiam a Veja, recém lançada, e Manchete, totalmente adesista e superficial.

Milanesi (1978) retrata dessa forma a situação de uma cidade do interior paulista, Ibitinga, naquele momento histórico. A entrada de novas formas de mídia iria acarretar transformações sociais profundas em centenas de cidades brasileiras, mudando para sempre valores que seriam substituídos por uma outra escala, nem sempre bem compreendida, posto que oriundos de uma realidade distante e que jamais foi explicada; pelo contrário, imposta, sem oferecer nenhuma possibilidade de diálogo.

Numa sociedade agrícola, o lazer adquire características próprias que devem necessariamente ser levadas em consideração. O caipira, ou o caboclo como os imigrantes denominavam o homem fixado na terra há mais tempo, na opinião generalizada não apresentava muita propensão ao trabalho, passando parte de sua existência no ócio. Tal crença talvez possa ter origem na própria diferenciação entre o trabalho europeu, que visava o lucro, a riqueza e o trabalho caipira que tinha por objetivo a subsistência. Além disso, não havia uma fronteira marcante entre o trabalho e o lazer. Antônio Cândido diz que o “lazer, caça, coleta, pesca, indústria doméstica, cooperação, festas, celebrações, era parte integrante da cultura caipira; condição sem a qual não se caracterizava, não devendo, portanto, ser julgado no terreno ético, isto é, ser *condenado* ou *desculpado*, segundo é costume”. E afirma ainda o mesmo autor: “Antigamente, a dimensão lúdica era uma das vigas da cultura caipira favorecida pelo lazer e a vida social fechada. Hoje, ela vai sendo obliterada pelo ritmo de trabalho, a abertura de uma economia dependente e a diminuição dos incentivos de outrora (MILANESI, 1978, p. 121).

Essa sociedade brasileira agrícola e com cultura própria, ironicamente seria retratada a partir dali somente em documentários que saíssem em busca do Brasil interiorano. O caipira não se reconheceria mais no espelho da televisão.

Prossegue Milanesi (1978) no ritual de perda da identidade local para uma suposta integração nacional.

Na zona central do Estado de São Paulo, curso médio do rio Tietê, até fins da década de 50 as emissões de TV não haviam chegado regularmente. Os municípios mais distanciados da capital paulista ligavam-se a ela e também ao Rio de Janeiro, de uma forma mais direta pela simultaneidade de emissão e recepção, através das transmissões radiofônicas. Revistas e jornais também eram veículos de aproximação entre as capitais e a cidade do interior, mas de disseminação mais restrita já que os receptores situavam-se na faixa minoritária dos letrados {...} No caso da região central do Estado de São Paulo, essencialmente agrícola e até recentemente com o predomínio da zona rural sobre a urbana, o contato com os novos veículos de comunicação coletiva propiciou um confronto de valores e alteração de costumes. Com destaque, a TV pela sua natureza, aproximou culturas diferentes. No caso específico de Ibitinga, a população impregnada de valores e costumes de tradição caipira recebeu em seus redutos as imagens e sons característicos de um outro meio social {...} Em 1957, sete anos após as primeiras transmissões de TV no Brasil, efetuadas em São Paulo, noticiava-se a possibilidade de chegarem à região de Ibitinga as imagens da emissora pioneira, a TV Tupi. No entanto tal fato só ocorreu seis anos depois. Em 10 de março de 1963, o jornal *O Comércio* noticiava: "Ibitinga receberá dentro de pouco tempo, programas televisados. Vem ela, a TV, paulatinamente, mas eficientemente, deixando a capital para infiltrar-se pelo nosso interior. Já não apalpa o terreno, pois o tem como o mais propício para o desenvolvimento. Hoje, já grande região estadual, goza deste melhoramento, que se torna uma constante na vida interiorana (MILANESI, 1978, p. 11).

Até então restrito à cobertura local, com poucas imagens externas devido ao peso e à pouca portabilidade dos equipamentos, o telejornalismo ganharia uma nova dinâmica com a introdução de novas tecnologias. Os altos custos da película de 16 mm foram drasticamente reduzidos com a chegada do vídeo teipe, fita magnética que podia ser apagada e regravada várias vezes. Com a mentalidade de lucro máximo das emissoras, a maior parte do que era gravado não ia para um arquivo que serviria para ilustrar a memória nacional, já historicamente tão carente de registros. Vale a pena citar que essa prática de "apagar" fitas se revelou extremamente perniciosa para a memória visual nacional.

Guareschi (1991) acredita que o poder precisa do controle da informação e da comunicação.

A posse da comunicação e a informação tornam-se instrumento privilegiado de dominação, pois criam a possibilidade de dominar a partir da interioridade da consciência do outro, criando evidências e adesões, que interiorizam e introjetam nos grupos destituídos a verdade e a evidência do mundo do dominador, condenando e estigmatizando a prática e a verdade do oprimido como prática anti-social. Essa sociedade de dominação, por não poder ser questionada e contestada, se fortifica e se solidifica, passando a exercer a hegemonia numa determinada sociedade; hegemonia no sentido mais exato de Gramsci: o poder que possui um grupo dominante de definir uma situação ou uma alternativa como a única e válida possível (GUARESCHI, 1991, p. 19).

Má conservação, incêndios e negligência acabaram por apagar momentos que formaram o imaginário nacional. Apenas para ficar no campo do futebol, da Copa de 1950 restam apenas alguns minutos. Pelé e Garrincha, os dois maiores ídolos, sempre elevados à categoria de gênios, possuem também poucas cenas guardadas de seus grandes momentos, que são eternamente repetidas. Personagens da recente história política brasileira como Juscelino, Jânio, Jango, Brizola, Prestes e muitos outros considerados perigosos ou inconvenientes para o regime foram também eliminados dos arquivos. Esse “apagamento” da memória serviria em muito, ao regime militar. Nomes que pudessem servir de catalisadores para uma possível oposição foram simplesmente censurados e não podiam ser citados na TV. Como a maioria, de qualquer modo, estava no exílio, tornava-se ainda mais difícil produzir imagens, reportagens ou entrevistas sobre eles.

Em um país com as dimensões territoriais do Brasil – e com os altos índices de analfabetismo e analfabetismo funcional – ter o privilégio de controlar as transmissões de TV é um dos primeiros passos para se exercer o poder. Se a ditadura hoje já não se impõe mais pela força militar, a nova ordem de controle social passa pelo jogo da democracia, que, teoricamente, seria o controle do poder pelo povo.

Em tese, a lei 4.117 proíbe que homens públicos tenham emissoras de rádio e TV em seus nomes. Vejamos o que dizem Pereira Junior e Müller (1997).

A legislação básica que regulamenta o rádio e a televisão no Brasil é a Lei 4117, de 27 de agosto de 1962, mais conhecida como Código Brasileiro de Telecomunicações. Ela qualifica os serviços de radiodifusão como de interesse nacional e com uma finalidade educativa e cultural. Um decreto-lei de 1991 consolida todas as concessões de rádio e televisão em vigor inclusive os canais

que são cabeças de rede, consagrando a ampliação do prazo de concessão de televisão para quinze anos.

De acordo com Guimarães e Amaral, de um modo geral, o Ministério das Comunicações não controla nem a propriedade dos canais nem a estruturação e a constituição das redes. Não existem, por exemplo, mecanismos que assegurem o cumprimento das normas legais que limitam as concessões a cinco canais de VHF em todo o território nacional por pessoa jurídica e dois canais por estado (PEREIRA JÚNIOR; MÜLLER, 1997, p. 47).

O “jeitinho brasileiro” permite que isso aconteça, pois os políticos utilizam os nomes de outras pessoas, que, na verdade, não têm poder nenhum, são os chamados “laranjas”. Assim, o que se vê são políticos controlando a comunicação televisiva a seu favor, sem nenhum constrangimento, e à revelia da lei. É público e notório que a família Sarney controla as retransmissões da TV Globo no Maranhão, assim como os Collor em Alagoas, o grupo do ex-senador Antônio Carlos Magalhães na Bahia e assim por diante. Se o Brasil foi dividido em capitanias hereditárias por Portugal, esse mesmo princípio se aplica no controle da informação via televisão.

Este é um intrincado jogo político e sua única finalidade é permanecer no poder. Vianna (2005) descreve assim uma típica manobra de bastidores no Congresso nacional, onde deputados estão a serviço de seus próprios interesses.

O deputado Alceste Almeida (PMDB-RR) tomou uma iniciativa para tentar sanar a irregularidade que recai sobre os colegas concessionários diretos de emissoras de rádio e TV. Reuniu 189 assinaturas e apresentou a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 453/2005 no último dia 30 de agosto. O texto da PEC é tão singelo que suas intenções passam despercebidas a quem não conhece, minimamente, a Constituição. Apenas sugere o acréscimo de um parágrafo 6º ao artigo 222 com a seguinte redação: “Não se aplica a este artigo o disposto no artigo 54 da Constituição Federal”. O artigo 222 dispõe justamente sobre a propriedade das empresas jornalísticas e de radiodifusão. O artigo 54 trata das restrições impostas aos parlamentares para o exercício do mandato. A ementa (resumo explicativo) atribuída à PEC acaba esclarecendo a questão aos leigos: “Autoriza deputados e senadores a serem proprietários de empresas jornalísticas, emissoras de rádio e televisão. Alterando a nova Constituição Federal.” O deputado Nelson Proença, um dos 189 signatários da PEC – que diz ter votado sem saber na renovação da concessão de sua rádio – , garante que também assinou sem ler o documento que lhe foi apresentado por Alceste. “Os colegas pedem, e a gente assina para ele protocolar o projeto. Nem sabia do que se tratava” (VIANNA, 2005).

O que emerge desse procedimento é um distanciamento dos princípios republicanos num simulacro democrático em que a fachada é tecnicamente de um

regime aberto, orientado para satisfazer as necessidades da população, mas na prática, temos um regime fechado para os que não fazem parte do pequeno círculo do poder brasileiro, e a TV é um instrumento poderoso na manutenção deste *status quo*.

Quando os militares resolveram integrar o país, de norte a sul via satélite, com a criação da Embratel, necessitavam de uma rede de televisão que lhes servisse para esse propósito e não apresentasse possibilidades de divergência. A TV Globo ainda dava seus primeiros passos na área televisiva, com bem menos experiência que outras TVs como a Record, da família Machado de Carvalho, a Excelsior, da família Simonsen ou a Tupi, dos Diários Associados de Assis Chateaubriand, todas de propriedade de pessoas consideradas não confiáveis pelo regime de força. Tendo começado a operar em meados de 1965 sem se distinguir em nenhum aspecto, não foi até a assinatura de um contrato – de resto inconstitucional – com o grupo Time-Life, que dava à TV Globo uma série de privilégios do ponto de vista técnico e financeiro, que a tornariam em pouco tempo e até os dias de hoje a líder de audiência, e por consequência, de faturamento. Silva relata essa mudança da seguinte forma:

Por um lado, havia um “contrato de assistência técnica” entre a Globo e o grupo norte-americano Time-Life, assinado ainda durante o governo Goulart, mas efetivado a partir de 1965, através do qual a emissora brasileira recebeu 5 milhões de dólares até abril de 1966, além de pessoal especializado e equipamentos sofisticados. De outro lado, havia a decadência e cassação da concessão da TV Excelsior, pertencente à família Simonsen que tinha estreitas ligações com o governo Goulart e caiu em desgraça após o golpe militar de 1964 (SILVA, 1985, p. 30).

Para além desse impulso inicial que a colocaria em um invejável patamar de qualidade tanto de pessoal como de equipamento, é de se notar que a mesma fórmula não tenha se repetido em relação às outras emissoras, que entraram em franco processo de falência, permitindo a criação de uma liderança que seria literalmente impossível de ser alcançada pelas próximas quatro décadas. Esse é um feito nada desprezível no volátil mundo da televisão mundial, onde as lideranças se alternam e os níveis de audiência do líder estão apenas a alguns pontos a mais do segundo e do terceiro lugar. A hegemonia da TV Globo chegou a tal ponto que cada programa era anunciado pela frase de chamada: “no ar, mais um campeão de audiência”. Cabe

ressaltar que o processo de bancarrota das outras emissoras se arrastou por mais de uma década, até que sem nenhuma alternativa, o governo militar começou a buscar novos interessados nas concessões. Tradicionais críticos dos militares, o Jornal do Brasil e a Editora Abril, que há muito pleiteavam uma concessão, foram preteridos em favor do Grupo Bloch, que editava a revista Manchete e de Sílvio Santos, do Baú da Felicidade, empresários bem mais afinados com a idéia de submissão à ditadura, elemento necessário para se fazer parte do poder. A TV Globo é atualmente a única emissora cuja propriedade segue nas mãos dos donos originais.

A chegada a essa situação de privilégio e suas conseqüências no quadro do poder no país é descrita por Miceli (1984).

A televisão brasileira, sob a liderança da Globo, alterou drasticamente as relações de força entre os principais investidores institucionais no mercado de bens culturais, minando a posição até então homogênea dos grupos proprietários dos grandes diários editados no eixo Rio de Janeiro/São Paulo (o grupo O Estado de São Paulo/família Mesquita; grupo Jornal do Brasil/família Pereira Carneiro; grupo Folha da Manhã/família Frias) e restringindo o raio de manobra e influências daquelas instâncias políticas (os partidos políticos oposicionistas, mas também o PDS, a Igreja Católica, as organizações mais prestigiosas das elites civis e militares, tais como a OAB, a ABIL, o Clube Militar, etc) cujo calibre de pressão depende cada vez mais do espaço e cobertura que lhes concedem os veículos de maior penetração da indústria cultural (MICELI, 1984, p. 19).

Além da indústria cultural, o Brasil entrava em sua era de modernização da indústria de bens de consumo. Um regime capitalista precisa consumir e, nossos produtos, além de escassos, eram antiquados. A primeira grande leva de carros fabricados no país com *design* contemporâneo como o Corcel, o Opala, a Variant e muitos outros que entravam no lugar dos obsoletos Simca-Chambord, DKW, Aero-Willys, chegava no final dos anos 60 e estabelecia novos padrões de consumo. A TV Globo entendeu perfeitamente bem essa nova demanda e se adiantou na introdução de várias medidas estéticas e de padrões de comportamento que a tornariam conhecida como a “Vênus Platinada”.

Para Kehl (1986), essa mudança se deu em função de pessoas que percebiam os novos tempos, deixavam de lado o amadorismo e encaravam a TV como um negócio de poder e, sobretudo, para ganhar muito dinheiro.

A virada da Globo se dá no começo de 1966 com a mudança na concepção do que viria a ser o veículo de televisão: a emissora deixa de ser dirigida por gente do meio artístico e jornalístico e passa a ser controlada por homens de publicidade e marketing, tendo na cabeça Walter Clark, o homem que pensou a televisão em termos da indústria da propaganda (KEHL, 1986, p. 174)

A visão empresarial da TV Globo seria altamente beneficiada no início dos anos 70, pelo que se convencionou chamar de milagre brasileiro. Impulsionada por investimentos pesados na área de infra-estrutura, numa época em que as empreiteiras estavam por todas as partes do país, da ponte Rio - Niterói, passando pela Transamazônica, a hidroelétrica de Itaipu, as usinas nucleares de Angra dos Reis. Projetos que necessitavam de mão-de-obra especializada e geravam riqueza e consumo.

Por trás disso tudo, o petróleo e os dólares baratos dos empréstimos internacionais criavam uma sinergia positiva que possibilitava ao país crescer quase 10% ao ano, taxas alimentadas por um mercado francamente atrasado no consumo. Mas este ciclo seria bruscamente interrompido pela primeira crise do petróleo em 1973 que alterou drasticamente nossa balança de pagamentos com uma alta de preços do produto de mais de 300%. Como éramos primariamente importadores e pagávamos as importações em dólar – isso gerou uma necessidade ainda maior de arrochar os assalariados e calar a voz dos poucos dissidentes que ainda restavam. A maioria se encontrava no exílio, ou permanentemente silenciada. A frase do general Médici, então presidente do país, revela o conforto que sentia na sua aliança com a TV Globo, que mantinha os problemas reais do país longe das telas de TV.

Sinto-me feliz, todas as noites, quando ligo a televisão para assistir ao jornal. Enquanto as notícias dão conta de greves, agitações e conflitos em várias partes do mundo, o Brasil marcha em paz, rumo ao desenvolvimento. É como se eu tomasse um tranqüilizante, após um dia de trabalho (SILVA, 1985, p. 38).

Os critérios de seleção da informação, aliados à identificação profunda existente entre a emissora e o regime militar, por certo foram fatores decisivos para a linha editorial adesista e triunfalista que marcariam o desempenho do Jornal Nacional desde

a década de 70, tempos de “milagres econômicos”, ufanismo e consolidação do império global, até hoje.

A falta de diálogo na sociedade e sua substituição pela indústria do entretenimento inconseqüente e alienador dos programas de auditório, novelas e futebol, e a ausência de questionamento e debates de vozes pluralistas deixariam marcas profundas na sociedade brasileira, que se manifestam até os dias de hoje. Parceira de primeira hora e arquiteta de projetos televisivos cujo único propósito era o de manter o país nas sombras, a TV Globo se distancia de vez da concorrência e se estabelece como a porta-voz do governo, criando um telejornal que não levaria o seu nome, mas sim, a cunha de “nacional”, como se tivesse autorização oficial para falar em nome do governo. Em 1969 nascia o Jornal Nacional, primeiro telejornal em rede do país e que iria mostrar aos brasileiros o Brasil que eles não conheciam.

Figura 9 – Roberto Marinho (3º eq. para dir.) no aeroporto de Brasília em 1968

Fonte: Brito (2002)

2.9 Jornal Nacional

Ao tomar para si o epíteto de “Nacional”, o noticiário da Globo buscava passar à população uma imagem oficialista, equiparando-se à – esta sim, oficial, - Rádio Nacional. Inicialmente uma rádio privada, ela seria nacionalizada por Getúlio Vargas em 1940 e transformada em instrumento de propaganda do regime. Foi extremamente popular até o final dos anos 50, quando entrou em decadência e começou a ceder espaço para a televisão.

Segundo Silva (1985), o Jornal Nacional foi de fundamental importância para dar ao país uma consciência única. Repleto de bonitas imagens que captava pelo país afora, mas totalmente esvaziado em seu conteúdo jornalístico ele vinha preencher a necessidade de se integrar o país, baseado na premissa da ditadura de “integrar para não entregar”.

Em um momento tão crítico para a sociedade brasileira, que pelo lado positivo passou a enxergar-se como nação, havia uma necessidade profunda de se modernizar seu pensamento político, social, religioso, para ficarmos a par do que ocorria no resto do mundo. Já havíamos passado ao largo da história nos anos 60, proibidos que estávamos de ter acesso às mudanças que ocorriam por todo o planeta. Iríamos também perder os anos 70.

Em um país distanciado do mundo e de si próprio como, a formação desse caráter integrado pela TV seria falsificada por estereótipos novelescos – que perduram até hoje – e por um jornalismo chapa branca, que em nenhum momento, tentou oferecer resistência ao projeto de desinformação que lhe era pedido.

Figura 10 – Logotipo do Jornal Nacional

Fonte: Jornal Nacional, Rede Globo de Televisão

No dia 1º de setembro de 1969 o Jornal Nacional da Rede Globo de Televisão foi ao ar pela primeira vez. Já foi diversas vezes ressaltado por vários autores que seu surgimento coincide com o endurecimento do regime militar. Ele inaugurou um novo estilo de jornalismo na TV brasileira. Primeiro, por iniciar a era do jornal em rede nacional até então inédito entre nós. Depois, por consolidar um modelo de timing da informação em que a fragmentação dos fatos em espaços de tempos curtíssimos e a obsessão pelo que ocorre “agora” é tão grande que chega ao ponto de quase eliminar informações de background que ajudariam o espectador a localizar-se e transformar o noticiário numa espécie de telenovela de fatos reais na qual o espectador que perde um dia do “enredo” sente dificuldades de se situar diante deles no dia seguinte porque as informações pressupõem a audiência ao programa da véspera. Terceiro porque consagrou um estilo de apresentação requintado e frio, pretensamente objetivo, em que o locutor mostra-se formal e distante e os efeitos especiais e teipes têm importância decisiva, como nunca até então no telejornalismo brasileiro. Quarto pela extensão dos assuntos abrangidos, com a instalação de escritórios no exterior, correspondentes em diversos países e em praticamente todos os Estados. Finalmente por ter se transformado no principal e, na maioria dos casos, único meio de informação dos brasileiros, sua ponte com o país e o mundo; uma ponte trôpega e enganadora, como qualquer análise crítica mais rigorosa demonstrará, mas – em função do virtual monopólio – de virtual importância para o país (SILVA, 1985, p. 38).

Fazer essa análise é a proposta fundamental do nosso trabalho, considerando-se que mais de vinte anos se passaram desde o estudo de Silva (1985) e os resultados aqui conseguidos servirão para estabelecer novos parâmetros de avaliação do JN.

Bucci (2000) denuncia a não-correlação dos fatos como sendo proposital, ao comentar a cobertura do JN.

Como foi a cobertura da greve dos metalúrgicos? Em nenhum momento a palavra greve foi associada ao direito do trabalhador, a perdas salariais, e mesmo ao risco pessoal de perder o emprego que todo grevista enfrenta. Ao contrário, a palavra greve foi enfaticamente associada a prejuízo. De Brasília, a repórter anunciou, a pretexto de traduzir pensamento do presidente da República: “Se a greve interessa a alguns, o Plano interessa a todos”. Para fechar a reportagem, fala o ministro Ciro Gomes, garantindo que os metalúrgicos já tiveram um ganho de 21% (sic) e que não deveriam fazer greve. Ciro Gomes está entre as coisas boas; os grevistas pertencem ao lado do mal, os grevistas e aqueles a quem a greve interessa (BUCCI, 2000, p. 54).

É sabido que os jornalistas da TV Globo não têm permissão nem autonomia para emitir opinião sobre qualquer assunto, muito menos escrever ou participar de programas ou eventos midiáticos que possam misturar e confundir a opinião pública: se quem fala é o jornalista em nome da emissora ou na condição de pessoa física.

Bonner (2004) descreve o processo decisório que norteia a editoria do JN compreendendo a necessidade de atender aos diversos setores da sociedade, ao mesmo tempo em que sabe ser parte de um telejornal que exerce forte influência nas pessoas, justamente pela ausência de outras fontes informativas, no caso de populações carentes que vivem longe dos grandes centros onde circulam a maioria dos jornais, ou de analfabetos.

A televisão é, no Brasil, a fonte única de comunicação de milhões de pessoas com o mundo. Uma pesquisa divulgada em meados de 2002 deu uma medida desse poder: mais da metade dos eleitores declarou que escolheria seu candidato nas eleições daquele ano com base em informações recebidas via TV {...} Assim, por ser fonte única de informações para tanta gente, um telejornal de rede (como o Jornal Nacional, da Rede Globo) tem a missão de exibir prioritariamente aquilo que de mais importante ocorreu naquele dia no Brasil e no mundo. São os temas factuais. Uma vez atingida essa meta, o tempo disponível é dedicado aos temas de atualidade mais relevantes e abrangentes, em termos de impacto social, isto é: fatos que não ocorreram necessariamente no dia da exibição, mas têm ocorrido, ou devem continuar

ocorrendo por algum tempo, afetando diretamente um universo amplo de cidadãos telespectadores (BONNER, 2004, p. 111).

Apesar de Bonner (2004) afirmar que o JN cobre o que aconteceu de mais importante no Brasil e no mundo, ele não nos revela quais os critérios utilizados para se chegar a esse consenso. Quais os valores econômicos, éticos, morais, religiosos, sociais ou de outra ordem que influem nesta decisão? Qual é o grande elemento balizador que sinalizaria a importância de uma reportagem sobre outras tantas?

Quando um grupo de professores da USP foi convidado a visitar a redação do JN em 2006, ocorreu um diálogo que nos mostra com maiores detalhes, quais são os reais critérios na hora de selecionar as notícias mais importantes e como elas serão apresentadas. Segundo Leal Filho (2006).

A conversa com o apresentador, que é também editor-chefe do jornal, começa um pouco antes da reunião de pauta, ainda de pé, numa ante-sala bem suprida de doces, salgados, sucos e café. E sua primeira informação viria a se tornar referência para todas as conversas seguintes. Depois de um simpático “bom dia”, Bonner informa sobre uma pesquisa realizada pela Globo que identificou o perfil do telespectador médio do Jornal Nacional. Constatou-se que ele tem muita dificuldade para entender notícias complexas e pouca familiaridade com siglas como BNDES, por exemplo. Na redação, foi apelidado de Homer Simpson. Trata-se do simpático mas obtuso personagem de *Os Simpsons*, uma das séries estadunidenses de maior sucesso na televisão em todo o mundo. Pai da família Simpson, Homer adora ficar no sofá, comendo rosquinhas e bebendo cerveja. É preguiçoso e tem o raciocínio lento.

A explicação inicial seria mais do que necessária. Daí para a frente, o nome mais citado pelo editor-chefe do Jornal Nacional é o do senhor Simpson. “Essa o Homer não vai entender”, diz Bonner, com convicção, antes de rifar uma reportagem que, segundo ele, o telespectador médio não compreenderia (LEAL FILHO, 2006, p. 178).

Uma vez estabelecido o perfil médio do telespectador do Jornal Nacional, é hora de escolher quais matérias ele poderia compreender, dentro de qual terminologia e qual contexto. Prossegue Leal Filho (2006).

A primeira reportagem oferecida pela “praça” de Nova York trata da venda de óleo para calefação a baixo custo feito por uma empresa de petróleo da Venezuela para famílias pobres do estado de Massachusetts. O resumo da “oferta” jornalística informa que a empresa venezuelana, “que tem 14 mil postos de gasolina nos Estados Unidos, separou 45 milhões de litros de combustível” para serem “vendidos em parcerias com ONGs locais a preços 40% mais baixos do que os praticados no mercado americano”. Uma notícia de impacto social e político.

O editor-chefe do Jornal Nacional apenas pergunta se os jornalistas têm a posição do governo dos Estados Unidos antes de, rapidamente, dizer que

considera a notícia imprópria para o jornal e segue em frente (LEAL FILHO, 2006, p.178).

Como o JN não trata com simpatia o presidente venezuelano Hugo Chavez, ele não seria foco de atenção em uma reportagem que claramente desafia ao governo americano a vender óleo mais barato. É de se questionar por que o JN precisa da opinião do governo americano? Ele não poderia perguntar às pessoas que seriam favorecidas o que acham da idéia? Não seria esse um caso de omissão de informação já que o ponto de vista da autoridade não é conhecido? Prossegue Leal Filho (2006).

Em Contagem um juiz estava determinando a soltura de presos por falta de condições carcerárias. A argumentação do editor-chefe é quanto ao perigo de criminosos voltarem às ruas. “Esse juiz é um louco”, chega a dizer indignado. Nenhuma palavra sobre os motivos que levaram o magistrado a tomar essa medida e, muito menos, sobre a situação dos presídios no Brasil. A defesa da matéria é em cima do medo, sentimento que se espalha pelo País e rende preciosos pontos de audiência (LEAL FILHO, 2006, p.178).

Esta é uma situação em que um jornalismo equilibrado buscaria os dois lados da questão e colocaria em xeque se é justo manter presos em condições sub-humanas. Ao escolher um ponto de vista, encurta o debate, simplifica a questão sob a égide do medo, que mantém as pessoas em casa assistindo a TV. Ainda Leal Filho (2006).

Sobre a greve dos peritos do INSS, que completava um mês – matéria oferecida por São Paulo -, o comentário gira em torno dos prejuízos causados ao órgão. “Quantos segurados já poderiam ter voltado ao trabalho e, sem perícia continuam onerando o INSS?”, ouve-se. E sobre os grevistas? Nada.

De Brasília é oferecida uma reportagem sobre “a importância do superávit fiscal para reduzir a dívida pública”. Um dos visitantes, o professor Gilson Schwartz, observou como a argumentação da proponente obedecia aos cânones econômicos ortodoxos e ressaltou a falta de visões alternativas no noticiário global” (LEAL FILHO, 2006, p. 178).

Quando o JN escolhe ignorar os grevistas e suas reivindicações e focalizar apenas nos prejuízos da instituição usa do argumento de autoridade, faz-se representante do governo, diz o que o poder quer, coloca –se realmente como a voz Nacional, em detrimento do debate, do choque de argumentos e da discussão democrática. É a desinformação a serviço do governo. A mesma tática se repete na

notícia econômica de Brasília. O JN se coloca como porta-voz do governo, sem questionar as conseqüências para o país ao cortar investimentos em saúde e educação para conseguir manter o superávit fiscal.

Se o período da ditadura militar já terminou, se as pressões da censura já não existem mais, por que o JN faz ainda valer o depoimento de Armando Nogueira (JORNAL, 2004), editor-chefe em 1969, sobre aquela época ?

Nós nos sentíamos frustrados, como jornalistas, porque, repito, tínhamos consciência de que a censura política nos impediria de fazer um belo jornal. Por conseguinte, do ponto de vista de conteúdo, de jornalismo, principalmente de telejornalismo, nenhum de nós poderia estar empolgado naquele primeiro dia. Nossa preocupação em matéria de telejornalismo - torno a insistir – não ia além da forma, do formato, da parte visual, porque sofríamos restrições ao exercício da plena liberdade de informação. (JORNAL, 2004, p.12).

Factuais ou atualidades, na verdade o que se busca na edição de um telejornal é um equilíbrio e uma diversidade na cobertura de temas, para que ao final do programa a necessidade diária do telespectador de ver notícias seja satisfeita porque foi coberto um largo espectro de áreas de interesse. O curto tempo dado à maioria dos temas evita que o tédio se instale. O telejornal necessita sempre de uma carga dramática para prender a atenção do telespectador, já que é apresentado no meio de duas telenovelas. Ao romper com essa modalidade de linguagem ele se arriscaria a perder audiência, pois existe um ritmo que não pode ser rompido.

Para Sodré (2001), os efeitos da televisão sobre o indivíduo tendem a anular a sua individualidade para colocá-lo dentro de uma ação coletiva de consumo.

Um dos efeitos manifestos do sistema da televisão é a “desindividualização” (isto é, a tentativa de apagar as diferenças individuais) do sujeito através da linguagem uniformizante do consumo e da sociedade autoritária, nos moldes do *status quo*. O paradoxal nisto é que tal efeito se obtém mediante o reforço da crença ocidental num *ego* único e compacto, dotado de absoluta livre escolha: antes, a escolha política; agora, a do consumo. Assim a tevê se dirige ao público através do vídeo, simulando um contato direto e pessoal com essa “função-indivíduo” que se supõe ser o telespectador. Por isso, é essencial à expressão televisiva a função lingüística de contato (função *fática*, na terminologia implantada pelo lingüista Roman Jakobson) que visa a manter ou sustentar a comunicação entre falante e ouvinte (SODRÉ, 2001, p. 56).

Mas o JN não buscava apenas anular a individualidade do espectador. Ao adotar o famoso “padrão Globo” de qualidade, o que se pretendia era anular também qualquer individualidade na edição do texto televisivo. Com uma estética televisiva de cores frias no cenário e busca da perfeição técnica que incluía os mais avançados equipamentos, aliados à iluminação e sonorização perfeitas, edição sem saltos o JN conseguiu o mais importante em televisão, qualidade de imagem insuperável. Ao trocar de canal o telespectador notaria prontamente que a imagem da TV Globo luzia melhor, tinha qualidade de recepção superior (nos anos 70 e maior parte dos 80 não havia cabo). Tudo isso compunha um quadro de apelo visual irresistível para uma audiência acostumada ao desleixo e a decadência dos outros canais.

Figura 11 – William Bonner, editor-chefe e apresentador do Jornal Nacional

Fonte: Jornal Nacional, Rede Globo de Televisão.

A formação de uma personalidade de vídeo dos repórteres seria encorajada para que se criasse o reconhecimento da audiência, toda vez que fosse mudado o canal e

fosse encontrado um rosto conhecido. Essa familiarização e empatia são fundamentais no processo de conquista da confiança e da fidelidade do espectador.

Na razão inversa, o estilo do repórter seria cada vez menos particular como jornalista, e destituído de qualquer particularidade que pudesse estar em dissonância com a voz predominante do telejornal. A pasteurização do texto iria muito além dos problemas relacionados com a censura, considerando-se que, mesmo após o seu fim, o estilo permaneceu. Na redação, caberia ao editor de texto retirar as possíveis marcas de um texto com autor, para fazer um produto sem nenhuma individualidade. Citelli (2001) observa o problema da seguinte forma:

Não é difícil reconhecer qual o nível dominante da linguagem verbal a ser operado pelos veículos de massa, o problema está em saber quem o elabora. Os textos produzidos através dos *media* – pelo menos aqueles que já estão sendo considerados tradicionais – parecem não possuir autoria. Pertencem a um *eu* genérico; trata-se aparentemente, de um *eles* perdido nas redações de jornais, telejornais e agências de publicidade. Escrever para os veículos de comunicação implica concordar com o princípio segundo o qual a identidade do produtor poderá vir a ser obliterada. A personalidade da autoria deve aceitar a possibilidade de conviver sob o signo do anonimato. Os textos do Jornal Nacional, os noticiários radiofônicos, as reportagens da revista ou do jornal diário, o *slogan*, a trilha sonora da peça publicitária resultam de qual talento? Enfim, quem elabora a mensagem? Os textos, segundo os frankfurtianos da teoria crítica, foram condenados à danação de vagarem sem que, aparentemente, alguém os constitua; é a escrita elaborada por fantasmas não localizados socialmente, tampouco postos em determinadas formações discursivas: para tais enunciadores foi inventado um pai postiço que passa a ser responsável pelo sistema de produção simbólica cujo nome genérico é indústria cultural (CITELLI, 2001, p. 41).

Santos (2003) acredita ser necessário estabelecer em uma pesquisa de comunicação qual o objeto a ser estudado:

“Os estudos da comunicação podem privilegiar o emissor, a mensagem, o código utilizado, o meio que difunde a comunicação, o receptor ou o efeito desse processo. A análise do conteúdo, por exemplo, preocupa-se em empreender a mensagem (que elementos a compõem, como são articulados, qual código é utilizado), enquanto a análise da recepção, por sua vez, trata do público, daquele que recebe, interpreta e é estimulado por um ato comunicativo. O pesquisador deve escolher o elemento a ser investigado em seu trabalho” (SANTOS, 2004, p. 14).

Afinal, que mensagem é esta que vai afetar a vida de milhões de pessoas, levá-las a adotar uma determinada postura em relação – no caso desta pesquisa – aos assuntos ligados ao ambiente? Economizar água pode passar a ser uma nova atitude numa família depois de ver que este recurso natural não é inesgotável. Reciclar latas de refrigerante e cerveja pode ajudar milhares de pessoas que vivem deste serviço, além de economizar uma grande quantidade de energia elétrica no processamento do alumínio. Ignorar a quantidade de hormônios presentes na carne do frango e apresentá-la como uma alternativa mais “saudável” é induzir essa audiência a um erro que pode ter consequências danosas à sua saúde. A análise à qual nos propomos vai além do que está no discurso, pois busca inserir nesse quadro informações de pesquisa mais ampla, que normalmente sequer seriam cogitadas pelo telespectador em sua casa.

Ainda Santos (2004):

A fala (assim como qualquer outra forma de comunicação) é uma representação carregada de sentido, de um *discurso* que evidencia um conteúdo ideológico (uma visão de mundo específica). Quem emite um *discurso* que evidencia um conteúdo ideológico (uma visão muito específica). Quem emite um *discurso* tenta convencer o receptor a compartilhar a mesma idéia, da mesma postura (SANTOS, 2004, p. 29).

A recente mudança de postura do JN na cobertura dos temas ambientais, aumentando consideravelmente a exposição dada a eles, nos leva a crer que o jornal tem um posicionamento. Resta saber qual.

2.10 A relação homem / ambiente

Natural, natureza, ecologia são palavras da moda. Estão presentes em vários lugares, em muitos produtos e nas mais diversas situações. Do iogurte ao fundo de ações ecologicamente correto, as apropriações da terminologia “verde” é sem precedentes. Todos falam de produto natural como um certificado de qualidade. No entanto é preciso cautela com a terminologia, considerando que no campo dos naturais se encontram a energia atômica e o tabaco além de uma infinidade de bactérias, vírus e venenos.

Os anúncios de imóveis nos jornais de domingo usam a natureza, mesmo que seja em um parque distante, como referência de qualidade para o edifício. Nunca o marketing usou tanto a ecologia como ponto de venda para os seus produtos. Com as alarmantes mensagens da mídia sobre o aquecimento global a disparar – supostamente – novos níveis de consciência sobre o ambiente, os publicitários viram uma excelente oportunidade de apresentarem produtos ecologicamente corretos. Como não há nenhuma legislação a respeito, qualquer um está livre para se apropriar desta terminologia e aplicá-la para o que bem quiser.

Horkheimer e Adorno (2000) são bastante céticos quando analisam os reais motivos do homem no seu interesse pela natureza.

O que o homem quer aprender da natureza é como usá-la no sentido de controlá-la inteiramente e aos outros homens. Este é o único objetivo (HORKHEIMER; ADORNO, 2000, p.38)

A relação do ser humano com o ambiente tem sido problemática desde o seu princípio, quando seus dois primeiros representantes, Adão e Eva, foram expulsos do paraíso. Na casa criada por Deus o homem vivia em estado natural, o Éden, abundante e provedor, onde nada faltava. Essa plenitude talvez fosse interna e não externa, embora os relatos do paraíso sejam sempre de ordem material e não espiritual. Abundância de alimentos, vida mansa e sem perigos. O conceito de Éden como natureza dócil é uma falácia para quem conhece as dificuldades de sobrevivência no planeta.

Se o paraíso existiu não estava situado na Terra. São raros os lugares onde o homem não tenha de intervir para se adaptar de alguma maneira e sobreviver. Enquanto as espécies selvagens vivem sem nenhum problema em seus *habitats* naturais, qual seria o local onde o homem viveria naturalmente sem ter de interferir no ambiente? Em lugar nenhum.

Com a expulsão do paraíso, a “nova casa” lhe é francamente hostil. A comida tem de ser plantada, colhida e armazenada dentro de severas limitações de clima, terra, água e pragas. Os animais não são dóceis, ao contrário, e o homem vive sob constante ameaça em relação à natureza, nessa sensação de não pertencimento ao meio. Ele sente e sabe que este não é o seu *habitat* natural e reage agressivamente cada vez que descobre um pequeno avanço tecnológico que o permita minimizar seu sofrimento e sua relação com este planeta.

Cassirer (2000) acredita que houve um momento de ruptura quando o homem percebeu que não era integrado à natureza como imaginava.

Quando o homem começou a dar-se conta de que esta confiança era inútil, e que a natureza era inexorável, não por causa de que se negara a cumprir suas demandas, se não também porque não entendia sua linguagem, a descoberta deve haver produzido o efeito de um choque traumático. Nesse momento teve de enfrentar-se com um problema que significava uma mudança e uma crise em sua vida intelectual e moral. A partir deste momento o homem deve ter se encontrado em um isolamento profundo, sujeito a sentimentos de extrema solidão e de desespero absoluto (CASSIRER, 2000, p. 168).

A falha conceitual é clara, queremos voltar para um lugar que não existe e com o qual mantemos uma relação de dependência e conflito simultaneamente. Queremos nos comunicar com forças às quais não estamos integrados. Por isso, a idéia do homem voltar para a natureza é impraticável. Não há para onde voltar em termos físicos ou a idéia tão propagada de “paraíso perdido”. Diegues (2000) faz alusão a esse conceito.

A noção de mito naturalista, da *natureza intocada*, do *mundo selvagem*, diz respeito a uma representação simbólica pela qual existiriam áreas naturais intocadas e intocáveis pelo homem, apresentando componentes num estado “puro” até anterior ao aparecimento do homem. Esse mito supõe a incompatibilidade entre as ações de quaisquer grupos humanos e a conservação da natureza. O homem seria, desse modo, um destruidor do

mundo natural e, portanto, deveria ser mantido separado das áreas naturais que necessitariam de uma “proteção total” (DIEGUES, 2000, p. 53).

Se aplicarmos aqui o conceito de que natural é tudo o que não foi tocado pelo homem, veremos que o homem não pertence ao ambiente, daí o permanente conflito. A situação é vista por diversos pensadores da maneira como relata Costa (2002).

Segundo filósofos como Jean-Paul Sartre e Merleau-Ponty, psicólogos como Jacques Lacan e antropólogos como Lévi-Strauss, o homem teria, em algum momento da sua história, vivenciado um processo único de ruptura com a natureza. Traduzido sob a forma de mito na maioria das culturas conhecidas, esse momento teria representado para nossos antepassados uma verdadeira expulsão do paraíso – uma separação irreversível de sua condição de habitante do Éden –, vivido como castigo ou como cumprimento inexorável de desígnios divinos. Esse desligamento de uma situação primordial na qual estivera imerso foi sentido pelos primeiros hominídeos como uma grande perda, associada contraditoriamente a idéias de nascimento, condenação e desterro. Há milênios o homem relembra em seus ritos esse momento em que, ao deixar o paraíso, rompe com a natureza generosa e abundante, com a reprodução indolor e com a imortalidade. Passa a ter uma relação conflitante com o ambiente, com a satisfação de suas necessidades básicas, com o tempo e com a morte (COSTA, 2002, p. 9).

Essa relação conflitante precisou ser comunicada entre os membros da raça humana, que passou a conhecer outros parâmetros para entender-se como humana. A dor e o sofrimento faziam parte deste novo vocabulário e precisavam ser compreendidas, compartilhadas. Se Nietzsche afirma que o homem cria a palavra para exprimir suas emoções, podemos dizer que elas passam a ter outra função a partir da expulsão do paraíso. É possível que em estado de plena satisfação o homem não teria necessidade de expressar sentimentos de conflito, angústia, confusão e, sobretudo, de não-pertencimento. A idéia de uma “idade de ouro” não encontra suporte em Waldman (2006).

No que importa ao tema da nossa discussão, vale observar que tal simbolismo da “idade de ouro” mantém ainda uma estreita relação com o imaginário de um “paraíso ecológico”, de sociedades caracterizadas por um entrosamento profundo (quando não absoluto) com o meio ambiente.

Corriqueiro na iconografia zelosamente cultivada pelo movimento ecologista, esses supostos paraísos perdidos, tragados pela expansão do mundo ocidental, revestiram-se de expectativas e de valores a serem resgatados, uma contribuição para com o futuro da humanidade advinda de um tempo simultaneamente idílico, promissor e nostálgico {...} Cabe recordar que as sociedades tradicionais, ao contrário do que está estipulado pela concepção de “paraíso perdido”, engendraram sua própria versão de crise ambiental, que eclodia com base em mecanismos históricos, sócias e culturais específicos

destas. Tais crises, notoriamente menos perigosas do que aquela que notabiliza nossos dias, além de possuir caráter ocasional e ser menos impactante na escala do tempo e do espaço, nem por isso deixaram de assombrar a consciência social do homem de outrora” (WALDMAN, 2006, p.58).

O homem precisa manter a natureza para sobreviver, já que estamos dentro dela, e não ao contrário. A dependência dos recursos naturais nos coloca num dilema nos dias de hoje: até onde é possível continuar vivendo nessa dicotomia entre explorar os recursos naturais à exaustão e agindo como se o planeta existisse apenas para nos servir ou parar e reavaliar todos os nossos valores? Não seria este o momento de reflexão e de uma tomada de consciência histórica quando o homem acharia seu lugar dentro do planeta, ameaçado por suas próprias armadilhas?

Nossa sobrevivência durante milênios foi condicionada ao controle das forças naturais, do vento, do fogo, da água e da fecundidade da terra. Civilizações das mais antigas como os egípcios e os maias já faziam alusão ao ciclo de vida que havia nas estações entre semear e colher. Incapaz de compreender as forças naturais o homem criou os mitos que as justificassem. A vida humana no planeta nunca foi harmoniosa como alguns gostam de acreditar. Forçado a sobreviver pelo próprio trabalho o ser humano jamais teria trégua. Essa ruptura segue até os dias de hoje.

Mesmo que a raça humana venha a desaparecer ou seja obrigada a se adaptar ao novo ambiente, o planeta persistirá. O fim da nossa história sobre ele não será literalmente o fim do mundo. Antropocentristas que somos, falamos sempre em salvar o planeta, quando o que queremos é salvar a nós mesmo dentro do planeta. Não existe nenhuma função humana que seja indispensável para o funcionamento ecológico da Terra. As abelhas e as formigas têm mais relevância ambiental do que nós.

É na transformação e na apropriação dos recursos naturais que o homem vai buscar seu refúgio e alento. Para o pensador alemão Horkheimer (2002) da Escola de Frankfurt, a relação homem/ambiente se desenvolve do seguinte modo:

O indivíduo purificado de todos os resíduos das mitologias, inclusive a mitologia da razão objetiva, reage automaticamente, de acordo com padrões gerais de adaptação. As forças econômicas e sociais adquiriram o caráter de

poderes naturais cegos que o homem, a fim de poder se preservar a si mesmo, deve dominar ajustando-se a eles. Como resultado final do processo, temos de um lado o eu, o ego abstrato esvaziado de toda a substância, exceto da sua tentativa de transformar tudo no céu e na Terra em meios para a sua preservação, e do outro lado uma natureza esvaziada e degradada a ser um simples material, simples substância a ser dominada, sem qualquer outro propósito do que esse de sua própria dominação (HORKHEIMER, 2002, p.101).

O conceito de “dominar a natureza” fez durante muitos séculos parte do vocabulário científico. Dominar significava controlar fenômenos naturais como a eletricidade, armazenar água, domesticar animais, criar uma ciência agrícola para que se estabelecesse um ciclo de sobrevivência até a próxima colheita; estudar as plantas para que elas pudessem servir de medicamentos ou substituir as cavernas por moradias mais confortáveis e seguras.

Ainda Horkheimer (2002). Desde que a subjugação da natureza, dentro e fora do homem, não tem motivo significativo, a natureza não é de fato transcendida ou reconciliada, mas simplesmente reprimida (HORKHEIMER, 2002, p. 99).

Do ponto de vista científico, Goldemberg e Lucon (2006/07) colocam o homem como um ser que precisou se acostumar a viver neste planeta e a construir gradativamente sua permanência e expansão a partir de uma perspectiva energética.

O homem é uma máquina maravilhosa movida a água, oxigênio e alimentos. Extremamente eficiente, o corpo humano tem a potência de uma lâmpada (100W). Sua inteligência criou grandes obras e se engajou em guerras. Ao longo dos séculos foi capaz de passar da pedra lascada às viagens para fora do Sistema Solar. O homem se multiplicou e dominou o planeta, tirando dele recursos necessários à sua sobrevivência e à satisfação de suas necessidades e desejos.

Um milhão de anos atrás, as necessidades do homem primitivo eram relativamente poucas e relacionavam-se intrinsecamente à sua sobrevivência. Energeticamente dependia das cerca de 2 mil quilocalorias (kcal) extraídas dos alimentos que conseguia obter a duras penas. Há 7 mil anos o homem dominava a energia de animais de tração {...} Com o tempo, dominou o fogo e passou a cortar lenha para se aquecer e cozinhar {...} Vieram mais tarde os motores elétricos e a energia nuclear, mas o mundo nunca mais rompeu sua relação de dependência com o petróleo. A energia de 2 kcal que mantinha o homem primitivo por um dia, corresponde àquela contida num copo de petróleo. Ficou mais fácil o acesso à energia. As 2 kcal estão contidas num único lanche “combinado tamanho grande” que pode ser comprado em cadeias de lanchonetes (GOLDEMBERG; LUCON, 2006/2007, p. 7).

Os recursos naturais do planeta continuam a ser explorados e a polifonia dos discursos chamados ambientalistas revelam mais uma cacofonia do que uma mensagem de entendimento. Existe um descompasso entre os relatórios científicos, que pedem uma atitude consciente para com o planeta e o ato da nossa civilização de continuar a produzir e consumir riqueza sob uma ótica capitalista.

Castells (1999) não acredita em reconciliação possível entre os ambientalistas do Greenpeace, uma das maiores ONGs, e o sistema de consumo atual.

O adversário declarado do Greenpeace é o modelo de desenvolvimento caracterizado pela falta de interesse pelos efeitos sobre a vida no planeta. Assim, o movimento mobiliza-se em torno do princípio da sustentabilidade ambiental como o preceito fundamental ao qual devem estar subordinadas todas as demais políticas e atividades. Dada a importância de sua missão, os “guerreiros do arco-íris” não estão dispostos a participar de discussões com outros grupos ambientais, tampouco embarcar na contracultura, apesar das numerosas variantes atitudinais de seu vasto número de participantes. São decididamente internacionalistas e vêem o Estado-Nação como o maior obstáculo ao controle do desenvolvimento atualmente desenfreado e destrutivo (CASTELLS, 1999, p. 150).

Roger Agnelli, presidente da mineradora Vale do Rio Doce, uma das maiores do mundo no setor, diz que a Amazônia e os cuidados ambientais são apenas uma questão para potencializar o lucro. Afirmo Agnelli (2007), cuja empresa já extraiu quase um bilhão de toneladas de minério de ferro desde o início das operações em 1984:

Ela atua na Amazônia, que é uma região observada pelo mundo inteiro como um ponto sensível e preocupante. Se em algum momento a companhia não respeitar o meio ambiente e isso se tornar público, as ações podem cair e haver um déficit comercial. É uma questão estratégica (AGNELLI, 2007, p. 22).

Esse posicionamento já havia sido denunciado por Castells (1999), ao ter identificado a adesão ao ambientalismo por parte das grandes empresas, apenas como mais uma oportunidade de negócios e de relações-públicas eficiente do que uma preocupação legítima.

Grandes empresas, inclusive as responsáveis por uma grande emissão de poluentes, passaram a incluir a questão do ambientalismo em sua agenda de relações públicas, e também em seus novos e mais promissores mercados. Em todo o mundo, a velha oposição simplista entre os conceitos de desenvolvimento para os pobres e preservação para os ricos tem-se

transformado em um debate em diversos níveis acerca da possibilidade real de desenvolvimento sustentado para cada país, cidade ou região. Sem sombra de dúvida, a maioria de nossos problemas ambientais mais elementares ainda persiste, uma vez que seu tratamento requer uma transformação nos meios de produção e de consumo, bem como de nossa organização social e de nossas vidas pessoais (CASTELLS, 1999, p. 141).

A visão utilitária da natureza é compartilhada por várias correntes do capital internacional, que não querem ver seus lucros diminuídos por precisarem de controlar a emissão de poluentes. O presidente americano George W. Bush se recusou a assinar o Protocolo de Kyoto, que versava sobre isso, alegando exatamente esses motivos. Mesmo com uma recente mudança de posição em função de pressões internacionais, a equação lucro x ambiente continua a ser invocada, como se fosse possível colocar um preço para a nossa sobrevivência.

Figura 12 – Infográfico do JN que mostra possíveis níveis de aquecimento na Amazônia de acordo com estudo do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais)

Fonte: Jornal Nacional, Rede Globo de Televisão.

Recentemente os países desenvolvidos começaram a dar sinais de preocupação com o crescimento desenfreado e a analisar os prejuízos financeiros advindos do desequilíbrio ambiental. O estado da Califórnia, em decisão inédita, multou as montadoras de automóveis, julgando-as responsáveis pela má qualidade do ar que aumentava os gastos públicos com a saúde. Vários relatórios começaram a apontar para um novo paradigma: a destruição do meio ambiente estava chegando perto do seu limite suportável e, a partir de então, começaria a trazer mais perdas do que os possíveis ganhos com essa expansão; como consequência, o preço para consertar os danos seria muito maior que os lucros auferidos. Não é surpresa que vários opositores do movimento ecológico começaram a adotar suas bandeiras preservacionistas, mas sem perder de vista os princípios capitalistas de lucro permanente.

Para Beyruth (2006) o sentido de se preservar a natureza remete a uma urgência menos financeira, pois acredita que, no final, a natureza prevalecerá, com ou sem o ser humano, e que não existe nenhuma alternativa para nós que não seja a preocupação imediata com o nosso futuro.

Não podemos esquecer que, apesar de fazermos parte da natureza, somos individualmente ou como espécie, mais frágeis que outros grupos de seres vivos, mais adaptados a sobreviver neste planeta que estamos criando. É o caso, por exemplo, dos vírus, dos insetos, das algas tóxicas, entre outros. Assim, se não quisermos perecer, temos de agir de forma a preservar a natureza. A natureza, de uma forma ou de outra sempre existirá, sempre haverá espécies que conseguirão sobreviver às novas condições ambientais. Mas, e nós? Conseguiremos sobreviver ao que criamos? Como será a nossa qualidade de vida? (BEYRUTH, 2006, p. 61).

A nossa qualidade de vida dependerá em grande parte da atitude que tomarmos em relação ao ambiente, e as mudanças de comportamento virão muito em função das escolhas que estarão sendo apresentadas pela mídia de comunicação em massa. E qual é a qualidade destas mensagens?

Figura 13 - Cerrado, árvore queimando

Fonte: <http://www.serrana.com.br>. (2008)

2.11 Análises

2.11.1 Idéias para preservar o meio ambiente

Contexto: Quando a mídia necessita manter um tema em pauta constante – como se tornou o caso do ambiente - é preciso explorar cada nova faceta sobre o assunto para que o telespectador não se canse dos mesmos enfoques. Uma das melhores maneiras de variar o tom é buscar outros ângulos com uma apresentação diferente da tradicional notícia pessimista ou científica. Levar o tema para o mundo da moda, do entretenimento e fazer a correlação entre pessoas bem sucedidas e suas atitudes ecologicamente corretas desperta o interesse de outra maneira. Esta, em princípio, é uma matéria de educação ambiental que faz a ponte entre um famoso evento de moda em São Paulo e uma editora de livros em São Carlos, no interior do estado.

Data: 01.02.2007

Título: Idéias para preservar o meio ambiente

Tipo: Reportagem

Duração: 01:55

Apresentador: Em São Paulo, os organizadores de grandes eventos já começaram a por em prática uma idéia aparentemente simples para preservar o meio ambiente.

Repórter: Passarela desmontada. É hora de um dos maiores eventos de moda do país prestar contas, devolver ao meio ambiente aquilo que foi tirado dele. O combustível do gerador que iluminou os desfiles em São Paulo, a produção de material promocional, o transporte do público, o preparo da decoração emitiram 643 toneladas de gás carbônico. Para neutralizar o dano provocado à natureza será preciso plantar árvores. Ambientalistas fizeram o cálculo: 4,290 mil mudas que vão ajudar a reflorestar a Mata Atlântica. "Eles vão estar plantando essas árvores a partir de outubro, que é o período de chuvas, para que haja uma maior eficiência no próprio crescimento dessas mudas", explica a organizadora do evento Graça Cabral.

As árvores absorvem o gás carbônico e diminuem quantidade de poluentes na atmosfera. Isso reduz o efeito estufa que ameaça o planeta. Em

São Paulo, virou lei. Todas as empresas que promoverem eventos, shows, nos 32 parques da cidade vão ter que neutralizar os gases lançados no ar.

Em São Carlos, interior do estado, novas árvores. Parte delas foi plantada por uma editora. Foi uma prova de respeito à natureza que a empresa precisou dar para ter o direito de publicar um livro sobre meio ambiente de um autor americano. A produção do papel, o preparo da tinta, a plastificação da capa, a distribuição do livro país afora. Todo o processo afetou o meio ambiente com a emissão de gás carbônico. Foram cinco mil exemplares, 20 toneladas de poluentes no ar, 136 árvores para compensar. "Através desse programa a gente percebeu como a gente pode fazer o nosso papel pra influenciar na educação ambiental", conta a dona da editora, Amarylis Manole.

Análise: A abertura da matéria contradiz o texto principal. O que se chama de idéia, é descrito como lei. Idéia não é obrigatória, lei sim. A idéia/lei, aparentemente simples, é de contrapor a emissão de gás carbônico, um dos fatores que causam o aquecimento global, com o plantio de árvores que reteriam as partículas de carbono.

Estabelece uma relação de culpa que merece punição, dentro da nossa cultura dominada pela moral judaico-cristã. "É hora de um dos maiores eventos de moda do país prestar contas, devolver ao meio ambiente aquilo que foi retirado dele". Seria curioso ver esse texto aplicado a outras situações como os inúmeros casos de corrupção no país.

O montante do prejuízo é apresentado da seguinte forma:

O combustível do gerador que iluminou os desfiles em São Paulo, a produção de material promocional, o transporte do público, o preparo da decoração emitiram 643 toneladas de gás carbônico. Para neutralizar o dano provocado à natureza será preciso plantar árvores. Ambientalistas fizeram o cálculo: 4,290 mil mudas que vão ajudar a reflorestar a Mata Atlântica.

Ao apresentar o dano causado à natureza e imediatamente colocar a "penalidade" imposta pela lei, temos a impressão de que a justiça está sendo feita. Ordenar o campo dos sentidos fazendo a circunscrição do enunciado, crime = punição, dá a idéia de que o processo legal está sendo cumprido. Nos dá a sensação de bem estar, de ver a justiça funcionando. Em um país onde "nada" funciona, não é de pouca monta o efeito persuasivo. Mas, temos perguntas: e as árvores absorvem o gás carbônico – elemento que causa poluição – por quê o oxigênio retirado da natureza não é repostado na cidade de S.Paulo, que tanto precisa melhorar a qualidade do ar, e sim na Mata Atlântica? Além disso, quem são os ambientalistas que fizeram esses cálculos?

Por que não se mostram esses princípios de correlação entre emissão de gás carbônico e plantio de árvores com exemplos mais concretos como o quanto o carro da família polui o ambiente? Ao criar uma divisão entre qual tipo de poluidor deve ser punido e qual não deve sequer ser mencionado, o enunciado cria a ilusão para o telespectador de que a poluição do seu carro não deve ser punida. Desvincula os processos de causa e consequência, dependendo de quem está poluindo.

O trecho seguinte usa a tática retórica de dar um princípio falso, para que no final ele pareça correto.

Eles vão estar plantando essas árvores a partir de outubro, que é o período de chuvas, para que haja uma maior eficiência no próprio crescimento dessas mudas”, explica a organizadora do evento, Graça Cabral. As árvores absorvem o gás carbônico e diminuem a quantidade de poluentes na atmosfera. Isso reduz o efeito estufa que ameaça o planeta.

As palavras da repórter visam confirmar a boa ação da organizadora. Aparentemente fecha o raciocínio, mas não leva em consideração que o dano ao ambiente foi causado agora, em abril, e as árvores só serão plantadas em outubro e levarão anos para crescer e perfazer suas funções como redutoras do gás carbônico.

De São Paulo a reportagem muda para São Carlos, sem que haja aparente motivo, a não ser o de dar a idéia de que o programa/lei está em expansão, criando uma idéia de universalidade.

Em S.Carlos, interior do estado, novas árvores. Parte delas foi plantada por uma editora. Foi uma prova de respeito à natureza que a empresa precisou dar para ter o direito de publicar um livro sobre meio ambiente de um autor americano.

Novas árvores são sempre um bom sinal, ajudam no tom positivo da reportagem, embora só parte delas tenha sido plantada pelo novo infrator, uma editora de livros. A prova de respeito à natureza parece não se aplicar aos plantadores de cana-de-açúcar que fazem queimadas pelo interior do estado. Se a editora precisou dar essa prova de respeito, e os usineiros não, só se pode deduzir que há uma estratégia de apoio ao poder rural, alinhado com a prioridade do governo ao programa do álcool.

No final, o depoimento da editora cria uma contradição em termos, já que ninguém precisa de leis ou programas para plantar árvores e manter o ambiente.

Através desse programa a gente percebeu como a gente (sic) pode fazer o nosso papel pra influenciar na educação ambiental” conta a dona da editora, Amarylis Manole.

Conclusão: A reportagem que poderia ser de educação ambiental muda a escala de relação tempo e espaço como se fosse insignificante. Problema criado em S.Paulo hoje, vai ser resolvido em alguns anos na Mata Atlântica. Apresenta falsas premissas sem embasamento científico. O enunciado não se sustenta de maneira lógica.

Dá a falsa idéia de que “algo” está sendo feito, mas não pede ação individual, não chama o telespectador para fazer a sua parte dentro de um universo mais próximo. Ao não chamar testemunhos contrários – preceito básico do jornalismo – encerra o processo problema/solução dentro do seu próprio enunciado, não permitindo que vozes contrárias seja ouvidas por estarem fora do contexto positivista da reportagem. Não permite que se façam perguntas, pois as respostas estão prontas.

Tira a responsabilidade do cidadão comum que usa seu carro, viaja de ônibus ou avião e polui da mesma maneira, fazendo crer que o problema está em um desfile de modas ou na publicação de um livro.

Comprova a premissa de que os interesses comerciais são intocáveis quando o assunto é meio ambiente e de que não pode haver correlação entre o consumo e a degradação ambiental.

2.11.2 Seca na Amazônia e Amazônia em desequilíbrio

Contexto: Duas reportagens sobre seca e enchente na Amazônia são apresentadas dentro do espaço de uma semana. O repórter é o mesmo. Um geólogo aparece nas duas matérias e justifica os problemas como efeito do El Nino (Fenômeno de aquecimento das águas do Oceano Pacífico que causa desequilíbrio climático). Ocorre que ao final da segunda matéria é chamado um meteorologista que apresenta o

desequilíbrio ambiental como sendo as razões de cheias e secas fora dos padrões históricos.

O mesmo assunto é tratado sob óticas diferentes, evidenciando o recorte que é dado pelo telejornal de acordo com a circunstância que pode ser a mais conveniente para aquele momento. O efeito de persuasão atinge resultados distintos ao serem apresentadas causas diferentes. Se isso vale para uma matéria sobre seca e inundação pode valer para qualquer outro assunto.

Se todas as matérias sobre chuvas em excesso e secas chamassem a atenção para os problemas do desmatamento, do excesso de lixo nas ruas das grandes cidades, é possível que a educação ambiental se tornasse mais efetiva. Tratando o problema apenas como uma questão meteorológica, sem nenhuma possibilidade de interferência humana no processo, o JN omite a informação que interessa ao telespectador, e retira o poder das pessoas de atuarem sobre o seu próprio destino.

Matéria 1

Data: 06.03.2007

Título: Seca na Amazônia

Tipo: Reportagem

Duração: 01:36

Apresentador: Mais de 400 comunidades do Amazonas estão isoladas pela seca, que impede a navegação nos rios.

Repórter: Quinze dias de estiagem mudaram a paisagem no noroeste do Amazonas. Basta um sobrevôo para constatar o avanço das praias no leito dos rios. Muitos secaram ou viraram córregos. O Rio Negro está três metros abaixo do nível normal para esta época do ano. Com os bancos de areia à mostra, a navegação torna-se um risco. A falta de chuvas no alto Rio Negro já impediu totalmente a passagem de barcos na região, o principal meio de transporte na área. Por isso, mais de 400 comunidades ribeirinhas estão isoladas. Em São Gabriel da Cachoeira e Santa Isabel do Rio Negro há racionamento de combustível. A única usina geradora de energia de Santa Isabel pode parar a qualquer momento. As aulas na rede pública também porque a merenda escolar ainda não chegou à cidade. Em uma aldeia indígena, a 1,2 mil quilômetros de Manaus, índios tukanos e missionários começaram o racionamento de comida. “Perto de um mês que não temos um barco que chegue até aqui”, lamenta a missionária Ângela Silva. Em fevereiro só choveu na região a metade do volume previsto. Segundo o geólogo Marco Oliveira, por influência do fenômeno El Niño. “O El Niño vem atuando desde abril de 2006 e agora, no final do ano, ele vem declinando na sua intensidade. Porém os efeitos

aqui na região continuam perdurando. Isso provoca na região um clima mais seco", aponta o geólogo. Equipes da Defesa Civil do Amazonas seguem amanhã para o alto Rio Negro. Vão traçar um plano de ajuda às comunidades atingidas pela estiagem.

Matéria 2

Data: 13.03.2007

Título: Amazônia em Desequilíbrio Climático

Tipo: Reportagem

Duração: 01:52

Apresentador: A seca intensa que atinge o norte do Amazonas já impede a navegação de barcos maiores nos rios da região, mas a situação é a oposta no sul do estado.

Repórter: O nível dos rios sobe a cada 24 horas e inunda a floresta. É o período de cheia na Amazônia, situada abaixo da linha do Equador. Na parte norte, o cenário é oposto: rios secos e estiagem. Dois sistemas diferentes numa região marcada pelo contraste climático. De dezembro a maio é a época de cheia na parte sul. O período de seca começa em junho e vai até novembro. No norte, acontece o contrário: estiagem no verão e no outono, e chuva no inverno e na primavera. A situação foi agravada este ano com a influência do fenômeno El Niño na região norte, onde choveu apenas metade do previsto para o mês de fevereiro."Convergiu com o período já de verão no hemisfério norte, provocando, então, acentuada estiagem na bacia do rio Negro e também baixo nível dos seus rios", disse o geólogo Marco Oliveira. A seca deste ano é tão intensa que transformou vários trechos de rios caudalosos da bacia amazônica em vales de praias e pedras. Em alguns, é possível andar por até um quilômetro. Hoje, navegar sobre o rio Negro é quase impossível, apenas pequenas canoas se arriscam navegar. "É um risco porque pode perder toda a carga, pode perder motor e tudo", lamenta o canoeiro Antônio Martins. Em Roraima, o rio Branco está dois metros abaixo do nível normal para esta época do ano. A intensidade da seca, que aumenta o número de focos de incêndio na mata, é vista como mais um recado da natureza de que o clima na Amazônia está fora de equilíbrio."O aquecimento global é inequívoco. Ele está ocorrendo e ele é mais energia disponível a esses processos", disse o meteorologista Ricardo de la Rosa.

Análise: As duas reportagens são praticamente idênticas no interior de seus discursos. A produção dos sentidos se dá por meio de imagens da Amazônia onde a escala de grandeza atinge outras proporções para o cidadão que habita a maioria das cidades brasileiras. Poucos brasileiros imaginam o que é caminhar por 1km no leito seco de um rio ou viajar 1200km para se chegar à uma aldeia indígena.

A distância provoca um efeito de grandeza que é desproporcional à falta de representatividade dos índios que lá habitam. Aparecem apenas como ilustração da matéria, pois não são convidados a falar. Como sobreviveram esses anos todos sem a ajuda do homem branco?

O discurso que fala do El Niño e da seca no Rio Negro se repete nas matérias, com as explicações do geólogo Marco Oliveira que aparece em ambas. O final da matéria 1 é um anticlímax. Depois de descrever todos os problemas sofridos por mais de 400 comunidades ribeirinhas, diz que “a Defesa Civil partirá no dia seguinte para traçar um plano de ajuda”. O final da matéria 2 é de outra ordem e muda completamente a formação dos sentidos que decorre após serem apresentadas as conseqüências da falta de chuva. De acordo com o meteorologista, o problema da seca na Amazônia existe porque: “o aquecimento global é inequívoco. Ele está ocorrendo e ele é mais energia disponível a esses processos”. A questão deixa a esfera da ordem natural para ser resultado da ação humana, gerando uma incoerência argumentativa pois não é só o El Niño o culpado. Ocorre que este enquanto fenômeno natural não pode ser controlado nem alcançado em suas decisões, o desmatamento que causa o desequilíbrio ambiental está sim ao alcance do homem.

Conclusão: Ao terminar a matéria 2 deste modo:

A intensidade da seca, que aumenta o número de focos de incêndio na mata, é vista como mais um recado da natureza de que o clima na Amazônia está fora de equilíbrio.

A reportagem perde a oportunidade de falar sobre a causa da seca e não apenas das conseqüências, ignorando as implicações culturais que existem no hábito de desmatar e queimar. A linguagem poética é utilizada no “recado da natureza”, inverte o eixo do discurso ao relevar as ações humanas para recorrer ao mito da natureza que se comunica por catástrofes tal qual os gregos acreditavam na antiguidade. Se a matéria tivesse começado com a afirmativa do desequilíbrio ecológico causado pelo desmatamento e a seca (agravada pelo El Niño) como resultado, então a retórica teria sido objetiva mostrando numa ordem lógica como se produziu o desequilíbrio ambiental. Desta maneira a natureza é mitificada com a finalidade de retirar a responsabilidade humana.

2.11.3 Previsões sombrias sobre o ambiente do planeta

Contexto: Em 30 de janeiro de 2007, um jornal australiano havia conseguido em primeira mão uma cópia do relatório do IPCC (Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas). A partir daí criou-se uma grande expectativa pelo seu conteúdo – aquecimento do planeta – suas causas e, sobretudo, suas conseqüências sobre nossas vidas. Definido como o mais completo no assunto, será objeto de profundos estudos e avaliações em debates pelo mundo todo. O anúncio oficial feito hoje é um momento importante por ser um tema de alcance genuinamente global.

Data: 02.02.2007

Título: Previsões sombrias sobre o ambiente do planeta

Tipo: Reportagem

Duração: 02:43

Apresentador: O mundo conheceu hoje, oficialmente, o resultado do estudo mais completo da história sobre o aquecimento do nosso planeta – 2,5 mil cientistas de 130, inclusive do Brasil, consumiram seis anos na coleta e análise de dados.

Repórter: Segundo o relatório, é muito provável que o aumento da temperatura da terra seja fruto da ação do homem. Para os cientistas, esta é uma probabilidade de 90%.

A imagem do aquecimento global. O chão derretendo a seus pés. O urso polar pode ser extinto até o final do século, porque o habitat dele, a calota de gelo do Pólo Norte, vai desaparecer nos verões.

A Terra vai estar três graus mais quente em média. Mas o aquecimento pode ser maior, de cinco graus. Se o ar quase sólido de poluição faz parte da rotina nas cidades chinesas, o país que em 2009 deve se tornar o maior poluidor do planeta depende do carvão para gerar 85% da energia que toca seu crescimento econômico e acelera o degelo do Himalaia, que vai agravar ainda mais a falta de água na China.

No arquipélago de Kiribati, no Pacífico, os 150 mil moradores já sabem que logo mais não vai adiantar fugir para pontos um pouco mais altos. Quando o nível do oceano subir mais de meio metro até 2100, a pequena nação vai desaparecer.

Águas mais quentes já matam os corais na grande barreira de recifes na Austrália, fonte de um ecossistema inteiro e de uma renda preciosa em turismo para o país. É o começo de uma mudança massiva no clima do planeta e de todas as transformações que isso traz. Mudanças de rotas migratórias podem trazer doenças. A falta de água pode atingir bilhões de pessoas. O mundo vai conhecer um novo tipo de refugiados, os refugiados do clima que não conseguem mais viver em suas terras de origem. Combustíveis fósseis são os

principais vilões. Mas a atividade agropecuária, que derruba florestas e emite metano e óxido nitroso também contribui para a destruição do planeta como nós o conhecemos e a criação de outro, em transformação para pior.

Os cientistas dizem que não importa o que fizermos o aquecimento global vai continuar durante séculos e séculos. Em abril, um novo relatório vai dizer o que devemos fazer para nos adaptar a uma mudança climática. Antes do fim do ano, um terceiro relatório vai trazer as ações necessárias para frear a velocidade dessas mudanças.

Análise: Esta a primeira matéria após o anúncio do relatório sobre aquecimento global feito pelo IPCC. A chamada já prenuncia catástrofes e as previsões são sombrias.

A menção de que o painel inclui cientistas do Brasil é um vício jornalístico. Não há justificativa plausível que obrigue a ressaltar nossa participação em qualquer evento internacional. Embora funcione como dispositivo para angariar simpatia e familiaridade beira o provincianismo. Teria funcionalidade caso houvesse sido colhido o depoimento de um cientista brasileiro. Nesse caso, a barreira da língua deixa de existir e a comunicação fica facilitada. No entanto, nenhum cientista foi ouvido na reportagem.

Ao tomar para si a totalidade do discurso, a repórter – e o pensamento do JN – passam a ser as autoridades predominantes para nos transmitir a mensagem. Não existe outro emissor. Teremos de acreditar que todo o enunciado aqui contido é verdadeiro. Consideraremos que a repórter leu e entendeu todo o conteúdo do relatório científico em algumas horas.

A abertura indica que será apresentado “o estudo mais completo da história sobre o aquecimento do nosso planeta”. O “mais completo” não deixa dúvidas sobre sua importância, é preciso pois, atenção, já que ele consumiu seis anos na vida de 2,5 mil cientistas.

A escolha do vocabulário gera urgência e ansiedade para saber das grandes catástrofes. Mas recebemos a introdução de um elemento de incerteza que desestabiliza o discurso, ao dizer que: “é muito provável que o aumento da temperatura seja fruto do homem, para os cientistas, esta é uma probabilidade de 90%. Não era esperado um julgamento causal, se a culpa é nossa, ou do sistema solar. O relatório busca julgar o homem dentro dos 90% de probabilidade de nossa culpa? Não seria mais recomendado aprender se há realmente aquecimento?

A primeira imagem que simboliza o aquecimento como a própria repórter anuncia é a de um urso: “a imagem do aquecimento global. O chão derretendo a seus pés. O urso polar pode ser extinto até o final do século, porque o habitat dele, a calota de gelo do Pólo Norte, vai desaparecer nos verões”.

Aproveitando a idéia do contraste entre o aquecimento do planeta e o frio do Pólo Norte, iconização do urso é imediata, já que ele pode ser extinto. No entanto, não temos qualquer menção se os esquimós, seres humanos, também desaparecerão ou se os habitantes de países e regiões como a Islândia, Groenlândia, a Sibéria e os escandinavos – regiões situadas bem ao norte do planeta - serão igualmente afetadas. O Pólo Sul parece estar a salvo. O recurso de delimitar o alcance do problema a um urso e uma região implica em um reducionismo simplificador da mensagem. Não há sofrimento humano implícito. A área delineada não nos atinge.

Em uma abertura de matéria espera-se um resumo do que há de mais impactante, para depois se apresentar o desenvolvimento do problema, as possibilidades com ao menos dois pontos de vista para se ter uma boa abrangência e o final deve ser de conclusão do próprio telespectador, considerando que a estrutura da notícia e suas implicações foram cobertas.

Do urso polar passamos para a China, poluição, Himalaia, carvão, matriz energética chinesa, num emaranhado de informações:

A Terra vai estar três graus mais quente em média. Mas o aquecimento pode ser maior, de cinco graus. Se o ar quase sólido de poluição faz parte da rotina nas cidades chinesas, o país que em 2009 deve se tornar o maior poluidor do planeta depende do carvão para gerar 85% da energia que toca seu crescimento econômico e acelera o degelo do Himalaia, que vai agravar ainda mais a falta de água na China.

Ao encadear fatos sem conexão lógica, geográfica ou de qualquer outra espécie, a repórter investe na quantidade, na diversidade e na velocidade das informações para criar a sensação de que está relatando itens importantes do tópico da matéria que é o relatório sobre aquecimento global.

Apostando na impossibilidade do telespectador de conferir os dados, vários itens são apresentados de maneira disforme. O aumento da temperatura da Terra, a poluição

nas cidades da China por causa da matriz energética que usa 85% de carvão, o degelo do Himalaia que vai por sua vez agravar o problema da falta de água na China. Confuso? Sem dúvida. É praticamente impossível fazer a correlação de tantas coisas diversas entre si e retirar delas a seguinte pergunta: por quê estão me dizendo isso? Qual a escala de relação emocional com estes temas para que eu possa me interessar pelo assunto? A proposta parece ser, afinal, essa mesma, distanciar o telespectador do assunto. Podemos remeter à Vala (1999) para entender o mecanismo que produz essa (falta) de sentido.

O que há de comum entre uma mosca e uma árvore? Quer dizer, que categoria permite reunir estes dois termos? A classificação, a categorização, é uma tarefa que realizamos quotidianamente com vista a reduzir a complexidade do meio ambiente, estabilizá-lo, identificá-lo, ordena-lo ou atribuir-lhe sentido. A prática da análise de conteúdo baseia-se nesta elementar operação do nosso quotidiano e, tal como ela visa *simplificar* para potenciar a apreensão e se possível a explicação (VALA, 1999, p.110).

Se esta é a primeira reportagem sobre o assunto, não deveriam estar relacionados de forma direta os tópicos para que as pessoas entendessem, afinal, qual a origem do aquecimento global e qual é a solução?

Ao ouvir que a Terra vai aquecer entre três e cinco graus, é difícil para o telespectador perceber o que há de errado, já que variações de temperatura desta ordem não são estranhas ao cidadão comum. Ao retirar a importância destes números, a matéria fica desarticulada no seu cerne, já que é justamente aqui que reside o problema. Seria necessário explicar o que significa aquecer os oceanos nesta quantidade de valor e suas consequências pelo planeta todo. Nada mais importa aqui. A informação passa despercebida. Sem relação de importância e suas consequências, são apenas números.

O tom alarmista do início da matéria aos poucos vai cedendo lugar a uma certa apatia, pois nada até agora se relaciona diretamente conosco. As distâncias, geográfica e emocional, aumentam no próximo parágrafo que nos leva a um pequeno arquipélago no Pacífico. “No arquipélago de Kiribati, no Pacífico, os 150 mil moradores já sabem que logo mais não vai adiantar fugir para pontos um pouco mais altos. Quando o nível do oceano subir mais de meio metro até 2100, a pequena nação vai desaparecer”.

Essa crônica do desaparecimento anunciado parece afetar apenas essas ilhas em todo o Pacífico, cuja população parece perfeitamente conformada com o seu desaparecimento. As correlações fora de contexto ainda não terminaram. Tal qual uma volta ao mundo em alguns minutos, o panorama da destruição sai do arquipélago perdido no Pacífico, passa pela Austrália, cujas águas litorâneas estão aquecendo, matando os coarias e prejudicando o turismo. A banalização é evidente. Será que o relatório do IPCC iria se preocupar com os problemas turísticos da Austrália? Como não há citação direta ao texto original, é impossível saber se é um dado científico, ou apenas uma licença poética.

Mudança nas rotas migratórias (pássaros?) podem levar doenças a outros locais. A nova fronteira climática não faria a mesma coisa possibilitando a migração de bactérias que antes eram contidas por barreiras naturais do clima?

De onde vêm e para aonde vão esses refugiados do clima e quantos seriam? Uma migração em massa em busca de água não poderia causar uma nova guerra? Não seria a água então o bem mais precioso nesta nova situação de aquecimento global? Onde estão as grandes reservas de água do mundo? Mudanças tão drásticas não acarretariam uma nova relação do ser humano com o dinheiro? Para que serviriam o dinheiro, o trabalho e o consumo se não há condições de vida no planeta? Nenhuma reflexão sobre isso? Por quê os problemas que afetam o ser humano são limitados aos refugiados do clima?

No final do parágrafo, sabemos que os combustíveis fósseis são os grandes vilões. Aqui temos a substituição de palavras de maior familiaridade com o telespectador como gasolina, diesel, querosene e outras, sendo substituídas por combustíveis fósseis, que torna a compreensão muito mais difícil. Esperamos por uma proposta alternativa e os nomes dos responsáveis por tal vilania, mas Petrobrás, Esso, Shell e tantas outras companhias que produzem combustíveis fósseis, são empresas participantes do sistema capitalista que alimenta a TV comercial e, portanto, não podem ser citados de tal modo.

Tampouco nosso estilo de vida que depende de veículos com motores à combustão – a única invenção do século XIX que não evoluiu em seus princípios básicos – é mencionado. A seguir pulamos para o próximo vilão. A atividade

agropecuária que derruba florestas (no Brasil?) também é culpada. Nenhuma palavra sobre a devastação da Amazônia e de outras regiões para o plantio de soja e/ou de cana. Só sabemos que o planeta está em transformação para pior. Pior ainda.

O encerramento nos conduz claramente à inação já que: “os cientistas dizem que não importa o que fizermos, o aquecimento global vai continuar durante séculos e séculos”. Mesmo que o aquecimento global continue será que é moralmente correto não fazermos nada? Não há preocupação moral ou ética com as outras gerações que virão? Esse convite à inação significa exatamente o quê? Continuarmos no mesmo modelo de vida?

Teremos de esperar o relatório de abril para ver como nos adaptaremos à uma mudança climática e depois antes do final do ano saberemos das ações necessárias para frear a velocidade dessas mudanças. Mas, se o grande vilão são mesmo os combustíveis fósseis: gasolina, querosene, diesel entre outros, por quê não começamos já a consumir menos desses produtos?

Conclusão: catastrofismo gratuito. Não menciona as origens estruturais do aquecimento global, que podem ser encontradas nas relações de produção, estilo de vida e consumo dentro do sistema capitalista. Apela para um fatalismo quase religioso de se entregar ao destino manifesto, como se a vida no planeta não fosse uma questão escolhas e como se não tivéssemos o poder de decidir sobre o futuro.

Quando diz que “não há nada que fazer, pois durante séculos e séculos o aquecimento vai continuar” é extremamente preocupante pois desencoraja a tomada de atitudes. Evidente que nenhum de nós estará aqui passados tantos séculos. Como não importa o que fizermos – a catástrofe é inevitável - então o melhor é aproveitar os últimos momentos no planeta Terra, e viver – literalmente – como se não houvesse amanhã. Esta é a mensagem.

Finalmente, esperar por outros relatórios para saber o que fazer parecer ser redundante e desnecessário. Já sabemos quais são os problemas. Está na hora da população fazer alguma coisa, como diz Beyruth (2006), acreditando que toda mudança tem de ser cidadã, não apenas no caso da água, aqui retratada mas de modo mais amplo.

A pressa de atender à demanda por água e aos anseios políticos das empresas pode levar os técnicos dessas instituições a tomarem decisões que comprometem mais ainda a qualidade dos recursos naturais por eles gerenciados. Isso mostra a fragilidade das nossas políticas públicas ou a ausência de políticas ambientais e de saneamento adequadas. Mostra também, como já foi dito, a necessidade de a população assumir a sua cidadania, sua responsabilidade nas decisões que a afetam. A população precisa desenvolver suas formas de participação, não abrindo mão dos direitos ao conhecimento e participação nas decisões que dizem respeito a sua qualidade de vida (BEYRUTH, 2006, p.59).

O indivíduo é instado a se submeter às forças de mercado, a não pensar de uma maneira crítica sobre o sistema no qual está envolvido e, finalmente, é desestimulado a buscar alternativas para os problemas que são apresentados.

2.11.4 Chávez se rende ao álcool brasileiro

Contexto: A luta pela liderança política e econômica na América Latina colocou os presidentes do Brasil e da Venezuela em campos opostos. Hugo Chávez da Venezuela gosta de se apresentar como contraponto ao norte-americano George W. Bush quando denuncia por suas ações imperialistas baseadas em violência como no Iraque. Lula se faz o jogo do mediador equilibrado, como uma voz crítica também, mas não tão radical e incisiva. No jogo geopolítico, os EUA necessitam mudar o eixo de sua matriz energética baseada em petróleo, e a alternativa é o etanol, os biocombustíveis de cana, milho, soja, todos renováveis.

Essa dependência do petróleo tem um preço estrategicamente caro para a diplomacia americana pois ao mesmo tempo em que afagam os árabes, que são os maiores produtores mundiais, precisam proteger Israel que conta com uma série de antipatias no mundo árabe por razões históricas. Livrar-se da dependência do petróleo, significaria poder abandonar o Iraque à sua própria sorte nos próximos anos, depois de uma invasão sem perspectiva de resultado prático no chamado combate ao terrorismo. Ao diminuir sua dependência do petróleo, os EUA esvaziariam o poder dos árabes e de Chávez e sua esfera de influência na América Latina onde conta com o apoio de Fidel Castro, inimigo declarado da política externa norte-americana. Uma cúpula sobre

energia na América do Sul pode ser um bom indício para se entender quais as táticas de cada país, Brasil e Venezuela, para alavancar sua posição no cenário mundial.

Data: 17.04.2007

Título: Chávez se rende ao álcool brasileiro

Tipo: Reportagem

Duração: 01:55

Apresentadora: Depois de ter feito muitas críticas ao uso do álcool combustível, o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, disse hoje que vai misturar álcool brasileiro à gasolina de lá. O enviado especial Ari Peixoto relata como foi a reunião de presidentes sul-americanos que discutiu política energética.

Repórter: O primeiro compromisso dos chefes de estado foi a foto oficial. Depois, eles passaram boa parte da manhã e o início da tarde num salão. A primeira Cúpula Energética Sul-Americana foi oficialmente aberta pelo anfitrião. Hugo Chávez defendeu o uso do gás para automóveis e propôs a construção de usinas de etanol ao lado das refinarias de petróleo para facilitar a mistura dos dois combustíveis.

Chávez confirmou que o país vai retomar o contrato com a Petrobras para a importação de etanol, que será misturado à gasolina venezuelana.

A proposta de Hugo Chávez mostra que, aos poucos, ele começa a dar sinais de que não pretende mais fazer oposição ao programa brasileiro de expansão do etanol.

Depois da reunião, o presidente Lula negou qualquer mal-estar entre Brasil e Venezuela neste aspecto e disse que o documento final da cúpula traz a defesa e o reconhecimento da política de combustíveis renováveis, um campo em que o Brasil tem muita experiência. “Países como a Venezuela estão comprando o etanol do Brasil e o que nós queremos é que todos os países do mundo adotem a determinação do Protocolo de Kyoto e comecem a colocar combustíveis não-poluente na gasolina para que a gente possa despoluir o planeta. E aí todo mundo vai precisar de etanol”, declarou o presidente Lula.

Apresentadora: Pela manhã, Lula teve um encontro reservado com o boliviano Evo Morales em clima pouco amistoso, segundo testemunhas. Lula e Morales trataram de imigração, narcotráfico e gás natural.

Análise: É importante notar que há um enviado especial em Caracas, o que potencializa o interesse que a matéria deve despertar. A abertura – lida pela apresentadora - revela que existe uma tensão entre o presidente da Venezuela Hugo Chávez e a política energética brasileira em relação ao álcool. Considerando que a TV Globo fala de Chávez em tons pouco amistosos, o uso do verbo “render” parece uma

oportunidade a mais para fazer prevalecer a opinião da própria emissora. Já que isso não consta em nenhum documento oficial. Afinal, como o repórter mesmo diz:

Depois da reunião, o presidente Lula negou qualquer mal-estar entre Brasil e Venezuela neste aspecto e disse que o documento final da cúpula traz a defesa e o reconhecimento da política de combustíveis renováveis, um campo em que o Brasil tem muita experiência.

No jornalismo não podemos estabelecer duas verdades, neste caso ou havia, sim, um mal estar entre os dois países e o texto desmente o presidente Lula, ou então Chávez não se rendeu a nada. Se Chávez vinha fazendo oposição ao programa do álcool brasileiro e agora adota uma posição diferente, melhor seria sabermos qual a razão de tal mudança, afinal, o JN afirma que ele se “rendeu”.

Se existia alguma dúvida de que a TV Globo apóia incondicionalmente o programa do álcool, ela desapareceu com esta fala de Lula.

Países como a Venezuela estão comprando o etanol do Brasil e o que nós queremos é que todos os países do mundo adotem a determinação do Protocolo de Kyoto e comecem a colocar combustíveis não-poluentes na gasolina para que a gente possa despoluir o planeta. E aí todo mundo vai precisar de etanol, declarou o presidente Lula.

Aqui é difícil saber se estamos assistindo a um pronunciamento do presidente do Brasil em uma emissora oficial como a Radiobrás ou se é apenas o Jornal Nacional que não consegue resistir aos seus impulsos de se tornar porta - voz do governo.

O raciocínio é simplista, ou talvez, simplório. O planeta está poluído pelos gases emitidos pelos combustíveis fósseis. O Protocolo de Kyoto prega a redução desses gases pela utilização de combustíveis alternativos, não necessariamente apenas de etanol. Lula vê uma grande oportunidade de negócio à guisa de salvar o mundo, considerando que temos vastas áreas para plantar cana e já dominamos a tecnologia. Não poderia haver melhor combinação de circunstâncias.

O que o texto não revela é que, desde o ano passado, já existiam estudos que pediam cautela no uso de biocombustíveis.

Matéria da Folha de S.Paulo advertia em 07/01/2008: “Biocombustível pode ser sujo, diz estudo” e prosseguia:

“Os biocombustíveis não são sempre melhores que os combustíveis fósseis em termos ambientais. A tese, defendida por uma dupla de pesquisadores do Instituto Smithsonian, na sua base no Panamá, inclui inclusive os produtos feitos no Brasil, seja a partir de cana-de-açúcar ou de soja. “O álcool de cana-de-açúcar produz até 60% menos gases de efeito estufa,

mas causa impactos ambientais bem maiores do que a gasolina se outros parâmetros forem considerados” afirma à Folha o pesquisador William Laurance, um dos autores do comentário {...} A revisão tem como base principal um estudo divulgado no ano passado na Suíça, feito com apoio estatal. A pesquisa analisou 26 tipos de biocombustíveis feitos no mundo. De um lado ela mostrou que 21 deles reduzem em mais de 30%, na comparação com a gasolina, as emissões de gases que contribuem para o efeito estufa. Porém 12 são mais nocivos para o ambiente do que os combustíveis fósseis. “ Includo o álcool de milho dos Estados Unidos e o de cana-de-açúcar do Brasil. Além do biodiesel, tanto o brasileiro, de soja, quanto o da Malásia, de palma, diz Laurance, que já trabalhou no Brasil, em Manaus, no INPA (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia)”. Folha OnLine (07/01/2008).

A parte da matéria sobre a cúpula termina e apesar de âmbito sul americano, só mostra duas partes interessadas, Brasil e Venezuela que, tendo a questão do álcool como pano de fundo, na verdade continuam a disputar a primazia na América Latina.

De volta ao estúdio, a apresentadora lê uma notapé, informação adicional que chegou após a finalização da reportagem. Informa que Lula se encontrou com o presidente boliviano Evo Morales, “em clima pouco amistoso, segundo testemunhas”. Abrem-se duas questões, quem seriam essas testemunhas já que o encontro era reservado. Podemos inferir que são pessoas do corpo diplomático ou de alguma esfera do governo ligada à energia como a Petrobrás. Neste caso, a Globo obteve uma informação privilegiada e dá a informação que o governo quer. Depois diz que um dos temas tratados foi o do gás natural. A Bolívia comprou duas refinarias de gás natural do Brasil a preço de custo, em 2006, numa operação agressiva que envolveu a ocupação das mesmas pelo exército boliviano, provocando uma alta de preços e redução na produção. Esse gás já começa a fazer falta para alimentar as usinas termoeletricas que são acionadas em tempo de estiagem como ocorre agora, em janeiro de 2008, para suprir a demanda de energia elétrica. Podemos concluir que as conversas não resultaram em grandes avanços, e nem se, caso a Petrobrás não tivesse vendido e passado o controle das refinarias de gás natural na Bolívia, nós agora não estaríamos passando por essa crise.

Os preciosos segundos falando sobre fotos dos participantes da cúpula poderiam ter sido utilizados para explicar melhor a crise do gás natural e as relações com a Bolívia.

Conclusão: Texto maniqueísta que apresenta o Brasil como salvador do planeta, pois cumpre o protocolo de Kyoto ao produzir etanol para ser misturado à gasolina., como se essa fosse a única premissa do acordo. Isso, segunda a reportagem, possibilitaria uma redução na emissão de gases poluentes que causam o aquecimento global. O outro lado, a Venezuela de Chávez, que resistia à essa ação benemérita, acaba se rendendo.

O texto trabalha com arquétipos, de amigos e inimigos. De resistência e rendição.

Ao separar em preto e branco os lados como sendo do bem e do mal, o texto consegue sensibilizar o telespectador brasileiro, altamente afeito às coisas e aos valores da religiosidade e da nacionalidade. Dá voz ao presidente Lula mas não à Chávez para explicar por que não faz mais oposição ao biocombustível, se era apenas ao nosso mas a todos os tipos, nem por que a fazia antes. Será que Chávez já sabia dos problemas do etanol? Não existe coerência argumentativa. Fazer oposição sem razão e depois mudar de idéia não pertence ao mundo da lógica.

Ao negar as razões, o JN as descaracteriza como sendo passíveis de discussão, Chávez simplesmente mudou de opinião. Reforça o argumento de autoridade do presidente Lula ao lhe dar a palavra para que ele possa esclarecer o que é bom para o Brasil e para o mundo. O sentido que suscita ao dizer que Chávez vai construir usinas de etanol ao lado de refinarias de petróleo para facilitar a mistura evoca a iconografia dos bons vizinhos, vivendo agora em paz e harmonia, onde antes havia dissensão. Para haver a mistura dos combustíveis elas têm de estar lado a lado?

A fragmentação da informação é evidente. Não mostra as contrapartidas da expansão da fronteira da cana sobre matas nativas ou lavouras de cereais. Exclui a queimada das matas tão denunciadas por órgãos como o Ibama e o INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) e comprovadas com fotos.

Se considerarmos que a Venezuela tem uma das gasolinas mais baratas do mundo qual seria a razão para ela comprar etanol ou se preocupar em fazer oposição ao nosso programa de produção de etanol?

O uso do etanol parece mais simbólico do que efetivo já que não há números de qualquer espécie, nem de exportação nem de redução dos gases poluentes, nem da quantidade da mistura. O texto omite informações do seu contexto mais amplo que é a

luta pela hegemonia política na América Latina. Ao selecionar apenas Lula para falar, limita o dialogismo, recriando o discurso único oficialista. É quando o JN se pretende a voz do Brasil. Na esfera política em Brasília, onde a troca de favores é uma constante, uma reportagem como essa rende enormes dividendos para a TV Globo.

2.11.5 Desmistificando os carros flex

Contexto: O tema aquecimento global tem sido uma constante na mídia com vários desdobramentos. Um deles é a vertente que defende o uso de carros movidos à álcool, etanol, ou os chamados combustíveis renováveis por terem origem vegetal. Em tese seriam menos poluentes que os motores à combustão que utilizam gasolina, diesel e derivados de petróleo, os chamados combustíveis fósseis. Vários estudos indicam cautela em relação a tornarem os carros biflex, a panacéia para os problemas do aquecimento do planeta.

A indústria automobilística brasileira em conjunção com o poderoso *lobby* dos usineiros que produzem álcool, encontraram na mídia um aliado perfeito para propagar a mensagem de que ao comprar um carro biflex estaríamos agindo de maneira ecologicamente responsável. Todos os problemas relacionados à produção do álcool como: trabalho escravo, modificação substancial da flora e da fauna em regiões de monocultura, alta dos preços dos cereais e das terras férteis, desmatamento, especulação dos usineiros em relação ao preço do álcool com a criação artificial de entressafras são totalmente ignorados, como também os são os problemas que culminaram no fracasso e o abandono do Proálcool na década de 80.

Data: 23.04.2007

Título: Desmistificando o motor dos carros flex

Tipo: Reportagem

Duração: 02:08

Apresentadora: Três milhões de brasileiros usam carros flex, que podem rodar com álcool ou com gasolina. Mas essa tecnologia anda alimentando a imaginação de muita gente e enchendo os motoristas de dúvidas.

Repórter: Nas concessionárias de veículos, os vendedores dão diversos conselhos para quem pretende comprar um carro bicomcombustível. "Eu sempre aconselho não fazer meio a meio. Está usando álcool, deixa esvaziar bem para mudar de combustível", orienta um vendedor. Em outra revendedora, outra recomendação. "Que os dois primeiros abastecimentos sejam feitos com álcool", ensina outro vendedor. E as informações vão ficando mais confusas. "Caso ele venha a mudar a mistura do combustível, que ele percorra seis ou oito quilômetros para que a unidade reconheça a mistura". Nos postos, alguns motoristas não sabem bem o que fazer. "Não sei. Ela põe álcool e eu ponho gasolina", diz uma motorista confusa. Outros seguem recomendações. "Quem diz que eu devo misturar é o meu marido", confessa uma outra. E há aqueles que vivem com a incerteza. "Eu gostaria de ter uma opinião abalizada. Sou que nem São Tomé, preciso ver pra crer", diz um motorista. São inúmeras as opiniões sobre a melhor forma de usar um motor bicomcombustível. E as dúvidas dos motoristas também são muitas. Mas a verdade é uma só. "Tecnicamente falando, não existe absolutamente nenhuma contra-indicação em usar combustíveis puros o tempo todo ou a mistura deles", esclarece o engenheiro mecânico Eduardo Polati. É um equipamento, instalado em todos os carros flex, que identifica o tipo e a mistura de combustível em poucos segundos e permite que o motor funcione normalmente. O engenheiro mecânico, coordenador de um laboratório de motores e combustíveis, lembra que o mais importante é o motorista se preocupar com o bolso. Ele lembra que o motor bicomcombustível consome mais álcool do que gasolina. Por isso, dá um conselho: abastecer com álcool só é mais vantajoso se o valor cobrado pelo litro não ultrapassar 70% do preço do litro da gasolina. "O que deve ser feito é o consumidor ter um controle efetivo do que ele está consumindo de combustível versus o que ele está pagando por ele", completa Polati.

Análise: Reportagem típica de uma não-notícia, pois não ocorreu um fato. É necessário criar um pseudo-evento para se poder falar no Jornal Nacional de carros bicomcombustíveis. De acordo com Boorstin (1987), esse tipo de matéria é gerada da seguinte maneira:

Nós contamos com os jornais estarem cheios de notícias. Se não há notícias visíveis a olho nu, ou para o cidadão mediano, nós ainda esperamos que ela esteja lá para o repórter ousado. O jornalista de sucesso é aquele que consegue encontrar uma história, mesmo se não há terremotos, ou assassinatos ou guerra civil. Se ele não consegue encontrar uma história, então ele precisa fabricar uma – pelas questões que ele pergunta a pessoas públicas, pelo surpreendente interesse humano que ele descobre em um evento comum, ou pela "notícia por detrás da notícia". Se tudo isso falhar, então ele precisa nos dar "algo para pensar" – uma ornamentação de fatos bem conhecidos, ou uma especulação sobre coisas alarmantes que irão acontecer (BORSTIN, 1987, p. 8).

O tema central da argumentação é o carro bicombustível e as dúvidas que os consumidores possam ter sobre como usar da melhor maneira o álcool ou a gasolina ou uma mistura dos dois. Um ponto interessante que poderia ter sido abordado mas foi omitido é que o IPVA do carro movido apenas a álcool é mais barato que o da gasolina. No entanto, no caso do veículo bicombustível o consumidor paga o preço do carro a gasolina, mesmo que venha a utilizar apenas o álcool. A reportagem poderia comentar também que nossa gasolina já traz uma mistura de em média 20% de álcool, sem que tenha havido redução na alíquota do IPVA.

A estrutura retórica é bastante clássica, seguindo o modelo aristotélico de:

1) Exórdio: Início do discurso onde o tema é apresentado.

Três milhões de brasileiros usam carros flex, que podem rodar com álcool ou com gasolina. Mas essa tecnologia anda alimentando a imaginação de muita gente e enchendo os motoristas de dúvidas. Nas concessionárias de veículos, os vendedores dão diversos conselhos para quem pretende comprar um carro bicombustível.

A força argumentativa reside nos três milhões de brasileiros que compraram um carro bicombustível, embora seja um número pequeno para um país de mais de 185 milhões de pessoas. O cerne da matéria se revela em *alimentando a imaginação de muita gente e enchendo os motoristas de dúvidas*. Quem se propõe a esclarecer essas dúvidas é o JN.

2) Narração: O segmento onde o fato é desenvolvido e apresentado com todas as suas variáveis. É o momento de selecionar e identificar qual resultado se busca direcionando as perguntas. Apresenta é uma escalada de dúvidas e opiniões contraditórias que gera ansiedade no telespectador.

Eu sempre aconselho não fazer meio a meio. Está usando álcool, deixa esvaziar bem para mudar de combustível", orienta um vendedor. Em outra revendedora, outra recomendação. "Que os dois primeiros abastecimentos sejam feitos com álcool", ensina outro vendedor. E as informações vão ficando mais confusas. "Caso ele venha a mudar a mistura do combustível, que ele percorra seis ou oito quilômetros para que a unidade reconheça a mistura". Nos postos, alguns motoristas não sabem bem o que fazer. "Não sei. Ela põe álcool e eu ponho gasolina", diz uma motorista confusa. Outros seguem recomendações. "Quem diz que eu devo misturar é o meu marido", confessa uma outra. E há aqueles que vivem com a incerteza. Ao apresentar tantas

incertezas é necessário mudar o eixo retórico apresentando uma certeza. "Eu gostaria de ter uma opinião abalizada. Sou que nem São Tomé, preciso ver pra crer", diz um motorista.

Na verdade o que todos os motoristas confusos queriam está finalmente sendo apresentado, a opinião abalizada. É hora de apresentar as provas.

3) Provas: Nesta parte do discurso são apresentadas as provas, é o momento onde especialistas são chamados a depor. No meio de tantas dúvidas os proprietários de carros biflex precisam de uma verdade contundente, e o JN anuncia em tom de autoridade.

Mas a verdade é uma só. "T tecnicamente falando, não existe absolutamente nenhuma contra-indicação usar combustíveis puros o tempo todo ou mistura deles", esclarece o engenheiro mecânico Eduardo Polati. É um equipamento, instalado em todos os carros flex, que identifica o tipo e a mistura de combustível em poucos segundos e permite que o motor funcione normalmente.

Depois de tanta tensão vem o alívio pela opinião abalizada de um engenheiro mecânico. O recurso de argumento de autoridade ou especialista é invocado e é incisivo, pois, "não existe absolutamente nenhuma contra-indicação em usar combustíveis puros o tempo todo ou a mistura deles". Uma vez apresentada a solução técnica para o impasse já que existe "um equipamento, instalado em todos os carros flex, que identifica o tipo e a mistura de combustível em poucos segundos e permite que o motor funcione normalmente", está na hora de encaminharmos a argumentação para a peroração ou fechamento do raciocínio.

4) Peroração: É o momento em que todos os fatos mostrados em uma seqüência lógica, com seus elementos de persuasão e figuras de retórica chegam à conclusão final. A reportagem que buscava nos esclarecer questões técnicas do carro biflex encerra afirmando que nossa única preocupação deve ser financeira.

O engenheiro mecânico, coordenador de um laboratório de motores e combustíveis, lembra que o mais importante é o motorista se preocupar com o bolso. Ele lembra que o motor bicomcombustível consome mais álcool do que gasolina. Por isso, dá um conselho: abastecer com álcool só é mais vantajoso se o valor cobrado pelo litro não ultrapassar 70% do preço do litro da gasolina. "O que deve ser feito é o consumidor ter um controle efetivo do que ele está

consumindo de combustível versus o que ele está pagando por ele", completa Polati.

Conclusão: Reportagem de pseudo-evento criada à guisa de esclarecer o consumidor na questão de abastecimento de seu carro biflex, fato totalmente irrelevante mas que serve como incentivo à compra de um veículo, já que não se justifica como notícia. Faz sentido se analisada dentro do escopo do JN que usa o aquecimento global como fator de medo e insegurança ao mesmo tempo em que implanta uma agenda governista de produção e consumo do álcool como combustível alternativo e seguro para o ambiente sem efeitos colaterais.

2.11.6 Aquecimento global: falta d'água e extinção de vegetais e animais

Contexto: Os relatórios ambientais se tornaram o ponto central da temática ambiental dentro do JN. Um problema altamente complexo e que requer ação imediata vai servir de balizador para as tensões criadas em tom alarmista imposto pelo JN quando cobre temas ambientais.

Data: 02.04.2007

Título: Aquecimento global: falta d'água e extinção de vegetais e animais

Tipo: Reportagem

Duração: 01:35

Apresentador: Até a próxima sexta-feira, representantes de mais de 100 países vão analisar, na Bélgica, um novo relatório que mostra consequências do aquecimento do planeta. De Paris a repórter Sônia Bridi.

Repórter: Floresta Amazônica, o ambiente mais rico em espécies vegetais e animais do planeta. A mata cerrada virando apenas um cerrado. Campo, poucas árvores, clima seco.

A previsão para as florestas brasileiras é um cenário de extinção, como o planeta nunca viu antes. Milhares de espécies em poucos anos. Na Cordilheira

dos Andes tropicais, geleiras desaparecendo dentro de apenas 15 anos. O degelo do Himalaia, na Ásia, vai provocar falta de água na região mais populosa do planeta.

Na abertura do Painel do Clima, hoje em Bruxelas, o comissário europeu deu um puxão de orelhas nos Estados Unidos: o responsável por um quarto da poluição do planeta se recusa a assinar acordos de corte de emissões. Como outras tragédias, o aquecimento global vai afetar mais os pobres do que os ricos.

Num primeiro momento, a produção agrícola deve aumentar nas regiões que ficam mais afastadas da linha do Equador, como o norte dos Estados Unidos, o Canadá e a Sibéria, na Rússia, mas deve cair na América do Sul e ficar praticamente inviável na África. O continente que é responsável por apenas 3% das emissões de gases, que provocam o efeito estufa, vai ser o primeiro a pagar a conta da energia que enriqueceu americanos e europeus.

Análise: A notícia vem de Bruxelas, na Bélgica, mas a repórter se encontra em Paris, na França. Pelo tom de fim de mundo da matéria é de se perguntar se não valeria uma viagem até a origem da informação para verificar mais de perto o horror anunciado no relatório e colocado sem meios tons na reportagem.

Embora o painel tenha até a próxima sexta-feira, portanto mais quatro dias úteis de trabalho para analisar “um novo relatório que mostra conseqüências do aquecimento do planeta”, a reportagem se antecipa e dá suas conclusões de Paris.

Não é indicado em momento algum se o JN obteve uma cópia do relatório e todas as previsões estão contidas nele ou se há uma interpretação de leigo que permita uma licença poética como: “a mata cerrada virando apenas um cerrado”. Nenhum cientista é chamado a depor para dar uma visão técnica do documento, nem quando se trata da Amazônia.

Floresta Amazônica, o ambiente mais rico em espécies vegetais e animais do planeta. Campo, poucas árvores, clima seco. Prosseguindo o tom sombrio: A previsão para as florestas brasileiras é um cenário de extinção, como o planeta nunca viu antes. Milhares de espécies em poucos anos.

A força dessa assertiva abre uma série de perguntas: Todas as florestas serão atingidas por igual? Nesse caso é de se pressupor que o país inteiro será afetado. Se animais e plantas serão extintos numa escala sem precedentes, é possível se considerar que os humanos saiam incólumes desta tragédia? Nenhuma referência a nós? Como fica a vida nas cidades? Se as plantas das florestas vão desaparecer em grande escala, o quê será feito dos campos e fazendas que nos alimentam? Somente

os animais selvagens vão desaparecer? Nossas criações de animais para consumo humano conseguirão resistir? Caso sim, como explicar que tamanha catástrofe tenha escolhido apenas as florestas como alvo? Caso não, estamos todos os brasileiros correndo orisco de morrer de maneira trágica, sem água e alimentos? Nenhum indicativo é apresentado.

Do Brasil vamos para “a Cordilheira dos Andes tropicais, geleiras desaparecendo dentro de apenas 15 anos”. Considerando que a Floresta Amazônica é vizinha, está na mesma linha equatorial dos Andes Tropicais – fica a pergunta se o prazo de 15 anos também é válido para nós ou apenas para os países limítrofes.

Da América do Sul pulamos para a Ásia, onde “o degelo do Himalaia vai provocar falta de água na região mais populosa do planeta”. Cabe perguntar se o degelo de uma cordilheira gigantesca como o Himalaia não causaria num primeiro momento enormes inundações, considerando o volume de água gerado? Pela primeira vez vemos uma referência às conseqüências à população do local, “na região mais populosa do planeta”, que também deve ter problemas com a alimentação, considerando a falta de água.

Em vista de tamanha destruição anunciada, temos uma medida concreta: “o comissário europeu deu um puxão de orelhas nos Estados Unidos: o responsável por um quarto da poluição do planeta se recusa a assinar acordos de corte de emissões”. Sem explicar o que é essa poluição ou as emissões, somos informados de que os americanos são um dos grandes responsáveis pelo problema. Não há nenhum sinal de preocupação do governo americano sobre receber esse puxão de orelhas – exceto a imagem do seu representante de braços cruzados e indiferente. Tampouco sabemos o poder de persuasão que esse ato possa exercer sobre uma mudança de atitude tão egoísta. Talvez seja possível entender essa indiferença com a frase seguinte:

Num primeiro momento, a produção agrícola deve aumentar nas regiões que ficam mais afastadas da linha do Equador, como o norte dos Estados Unidos, o Canadá e a Sibéria, na Rússia, mas deve cair na América do Sul e ficar praticamente inviável na África. O continente que é responsável por apenas 3% das emissões de gases que provocam o efeito estufa, vai ser o primeiro a pagar a conta da energia que enriqueceu americanos e europeus.

Parece que o aquecimento global, ao menos num primeiro momento - não se sabe que medida de tempo é essa – vai favorecer os norte-americanos. Por que razão deveriam eles então se preocupar com isso? De algum modo a natureza escolheu destruir florestas pelo mundo afora, mas poupar as da América do Norte e também sua agricultura. Mas para a reportagem, não há nada de novo nisso, considerando que esta é apenas a repetição de um padrão, posto que: “como outras tragédias, o aquecimento global vai afetar mais os pobres do que os ricos”.

Conclusão: A reportagem busca claramente inserir o tema ecologia no plano das opiniões. Faz soar o alarme do medo da destruição do planeta no telespectador, pela escolha de vocabulário, que aliado às imagens, produz forte efeito de convencimento. O discurso, no entanto, não oferece nada de substancial que comprove o que está sendo dito. Nenhum cientista é chamado a depor, nem escutamos a voz de especialistas, a favor ou contra o relatório.

Temos de ressaltar que essa é uma das premissas básicas do jornalismo. Quando este se diz isento, é porque abre o discurso para outras vozes, e, em tese, não está defendendo uma posição própria. Se temos um discurso monofônico e monossilábico onde estão as outras informações que permitam uma análise crítica, além do que pretende ser um efeito de verdade do JN? O telejornal chama para si a totalidade da voz do discurso. Não há tensão entre os argumentos, portanto não há discussão possível. Ao se limitar a narrar as imagens que estão sendo mostradas não utiliza o potencial de enunciação da TV para contar uma história. Ao dizer: floresta queimando e colocar imagem de árvores em fogo ou, degelo no Himalaia, e mostrar gelo derretendo, a repórter está somente mostrando para quem nunca viu o que são esses e outros problemas que fazem parte do aquecimento global. São apenas imagens ilustradas por palavras que se sequer fazem conexão com o problema, embora se constituam a opção de estratégia do discurso com cortes rápidos e clichês de duvidoso apelo emocional.

O resultado é uma heterogeneidade constitutiva colocando no mesmo plano, puxão de orelhas, degelos, secas, maior produção agrícola em terras geladas, e uma notável ausência das implicações diretas para o ser humano. Não revela as premissas

ocultas que estão por trás do aquecimento. Informa apenas alguns efeitos mas não as causas.

Nenhuma solução é apresentada ou sugerida, como: reduzir o consumo de petróleo, de bens industriais que gerem maior emissão de gás carbônico ou simplesmente cortar o consumo em várias áreas.

Dentro da ordem de destruição mostrada, qual será o valor do dinheiro se não haverá água nem comida? É possível reverter o quadro de alguma forma? As alterações no clima não irão gerar novas doenças, hoje limitadas exatamente por essas barreiras climáticas? A notícia do fim do mundo no JN parece não merecer mais do que 01:35 e nem uma viagem Paris-Bruxelas.

2.11.7 Um debate que divide o governo brasileiro

Contexto: Após o anúncio na mídia do relatório do IPCC sobre aquecimento global a questão ambiental está em primeiro plano. Os temas que envolvem florestas e rios se tornaram de interesse público. O governo planeja construir duas hidrelétricas no Rio Madeira e precisa de licença dada pelo Ibama pois estão envolvidas questões ambientais de relevância. A construção das usinas é vista como fundamental pelo governo para gerar energia elétrica e crescimento da economia, sem risco de apagão.

O Ibama se recusa a dar um parecer positivo antes de concluídos os estudos. Como os dois órgãos, Ibama, subordinado ao MMA (Ministério do Meio Ambiente) e MME (Ministério de Minas e Energia) pertencem ao governo e estão em conflito quanto ao andamento da questão, é necessário utilizar formas de pressão pública e política para que o impasse seja resolvido. A melhor maneira de se fazer isso é tornando pública a disputa, por um meio de comunicação em massa, apresentar a questão, os argumentos e ao final da arguição de cada um dos lados criar um novo saber a respeito do dilema: acelerar a aprovação da obra atropelando os procedimentos técnicos do Ibama, ou respeitar a natureza e correr o risco de não se ter energia elétrica suficiente para os próximos anos?

Há, porém, outras vertentes envolvidas, como o uso do Banco Mundial sendo apresentado como autoridade para julgar projetos ambientais quando na verdade não a tem. O banco é parte interessada pois financia o projeto e sua tradição de atuação na área ambiental tem sido objeto constante de crítica. A ONG WWF-Brasil aparece como fonte de referência neutra na disputa, protegendo apenas os interesses da natureza. Não é bem assim. A WWF e o Banco Mundial são parceiros, mas isso não é esclarecido na matéria. Também é omitido que José Roberto Marinho, vice-presidente das Organizações Globo, foi presidente da WWF-Brasil de 11/99 até 11/02, embora tivesse um segundo mandato, ao qual renunciou, até 09/05.

Silas Rondeau, ministro do MME, renunciou poucas semanas depois, no dia 22/5, acusado de envolvimento em um escândalo investigado pela Polícia Federal e denominado “Operação Navalha”.

O Ibama estava em greve devido à pressão para aprovar o projeto. Um dia antes da reportagem, o governo decidiu fazer uma cisão dentro do Ibama, criando o Instituto Chico Mendes, assim descrito no site da Radiobrás:

<<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/04/27/materia.2007-04-27.9153428197/view>>

Foi publicada hoje (27) no *Diário Oficial da União (DOU)* a medida provisória (MP 366) que cria o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, a nova autarquia federal responsável por executar ações da política nacional de unidades de conservação da natureza. A autarquia será responsável também pelas políticas relativas ao uso sustentável dos recursos naturais, apoio ao extrativismo e às populações tradicionais, além de incentivar programas de pesquisa e proteção da biodiversidade. A MP prevê que o Instituto Chico Mendes exerça ainda o poder de polícia ambiental para a proteção das unidades de conservação instituídas pela União. Isso, no entanto, não exclui o poder supletivo de polícia ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). De acordo com a medida provisória, o patrimônio, pessoal e os recursos orçamentários que eram vinculados ao Ibama e agora estão relacionados às finalidades da nova autarquia serão transferidos para o Instituto Chico Mendes.

Nenhuma referência sobre o esvaziamento de poder do Ibama vai ser mencionada.

Data: 28.04.2007

Título: Um debate que divide o governo brasileiro.

Tipo: Reportagem

Duração: 03:35

William Bonner: A necessidade de gerar mais energia para o Brasil e a necessidade de proteger o meio ambiente estão pondo ministérios em lados opostos. Quem conta é a repórter Cristina Serra.

Cristina Serra: O mais recente motivo da discórdia é a construção de duas usinas hidrelétricas no Rio Madeira, em Rondônia.

A usina de Santo Antônio ficaria perto de Porto Velho; e a de Jirau, perto da fronteira com a Bolívia, ambas consideradas fundamentais para o sucesso do PAC, o Plano de Aceleração do Crescimento. Juntas, vão gerar quatro mil megawatts médios por ano, quase 10% do que o Brasil consome.

O projeto das hidrelétricas no Rio Madeira expõe divergências dentro do governo sobre a condução da política energética. De um lado, o Ministério do Meio Ambiente, preocupado com o impacto ecológico de obras como essa.

Do outro, o Ministério de Minas e Energia, que tem pressa em tocar projetos que atendam à demanda energética do país.

Segundo o Ministério de Minas e Energia, há dois anos, o Ibama, responsável pela licença da obra, analisa os estudos de impacto ambiental.

Especialistas apontam que as usinas podem prejudicar a reprodução de algumas espécies de peixes.

Além disso, o Rio Madeira, por ser barrento, poderia provocar um acúmulo de sedimentos nas barragens das hidrelétricas e afetar a capacidade dos reservatórios. O Ibama não deu prazo para concessão da licença.

O Ministério de Minas e Energia também encomendou estudos a especialistas do Banco Mundial, que aprovaram a obra. O ministro Silas Rondeau disse que só pode esperar até maio por uma resposta do Ibama. Se não conseguir, a opção seria a construção de termelétricas a carvão ou a construção da usina nuclear de Angra III.

“Se, infelizmente, por uma questão de aprovação de um estudo desse, não tivermos a melhor fonte que defendemos, porque é a fonte hidráulica para nós é a melhor porque é a mais limpa e é uma fonte renovável, ela será substituída por fontes térmicas. Nós teremos uma energia mais cara e, ambientalmente, da pior qualidade”, afirmou o ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau.

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, defende o trabalho dos técnicos do Ibama.

“Os técnicos do Ibama estão trabalhando com operosidade e com isenção. Não há nenhuma possibilidade de se fazer pressão sobre o gestor público para que ele descumpra a lei e para que ele abra mão daquilo que são suas atribuições legais. O diálogo institucional é um diálogo de construção e

não de desconstituição de um setor em relação a outro”, disse a ministra Marina Silva.

A ONG WWF acha que a discussão sobre geração de energia deveria ser ampliada. “Alguns tão só concentrados em uma ou duas alternativas. Ou é hidrelétrica ou é nuclear. E não é isso que se busca. Nós podemos ter outras opções pra matriz elétrica brasileira. Vários estudos apontam a reponteciação das usinas, podendo gerar cerca de oito gigawatts”, acredita Mauro Armelin, da WWF.

Para o professor de engenharia elétrica da Universidade de Brasília, Ivan Camargo, as usinas hidrelétricas são a melhor forma de atender à demanda de energia do país.

“Temos muito potencial ainda. O potencial hidrelétrico no Brasil é muito grande. E é uma vantagem que nós temos. É uma forma de energia renovável, portanto interessante, que vai durar muito tempo e vai nos dar uma energia barata”, explica Ivan Camargo.

Análise: A chamada da matéria tenta dar um tom equilibrado utilizando uma isonomia verbal. “A necessidade de gerar mais energia para o Brasil e a necessidade de proteger o meio ambiente”. Existem duas necessidades de igual importância já que metricamente as construções são idênticas e não há nenhuma indicação de maior importância de uma sobre a outra. Mas que pela construção a seguir, teremos de optar apenas por uma solução, pois há um embate sendo travado: “estão pondo ministérios em lados opostos”. Logo saberemos quais são os lados opostos, pois “quem conta é a repórter Cristina Serra”.

O verbo contar parece longe da função de uma jornalista que seria de reportar, de montar uma reportagem. Contar sugere intimidade, algo que se soube, que se ouviu, mas não deveria ser empregado em situação de confronto entre dois ministérios da República. Deduz-se que a repórter tenha intimidade com os lados em conflito e vai se apresentar como mediadora.

Essa noção é amplamente reforçada na frase que aparece adiante:

De um lado, o Ministério do Meio Ambiente, preocupado com o impacto ecológico de obras como essa. Do outro, o Ministério de Minas e Energia, que tem pressa em tocar projetos que atendam à demanda energética do país.

Tal qual pugna pugilística, onde o apresentador tradicionalmente anuncia, “deste lado, fulano de tal, do outro lado sicrano”, aqui fica claro quem são os oponentes e

quais as razões que os levaram ao confronto, mediado por Cristina Serra, que nos conta as razões.

Não sabemos como ela ficou encarregada de mediar a questão se houve um documento oficial do governo anunciando a disputa, ou se foi por ouvir dizer que a levou a perguntar se realmente havia tal problema. Nenhuma sugestão foi feita de que as partes interessadas têm maturidade e responsabilidade suficiente para discutirem o problema dentro das esferas de governo nem se haverá um voto de Minerva que decida por uma via ou outra.

Novamente o JN se apresenta como mediador: O Ministério do Meio Ambiente está “preocupado” com o impacto ecológico, enquanto o Ministério de Minas e Energia “tem pressa”. Preocupado remete à inação, pois é uma situação de indecisão, de calma, de prudência, temendo que aconteça algo negativo. Privilegia a eficiência de uma análise mais profunda sobre uma decisão mais afoita. Já, “ter pressa”, significa urgência, atropelar os procedimentos, colocar seus objetivos – produzir mais energia elétrica – acima e na frente de qualquer preocupação ambiental. Os desastres produzidos por essa pressa em construir outras hidrelétricas como Itaipú e Tucuruí não são mencionados.

Antes de chegar ao pomo da discórdia, temos outro elemento importante nos dizendo que esse problema de desentendimento entre os ministérios é recorrente:

O mais recente motivo da discórdia é a construção de duas usinas hidrelétricas no Rio Madeira, em Rondônia. A usina de Santo Antônio ficaria perto de Porto Velho; e a de Jirau, perto da fronteira com a Bolívia, ambas consideradas fundamentais para o sucesso do PAC, o Plano de Aceleração do Crescimento. Juntas, vão gerar quatro mil megawatts médios por ano, quase 10% do que o Brasil consome. O projeto das hidrelétricas no Rio Madeira expõe divergências dentro do governo sobre a condução da política energética.

Esse é então apenas o mais recente episódio da disputa. Quais seriam os outros? No entanto, está clara a premência de se construir as duas hidrelétricas, pois são “ambas consideradas fundamentais para o PAC, o Plano de Aceleração do Crescimento”. Ora de um lado o Ministério do Meio Ambiente inerte, preocupado, e do outro o de Minas e Energia com uma missão que não é apenas importante, mas

fundamental, para o crescimento – acelerado – do país. A adjetivação utilizada para as partes em disputa estabelece padrões de antagonismo.

Como se não bastasse, o crescimento acelerado é reforçado por números que pouca gente sabe o que significa, mas que parecem importantes citar, são: 4 mil megawatts médios por ano, quase 10% do que o Brasil consome. Essa é a proposta do MME. Energia elétrica, para crescimento acelerado. Quem poderia se opor? Esperamos pelos benefícios oferecidos pelo MMA, mas temos apenas a preocupação com o impacto ecológico, nada mais do que isso. Se existem outros argumentos e benefícios eles não são referenciados na matéria. Deduz-se que são então apenas entraves burocráticos ao progresso.

Quem ganha a voz de acusação a seguir é o MME:

Segundo o Ministério de Minas e Energia, há dois anos, o Ibama, responsável pela licença da obra, analisa os estudos de impacto ambiental. Especialistas apontam que as usinas podem prejudicar a reprodução de algumas espécies de peixes. Além disso, o Rio Madeira, por ser barrento, poderia provocar um acúmulo de sedimentos nas barragens das hidrelétricas e afetar a capacidade dos reservatórios. O Ibama não deu prazo para concessão da licença.

Pede a regra da equivalência jornalística que os lados apresentem suas posições de igual maneira. Se um lado acusa o outro, é de se supor que sua atuação mais ofensiva busque resultados contra o lado inerte. Além disso, quando Cristina Serra diz que o Ibama analisa os estudos “há dois anos”, a ênfase na voz reforça a idéia de morosidade. Dois anos é muito tempo, está claro.

A situação do Ibama piora quando tomamos conhecimento da razão para tamanho atraso: “as usinas podem prejudicar a reprodução de algumas espécies de peixes”. A contraposição de “algumas espécies de peixes” com o crescimento acelerado do Brasil e 4 gigawatts, parece não deixar dúvida sobre quem está certo. O que são “algumas” espécies de peixes para frear o crescimento do país? Nem muitas elas são. Talvez duas ou três, que é a quantidade que cabe dentro do conceito de “algumas”. Tampouco são várias ou muitas, o que suscitaria alguma preocupação. O outro argumento parece ter menos importância ainda. “O Rio Madeira – por ser barrento – provocaria um acúmulo de sedimento nas barragens da hidrelétrica afetando a

capacidade dos reservatórios”. O que isso realmente significa, não está apresentado de maneira clara.

Insatisfeitos com o conteúdo que o JN nos apresenta, fomos abrir investigações em outras mídias. Ao pesquisar artigo do New York Times de 11 de junho de 2007, soubemos que o que se chama de “algumas espécies de peixes” são na verdade mais de 500, pois a bacia do Rio Madeira tem mais variedades catalogadas que qualquer outro rio do mundo. O acúmulo de sedimento é muito mais importante do que nos conta a repórter. Como o Rio Madeira nasce nas encostas dos Andes, carrega uma grande quantidade de sedimentos que vai fertilizar as margens do Rio Amazonas, tornando-as uma das mais ricas da região para a agricultura. Esses dados, caso tivessem sido incorporados de maneira explícita na matéria, poderiam mudar a opinião pública sobre a questão, mas foram ignorados, suscitando perguntas de quem são as fontes consultadas para a redação do texto. Não saberiam os redatores e os pesquisadores dessas informações? Isso seria pouco provável dado o amplo uso da Internet. Ao realizar uma pesquisa com “Rio Madeira” conseguimos resultados diversos resultados.

O site: <http://www.fobomade.org.bo/rio_madera/doc/libro/a8.pdf> contém um relatório feito em 2006 que aponta vários problemas na análise ambiental, intitulado: “Estudos Não Confiáveis. 30 falhas no EIA-RIMA (Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental) do Rio Madeira”.

Algumas das informações mais relevantes:

1. Em 26 de junho de 2006, o Ministério Público Estadual de Rondônia e o Consórcio formado pelas empresas Odebrecht e Furnas assinaram um Termo de Compromisso para a realização de uma série de estudos sobre os documentos que fazem parte do processo de licenciamento do conjunto hidrelétrico do Rio Madeira. O Termo estabeleceu que o mesmo produziria efeitos legais a partir de sua assinatura e teria eficácia de título executivo extrajudicial, na forma dos artigos 5º, § 6º da Lei n. 7.347/85, do artigo 79-A, da Lei 9.605/98 e do artigo 585, inciso VII, do Código de Processo Civil. Além disso, o Termo convidava o Ibama a aderir ao mesmo ao “considerar os resultados do relatório entre os condicionantes” do processo de licenciamento.

2. No âmbito do convênio, foi contratada a empresa de consultoria COBRAPE, de São Paulo, que foi remunerada diretamente pelo consórcio empreendedor. Foram sub-contratados 19 especialistas reconhecidos em diversas disciplinas, aos quais foram submetidos os estudos realizados com o objetivo de obter o licenciamento do empreendimento, e que deveriam ser discutidos em audiências públicas. Neste documento, são extraídos os 30 principais questionamentos entre os muitos outros considerados falhos pelos

especialistas: dessa forma é colocada potencialmente em xeque a viabilidade do mesmo e, com certeza, a legitimidade dos documentos produzidos para efeito de licenciamento. Alguns questionamentos também levam a considerar parcialmente inadequados os próprios termos de referência originais estabelecidos pelo órgão licenciador.

3. Abrangência Equivocada: Falta Estudar a Hidrovia.

“Em maio de 2006 o Ministério das Minas e Energia deixou claro que nenhuma decisão foi tomada sobre a construção de eclusas (Brasil, MME, 2006). A pergunta fundamental é se o adiamento de uma decisão sobre as eclusas perdoa os proponentes das represas de qualquer responsabilidade por considerar impactos da hidrovia nos estudos de impacto ambiental. Pondo as eclusas nas barragens de Santo Antônio e Jirau implica que a barragem de Guajará-Mirim será aprovada e será construída. Esta Represa seria localizada entre as cidades de Abunã e Guajará-Mirim. Na prática, fazer um grande investimento de antemão cria uma força política que geraria pressão sobre reguladores para aprovar a represa subsequente. Uma solução para minimizar este efeito seria de apenas deixar o espaço para posterior construção das eclusas, sem as construir de fato”.

4. Área Alagada Pode ser o Dobro do Estimado.

“Tomando como exemplo a área de entorno da Usina do Jirau, mostrada pela Figura número 8 do RIMA, uma redução em 20 m no nível base do MDE resultaria num aumento dos limites da área alagada até a curva de nível de 95 m, o que representaria um aumento de mais que 100% na área alagada [grifo nosso] mostrada na figura. Se esse erro realmente ocorreu, todos os estudos de impacto realizados até o presente momento seriam comprometidos. As áreas de influência direta e indireta teriam que ser redefinidas e todos os estudos e simulações refeitas”.

5. Negligenciados estimativa e impactos do aumento populacional.

“Não se pode aceitar que, como está explicitado no EIA/RIMA, o impacto populacional seja tão pequeno quanto o calculado, quando as experiências históricas locais são de que existe uma alta atratividade para a região e ainda mais, por outros projetos já realizados, o retrospecto é de que os impactos fizeram com que as populações dessem saltos bem além das expectativa”.

6. Omissão sobre o Alagamento em Território Boliviano.

“Mesmo que o efeito de sedimentação esteja ignorado, a água do Reservatório de Jirau afetaria a Bolívia. Ao nível operacional normal de 90 m sobre nível do mar, o reservatório estende a montante de Cachoeira Araras, onde a Bolívia limita o Rio Madeira e onde o nível de água é só 85,0 m sobre o mar durante o período de vazante, de agosto a outubro (Molina Carpio, 2005, pág. 109). O estudo de viabilidade também indica isso durante os períodos de fluxo baixo (5.600 m³/s) e de fluxo médio (16.600 m³/s): mesmo sob o plano de operação e em níveis variáveis de água, o nível de água aumentaria na altura da confluência com o Rio Abunã, situado 119 km a montante da barragem de Jirau, este local sendo o começo do trecho onde o Rio Madeira forma a fronteira entre o Brasil e a Bolívia”.

7. Sedimentação: Foco Inadequado e Cálculos Inconsistentes.

“A análise das questões relativas a estudos sedimentológicos deve sempre considerar a bacia hidrográfica como unidade espacial para avaliação do problema em foco. O estudo apresentado ressalta inclusive que o Rio Madeira é um dos rios de maior carga sedimentar do mundo, resultado de

processos erosivos que se iniciam nas suas cabeceiras, na região da Cordilheira dos Andes”.

8. Falta Identificar as Espécies mais Afetadas.

“A lista de espécies apresentada não especifica quais seriam as espécies endêmicas ou de distribuição restrita mais vulneráveis ao empreendimento, ou seja, aquelas mais associadas ao ambiente de corredeiras. Não ficou caracterizado quais eram espécies relacionadas ao ambiente de correnteza ou não. Estas espécies devem ser monitoradas ao longo do processo da construção das hidrelétricas e também durante o período de geração de energia. Deste modo, é essencial que se conheça quais são as espécies endêmicas ou de distribuição restrita que devem ser monitoradas”.

9. Omissão de Impactos Expressivos na Pesca no Estuário do Rio Amazonas.

“Dois aspectos devem ser levados em consideração, a grandeza do rio Madeira e o efeito imediato da redução de recrutas para a pesca do estuário e dos rios da planície amazônica. Se a produção de ovos/larvas for proporcional à vazão do rio ou descarga de sedimentos, o rio Madeira teria uma importância quase igualitária com o Amazonas e uma interrupção da descida desses jovens poderia agravar dramaticamente o efeito da sobrepesca de crescimento desses estoques no estuário. A pesca no estuário tem uma importância social e econômica muito grande, sendo um dos poucos lugares em que se mantém uma exportação regular de pescados amazônicos”.

10. Fauna: Coleta Insuficiente e Impactos Não Avaliados.

“O esforço de coleta utilizado foi insuficiente, como ressaltado pelos próprios autores, para avaliar a real diversidade taxonômica da mastofauna local. A inexistência de informações impede que análises comparativas entre a área estudada e outras em outras porções da Amazônia sejam feitas. Os trabalhos de avaliação de impacto ambiental...limitam-se a listar espécies presentes, avaliar sua abundância e a comparar a lista das espécies encontradas com aquelas consideradas como ameaçadas de extinção. É um lamentável paradoxo, portanto, que o estudo de impactos ambientais apresentado seja de restrita capacidade para desempenhar sua principal função: a de avaliar os impactos ambientais que serão decorrentes da construção das hidrelétricas”.

O relatório publicado pela ONG Amigos da Terra – Brasil aponta outros problemas que não foram considerados.

O Rio Madeira é o maior afluente do Rio Amazonas, com uma extensão de 1.700km somente no território brasileiro e uma vazão média de 23.000m³/s. O Madeira é responsável por aproximadamente 15% do volume de água e de 50% do sedimento transportado pelo Rio Amazonas para o Oceano Atlântico. Essa enorme carga de sedimentos regula os sistemas biológicos das vastas planícies ao longo dos rios Madeira e Amazonas.

Fonte: <http://internationalrivers.org/en/latin-america/amazon-river-s-largest-tributary-under-threat>.

Para finalizar a parte da reportagem em que ficam expostos os motivos da posição irredutível e inexplicável do Ibama – que não teve nenhum técnico opinando, portanto sem voz ativa na matéria – o discurso é enfático: “o Ibama não deu prazo para concessão da licença”. Cria-se tensão aqui. O país tem pressa de crescer e o Ibama não dá prazo para liberar a licença que pode prejudicar algumas espécies de peixes.

O texto seguinte, no entanto, mostra uma há solução, e na verdade o MME não precisa do Ibama para nada, pois há uma outra autoridade autorizando o projeto.

O Ministério de Minas e Energia também encomendou estudos a especialistas do Banco Mundial, que aprovaram a obra. O ministro Silas Rondeau disse que só pode esperar até maio por uma resposta do Ibama. Se não conseguir, a opção seria a construção de termelétricas a carvão ou a construção da usina nuclear de Angra III.

Estranha situação essa. O Banco Mundial tem o poder de decidir sobre assuntos ecológicos no Brasil, muito melhor do que o Ibama. Se os especialistas aprovaram a obra, por que razão o Ibama insiste no atraso? Não há nenhuma evidência sobre os critérios ambientais utilizados pelo Banco Mundial, nem quem são esses “especialistas” e suas linhas de orientação no que tange à preservação do ambiente. O nome Mundial do banco, dá uma clara conotação de importância.

Reforçando a voz preferencial do MME, sabemos do ultimato do seu ministro, Silas Rondeau: “só pode esperar até maio por uma resposta do Ibama”. Se o Ibama já disse que não há prazo para entrega do relatório – nem se vai autorizar a construção – a cisão está criada, pois o MME apresenta as soluções, mais como ameaças do que como alternativas energéticas ao dizer: “a opção seria a construção de termelétricas a carvão ou a construção da usina nuclear de Angra III”.

Antes de analisarmos as implicações dessas opções é possível constatar, que apesar do Banco Mundial ter dado sua aprovação ao projeto, a última palavra é mesmo do Ibama. Qual a razão então de apresentar argumentos sem poder decisório? Por que gastar dinheiro com um relatório se, oficialmente, não serve para nada? Mencionar a aprovação do Banco Mundial parece ser apenas um reforço argumentativo do próprio JN, pois o MME em nenhum momento utiliza o relatório a seu favor. Aqui não fica claro

se o MMA aprovaria a construção de termelétricas a carvão (altamente poluidoras) ou a de outra usina nuclear, cujos riscos, ineficiência e custos são por demais conhecidos pelas que já temos em Angra dos Reis. O impacto ambiental causado por essas alternativas também não está sequer sendo apresentado ou discutido, mas já são apresentadas como piores pelo tom de ameaça. Não há comentários sobre o fracasso na geração de energia elétrica das duas usinas nucleares que operam muito abaixo da capacidade por problemas técnicos na construção.

A seguir dando voz e espaço para os argumentos de Silas Rondeau do MME, fica patente o favorecimento de uma opção sobre outra na mediação do JN.

Se, infelizmente, por uma questão de aprovação de um estudo desse, não tivermos a melhor fonte que defendemos, porque é a fonte hidráulica para nós é a melhor porque é a mais limpa e é uma fonte renovável, ela será substituída por fontes térmicas. Nós teremos uma energia mais cara e, ambientalmente, da pior qualidade, afirmou o ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau.

O tom de ameaça é evidente, pois implica em perdas para o país, com “uma energia mais cara e ambientalmente da pior qualidade”.

A repórter Cristina Serra não questiona em nenhuma parte da reportagem o que significa essa pior qualidade ambiental. Se a necessidade econômica prevalece sobre a qualidade do ambiente, então deve haver um limite para a preservação ambiental, que é quando as leis ambientais prejudicam os negócios. A ecologia parece ser apenas uma preocupação folclórica, utilizada em seus princípios como embelezamento, um ornamento sem muitas funções práticas. Inconsequente e desnecessária, ela será ignorada toda vez que se interpuser no caminho do progresso.

A ministra do MMA, Marina Silva, finalmente aparece para justificar porque tanto atraso na entrega da licença. Diz ela em tom conciliador, legalista, mas enérgico:

Os técnicos do Ibama estão trabalhando com operosidade e com isenção. Não há nenhuma possibilidade de se fazer pressão sobre o gestor público para que ele descumpra a lei e para que ele abra mão daquilo que são suas atribuições legais. O diálogo institucional é um diálogo de construção e

não de desconstituição de um setor em relação a outro, disse a ministra Marina Silva.

A fala da ministra reforça a existência de um ambiente legal a ser respeitado e faz parte da ordem constitucional. Rejeita a preponderância de um ministério sobre o outro ao oferecer “o diálogo institucional que é um diálogo de construção, e não de desconstituição de um setor em relação ao outro”.

A assinatura das falas requer atenção: ao denominar a de Silas Rondeau com um imperativo “afirma” e a de Marina Silva com um suave “disse”, fica estabelecido o tom mais enérgico do ministro. Afirmar carrega um sentido mais enfático do que dizer.

Uma vez terminada a fase expositiva da reportagem, o JN sugere agora aos lados conflitantes e aos telespectadores ouvirem outras partes, selecionado por ele próprio por critérios que não são apresentados.

Uma das opiniões escutadas é a da ONG, World Wildlife Fund – algo como fundo mundial para a vida selvagem. Não sabemos qual a capacidade técnica do fundo ou da pessoa que fala em seu nome, mas o JN abre voz para que seu representante se pronuncie.

Alguns tão (sic) só concentrados em uma ou duas alternativas. Ou é hidrelétrica ou é nuclear. E não é isso que se busca. Nós podemos ter outras opções pra (sic) matriz elétrica brasileira. Vários estudos apontam a reponteciação (sic) das usinas, podendo gerar cerca de oito gigawatts”, acredita Mauro Armelin, da WWF.

Quando usa o sujeito indeterminado “alguns”, Mauro Armelin parece estar se referindo a Silas Rondeau. A polarização “ou é hidrelétrica ou é nuclear” ganha uma terceira via ao dizer que “não é isso que se busca”. Quem busca? A falta de sujeito na frase não permite identificar como se chegou a essa conclusão e em nome de quem ele está falando. Segue, dando um parecer técnico de que “nós podemos ter outras opções pra matriz energética brasileira”. Quem somos “nós”? Continuamos sem saber a base teórica em que ele se assenta para apresentar tais opções. Na verdade, ela é apenas uma: “a repotenciação das usinas, podendo gerar oito gigawatts”.

O potencial de 8 gigawatts parece não ter chamado a atenção de Cristina Serra. Números são de difícil entendimento em linguagem televisiva, sobretudo quando saem da esfera do cotidiano. Giga é mais ou menos que Mega? A informação é ignorada, tanto quanto o modo se chegar a essa geração de energia. Sem explicar o que é repotenciação, nem perguntar aos lados interessados se tal possibilidade seria estudada, a fala é “assinada” com um simples acredita, como se seu conteúdo não tivesse validade. “Acredita”, neste caso, parece ser uma opinião isolada, sem nenhum referendo técnico. Afinal, o que sabe este senhor de matrizes energéticas?

Uma pesquisa mais detalhada nos revela o porquê da presença de Mauro Armelin e a opinião tão assertiva da ONG que ele representa.

A WWF pode ser considerada como um braço ecológico do Banco Mundial, pelo que se deduz do Relatório Anual 2005 disponível no site: <http://www.worldwildlife.org/alliance/>. Segundo o site, a WWF recebe aportes financeiros de larga monta para que se pronuncie sobre questões ambientais que envolvam o Banco Mundial. É possível – e eticamente correto – uma empresa de consultoria ecológica ser financiada pelo próprio “cliente”?

Para James M. Sheehan em seu artigo: *The Greening of the World Bank* publicado em 12 de abril de 2000, no site do Cato Institute. Esse “verdejar” por parte do banco, é descrito apenas como uma manobra diversionista e de sobrevivência, onde, por meio do financiamento escamoteado de ONG’s, o banco consegue opiniões que lhes são favoráveis. Diz Sheehan (2000):

O Banco Mundial tem um histórico ambiental pífio, que os ambientalistas vêm condenando faz tempo. Suas políticas de empréstimos têm financiado a destruição ecológica, a violação de direitos humanos e o deslocamento forçado, e seus projetos têm sofrido de uma alta taxa de insucesso, de acordo com os próprios critérios do banco (SHEEHAN, 2000).

Entre alguns destes insucessos está o projeto Polonoroeste no Brasil que previa a abertura de uma vasta área na Amazônia para a agricultura, e uma extensa malha rodoviária para interligar o projeto ao resto do país. O resultado foi um desastre do ponto de vista de planejamento central. Facilitados pelos US\$ 443 milhões do banco em

empréstimos subsidiados, o projeto introduziu práticas agrícolas de corte e queima, rápido desmatamento da bacia Amazônica e uma epidemia nacional de malária. Continua Sheehan (2000).

{...} Desde a metade dos anos 90, todavia, o banco tem apaziguado os seus críticos ao incluir ONGs nas suas operações. Como conselheiros do Banco Mundial e condutos para seus empréstimos, as ONGs têm participado de modo crescente nas atividades do banco nos últimos anos. O banco parece ter criado uma nova clientela de ONGs ambientalistas. Embora o banco não tenha sido capaz de demonstrar que a qualidade de seus empréstimos ambientais tenha melhorado de maneira fundamental, os grupos ambientais têm, de modo geral, sido mais cautelosos em suas críticas sobre o banco e não advogam mais a redução ou a suspensão dos financiamentos do Banco Mundial, como faziam nos anos 80 e no início dos 90 (SHEEHAN, 200).

Examinando o artigo de Sheehan (2000) podemos entender por que o Banco Mundial tem interesse nas hidrelétricas do Rio Madeira.

Para combater um possível aquecimento global e perturbações climáticas relacionadas no próximo século, o Banco Mundial propõe uma redução global na porcentagem de eletricidade gerada de combustíveis fósseis dos atuais 80% para 25% até 2050 (SHEEHAN, 2000).

Mas não é só no exterior que a WWF encontra seus críticos. No Brasil, ela é acusada de tentar bloquear a publicação do livro *Máfia Verde* que denuncia a estratégia neocolonialista com a desculpa de proteger o ambiente.

Este foi o caso, por exemplo, da frustrada tentativa de apreensão judicial do livro feita pela seção brasileira do Fundo Mundial para a Natureza (WWF-Brasil), que já movia um processo contra o Movimento de Solidariedade Ibero-americana (MSIa) desde o final do ano anterior. Na ocasião, logo após o depoimento de Carrasco no Senado, o WWF-Brasil tinha como presidente o vice-presidente das Organizações Globo, José Roberto Marinho, o que fez com que a tentativa de apreensão resultasse na ironia de uma entidade dirigida por um jornalista tentando suprimir uma publicação e a própria liberdade de expressão (LINO, CARRASCO, COSTA, PALÁCIOS, 2005, p. 5).

Omitir essa informação ao público é dar voz a uma fonte que não é isenta de interesses no processo de construção das hidrelétricas no Rio Madeira como se quer fazer crer. Outro fato totalmente ignorado pela grande maioria da população que assiste

ao JN, é que José Roberto Marinho, vice-presidente das Organizações Globo, foi presidente da WWF-Brasil. Não há que se pensar muito nas razões que levaram a TV Globo a escolher a WWF como fonte de consulta técnica. O embricamento (e o conflito) de interesses aparecem de forma inequívoca e suscita sérias questões de ordem ética.

A próxima opinião, no entanto, é gabaritada, pois é de um professor universitário. A matéria está chegando ao seu final e é necessário dar uma última palavra sobre o assunto para que o raciocínio lógico se complete. Afinal, a proposição desde o princípio é a de que havia uma disputa entre dois lados, e agora estamos perto de saber quem está com a razão. Diz o professor de engenharia elétrica da Universidade de Brasília, Ivan Camargo:

As usinas hidrelétricas são a melhor forma de atender à demanda de energia do país. Temos muito potencial ainda. O potencial hidrelétrico no Brasil é muito grande. E é uma vantagem que nós temos. É uma forma de energia renovável, portanto interessante, que vai durar muito tempo e vai nos dar uma energia barata”, explica Ivan Camargo.

O que ocorre no depoimento é a estratégia de editar e usar uma fala fora do seu contexto, dando a impressão de que a pessoa está de acordo como determinado fato, no caso, a construção de hidrelétricas no Rio Madeira. Em momento algum ele se refere à essas hidrelétricas especificamente, mas à hidrelétricas de modo geral. Não se pode deduzir que todas hidrelétricas são iguais. Esse deslocamento é anti-ético. Editar imagens não pode ser equivalente a editar contexto. O contexto do discurso deve ser respeitado na sua integridade.

Ao se posicionar a favor das hidrelétricas, o professor exclui as outras soluções, como carvão e energia nuclear, afinal “temos muito potencial ainda e que é muito grande”. Por ser renovável, “é interessante” já que “vai durar muito tempo e nos dar uma energia barata”. Em se tratando de um professor, parece natural que a “assinatura” da sua fala seja um “explica”. É da natureza dos professores explicarem. mas não temos nenhuma pista sobre a questão fundamental que se apresenta aqui, como suprir a demanda por energia elétrica no país, com a construção de hidrelétricas, sem causar danos ao ambiente. Ao dizer que “o potencial hidrelétrico no Brasil é muito grande” e

que “temos muito potencial ainda”, além de ser “uma vantagem que nós temos” (sobre os países que não têm essa opção) estaria o professor insinuando que as usinas de Santo Antônio e Jirau não seriam as duas únicas opções? Quais as alternativas? A matéria se encerra em tom aparentemente neutro.

Conclusão: No telejornalismo há reportagens especiais que são feitas por recomendação da presidência da emissora, e por isso são chamadas de “rec”. Quando um assunto sensível atinge as altas esferas do governo, como é o caso aqui, são acionados dispositivos internos para levar ao ar uma reportagem com uma abordagem que favoreça um ponto de vista, embora parecendo ser neutra. O próprio Roberto Marinho declararia a Contreiras (1993) que defendia seus interesses, agia como poder de mídia na política e valorizava o grupo jornalístico que tinha em mãos.

Sou um formador de opinião e tenho responsabilidades muito grandes {...} Eu não temo um presidente da República pela antipatia que ele possa ter pela TV Globo, pelo Globo ou pela minha pessoa. Se fosse um grande presidente e sua única falha fosse antipatizar com minha organização jornalística, eu superaria isso. A nossa posição, naturalmente, em algumas vezes, é consequência da posição que se adota (CONTREIRAS, Jornal da tarde, 6 de abril 1993).

Pelo tempo da reportagem – acima da média –, pelos altos valores financeiros envolvidos e o conflito entre altos ministros do governo, podemos inferir que se trata de uma reportagem “rec”. Extremamente tendenciosa, dá a aparente idéia de equilíbrio entre os ministérios, mas pela escolha do discurso direciona a conclusão pelo progresso proposto pelo PAC. Contaminada na sua estrutura ética ao omitir as relações entre o Banco Mundial, a WWF-Brasil e José Roberto Marinho.

Novamente recorremos ao que disse Roberto Marinho a Contreiras (1993) no que tange à ética.

É uma preocupação natural. O Globo tem uma permanente preocupação ética. Não nos sentimos atraídos por assuntos que dariam lucros mas que afetariam a ética (...) todos os programas que asseguram sucesso mas que abrem mão da ética têm duração muito pequena. Isso ocorre no jornalismo e na

televisão também. É um sucesso efêmero (CONTREIRAS, Jornal da Tarde, 6 de abril 1993).

A reportagem altera as relações de poder ao validar o relatório do Banco Mundial como tendo aprovado o projeto, e desqualifica o Ibama, na verdade único órgão habilitado à emissão de parecer técnico perante a opinião pública.

A estratégia de construção dos sentidos é feita pela oposição do progresso: (PAC, MME, hidrelétrica) x atraso: (MME, natureza, peixes). A omissão do elemento humano, da população local, tira o aspecto emocional da reportagem, fazendo um recorte puramente técnico.

Figura 14 – Protesto contra a construção das hidrelétricas no Rio Madeira

Fonte: <http://internationalrivers.org/en/latin-america/amazon-river-s-largest-tributary-under-threat>

Após assistir à matéria, resta ao espectador passivo, com pouco conhecimento das questões ambientais, e sem ter acesso à todas as informações que não lhe foram apresentadas, acreditar que o Ibama não deve mesmo se opor ao progresso em nome de “algumas” espécies de peixes. A TV Globo, como diria Roberto Marinho, acabou de formar mais uma opinião.

Finalmente, ignora todos os relatórios técnicos que denunciam as falhas do projeto, optando por criar sua própria versão sobre “o debate que divide o governo brasileiro”.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando as informações contidas nas reportagens do Jornal Nacional, pudemos identificar duas vertentes que orientam a temática ambiental. A primeira é a ampla atenção dada ao aquecimento global. A segunda, também notada pela recorrência do tema, é a questão dos biocombustíveis.

Em uma primeira leitura como telespectador seria bastante difícil fazer a conexão entre os dois pontos. Foi apenas pela análise das reportagens que emergiu a conexão entre eles. De um lado, o aquecimento global apresentado como perigo à nossa sobrevivência, pelo efeito do degelo, subida das marés, falta de água e outros problemas constantemente repetidos de modo a formar uma única mensagem, a do aquecimento do planeta. Do outro lado, a representação do álcool e dos biocombustíveis como alternativa válida para redução dos gases de efeito estufa que causam o aquecimento global.

Na busca de diversidade na cobertura dos problemas ambientais encontramos um reducionismo temático que parece querer limitar o âmbito da questão dentro de uma única lógica: as mudanças climáticas podem ser amenizadas com o uso dos biocombustíveis, tecnologia que o Brasil domina.

Como o próprio William Bonner diz em matéria de 22 de março de 2007 sobre o uso da água: “datas como a de hoje, repetidas ano após ano, acabam atingindo o objetivo de espalhar a preocupação com o uso mais racional da água”. Parafraseando: matérias sobre aquecimento global e biocombustíveis repetidas dia após dia acabam atingindo o objetivo de espalhar a correlação entre elas.

Analisando as reportagens encontramos o mesmo discurso repetitivo tanto de uma temática como da outra. Na questão do aquecimento não são mencionadas de maneira clara as causas, os produtos ou nenhuma medida de efeito prático, nada que desse à população o poder de agir. No caso dos biocombustíveis, são ignorados os problemas decorrentes do seu processo de cultivo das matérias-primas e da produção dos biocombustíveis, que podem no final da equação torná-los ainda mais poluidores que os derivados de petróleo. A questão do uso da terra, queimadas e aumento no preço da comida foram também ignorados.

Ao fazer o recorte ambiental de uma maneira seletiva e sem rigor científico, o Jornal Nacional está construindo sentidos por meio de seus comentários, que já não são mais notícias. Se a notícia não corresponde aos fatos, se o discurso é falacioso, então não pode mais ser considerada notícia, porque o que foi dado como tal não encontra equivalência no mundo real.

O jornalismo, que em tese, estaria encarregado de desvelar o mundo e seus acontecimentos termina por utilizar o privilégio de informar como ferramenta para impor sua própria agenda, pois não representa o interesse da população no fornecimento de informação, embora seja o papel que goste de representar.

Nossa necessidade de informações é histórica, faz parte do nosso processo de sobrevivência, de alimentação, moradia e de segurança desde a Antiguidade. Omitir os fatos determinantes em uma notícia significa mostrar apenas o resultado e retirá-la de seu contexto histórico, que equivale a esvaziá-la de sentido.

Se o Jornal Nacional exerce a premissa de simplificar a notícia na crença de que somos limitados na capacidade de compreensão e entendimento, ao classificar o telespectador médio como o simplório Homer Simpson, está extrapolando em suas funções no poder de informar e nivelando a qualidade da informação pelo seu mínimo denominador comum.

Dentro da análise das matérias pudemos confirmar as hipóteses aventadas.

1) Tem postura governista ao adotar a agenda de promover o álcool e os biocombustíveis.

2) Utiliza uma linguagem alarmista gerando medo quando apresenta os relatórios ambientais. Com isso, mantém desperto o interesse da audiência que será mantido pela repetição do tema.

3) Apresenta a natureza como espetáculo e a banaliza ao utilizar clichês sobre os problemas do aquecimento global, como se esta não reagisse às nossas intervenções.

4) Não explora a fundo as correlações de poder quando ignora a cadeia de interesses envolvida na produção dos biocombustíveis incluindo o desmatamento, os políticos fazendeiros, as pressões do agronegócio, as ligações entre o Banco Mundial, a WWF e a própria TV Globo, direta ou indiretamente.

5) Fala de educação ambiental utilizando exemplos de pouco impacto enquanto ignora as questões maiores. Ao falar da reciclagem de óleo de cozinha ou do plantio de árvores, delimita o problema muito aquém do que ele alcança. A educação ambiental deveria estar contida em cada uma das matérias apresentadas. Se há um problema, deve haver uma solução.

6) Omite temas controversos como os transgênicos e a transposição do Rio São Francisco. Os transgênicos, assunto debatido no mundo inteiro por suas ainda desconhecidas conseqüências no organismo humano foi ignorado como se não existisse. Não detectamos nenhuma matéria que abordasse a questão. Quanto à transposição do Rio São Francisco, com toda a sua complexidade ambiental, recebeu apenas uma nota sobre a liberação de licença de instalação para o projeto, durando apenas 18 segundos.

7) Não faz a correlação entre o consumismo e as conseqüências danosas ao ambiente retirando do espectador o poder de agir conscientemente. Ao não apresentar as causas externas das notícias apresentadas, o Jornal Nacional nega a coerência interna da reportagem, pois não existe fato sem origem ou sem conseqüências. Se a única função do telespectador em relação aos fatos é a de passividade, então a notícia está desprovida de sua função primordial de fazer crer e fazer agir. O fazer crer é chamar a atenção para a situação ambiental que criamos e o fazer agir é dar a nós as informações que necessitamos para termos o poder de decidir corretamente.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. **The culture industry**. London: Routledge, 1991. 178 p.
- _____. **Educação e emancipação**. 3.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003. 190 p.
- AGNELLI, R. Imagem a lapidar. [Entrevista a A. Safatle]. **Revista Página 22**, São Paulo, n. 13, p. 22, out. 2007.
- BACCEGA, M.A. **Televisão e escola**. São Paulo: SENAC, 2003. 132 p.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977. 229 p.
- BEGON, M.; HARPER, J.; TOWNSEND, R.C. **Ecology from individuals to ecosystems**. 4th ed. Oxford: Blackwell, 2006. 759 p.
- BELTRAND, M.V. de. (org.) **Manual de comunicação e meio ambiente**. Petrópolis: São Paulo, 2004. 178 p.
- BEYRUTH, Z. Aprendendo sobre qualidade de vida com as águas poluídas na cidade de São Paulo. **Revista USP**, São Paulo, n. 70, p. 46-63, jul./ago. 2006.
- BLÁZQUEZ, N. **Ética e meios de comunicação**. São Paulo: Paulinas, 1999. 711 p.
- BONNER, W. A notícia na TV: critérios de seleção e decisão no telejornalismo. In: BELTRAND, M.V. de. **Manual de comunicação e ambiente**. São Paulo: Peirópolis, 2004. p. 111-113.
- BOORSTIN, D.J. **The image, a guide to pseudo-events in America**. New York: Vintage Books, 1987. 336 p.
- BOURDIEU, P. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. 143 p.
- BRAGA, S.M.L. **Produção de linguagem e ideologia**. São Paulo: Cortez, 1980. 160 p.
- BRETON, P. **A argumentação na comunicação**. Bauru: EDUSC, 2003. 190 p.
- BRITO, O. **Poder glória e solidão**. São Paulo: Terra Viva, 2002. 308 p.
- BUCCI, E. **Brasil em tempo de TV**. 3.ed. São Paulo: Boitempo, 2000. 182 p.
- CAPARELLI, S.; SANTOS, S. dos. La televisión en Brasil. In: OROZCO, G. **Historias de la televisión en América Latina**. Barcelona: Gedisa, 2002. p. 65-114.
- CASSIRER, E. **Antropología filosófica: introducción a una filosofía de la cultura**. 2.ed. México: Fondo de Cultura Económica, 2000. 335 p.

CASTELLS, M. **O poder de identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 2, 532 p.

CHARADEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006. 283 p.

CHOMSKY, N. **Media control**: the spectacular achievements of propaganda. New York: Seven Stories, 1997. 58 p.

CITELLI, A. **O texto argumentativo**. São Paulo: Scipione, 1994. 79 p.

_____. **Comunicação e educação**: a linguagem em movimento. São Paulo: SENAC, 2004. 246 p.

_____. **Linguagem e persuasão**. 16.ed. São Paulo: Ática, 2006a. 103 p.

_____. **Palavras, meios de comunicação e educação**. São Paulo: Cortez, 2006b. 288 p.

CONTREIRAS, H. O homem que faz presidentes. **Jornal da Tarde**, São Paulo, p. 12, 06 abr. 1993.

CONDY, J. **Ladra do tempo, criada infiel**. In: POPPER, K.; CONDY, J. **Televisão**: um perigo para a democracia. Lisboa: Gradiva, 1999. p. 33-67.

COSTA, C. **Ficção, comunicação e mídias**. São Paulo: SENAC, 2002. 128 p.

DEBÓRD, G. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. 238 p.

DIEGUES, A.C.S. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 2000, 169 p.

ESTADÃO ONLINE. Disponível em: <<http://www.esdfkahkhkhsadka>>. Acesso em: 14 jan. 2006.

FLORES atrasadas. **Veja São Paulo**, São Paulo, p. 49, 12 set. 2007.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 5.ed. São Paulo: Loyola, 1999. 79 p.

FRANCO, M.L.P.B. **A análise do conteúdo**. 2.ed. Brasília: Líber Livro, 2007. 79 p.

GILL, R. Análise do discurso. In: BAUER, M.W.; GASKELL, G. (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 244-270.

GOMES, M.R. **Jornalismo e ciências da linguagem**. São Paulo: Edusp, 2000. 109 p.

_____. **Jornalismo e filosofia da comunicação**. São Paulo: Escrituras, 2004. 139 p.

GOLDEMBERG, J.; LUCON, O. Energias renováveis: um futuro sustentável. **Revista USP**, São Paulo, n. 72, p. 6-15, dez./fev. 2006/2007.

GUARESCHI, P.A. A realidade da comunicação: visão geral do fenômeno. In: _____. (Coord.). **Comunicação e controle social**. Petrópolis: Vozes, 1991. p. 13-22.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 4.ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2000. 102 p.

HERSKOVITS, M.J. **Antropologia cultural, man and his works**. São Paulo: Mestre Jou, 1960. 287 p.

HORKHEIMER, M. **Eclipse da razão**. São Paulo: Centauro, 2002. 187 p.

HORKHEIMER, M.; ADORNO, T.W. On the concept of enlightenment. In : SCHIRMACHER, W. **German 20th century philosophy: the Frankfurt School**. New York: Continuum, 2000. p. 37-70.

INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. **Indicador nacional de alfabetismo funcional**. Disponível em: <http://www.ipm.org.br/ipmb_pagina.php?mpg=4.02.01.00.00&ver=por>. Acesso em: 01 fev. 2008.

JHALLY, S. **The spectacle of accumulation**. New York: Peter Lang, 2006. 300 p.

JOHNSON, C. **As aflições do império**: militarismo, operações secretas e o fim da república. Rio de Janeiro: Record, 2007. 432 p.

JORNAL Nacional: a notícia faz história. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. 407 p.

KANITZ, S. Cuidado com o que ouvem. **Veja**, São Paulo, p. 20, 3 out. 2007.

KEHL, M.R.; COSTA, A.H.; SIMÕES, I.F. **Um país no ar**: história da TV brasileira em três canais. São Paulo: Brasiliense, 1986. 323 p.

LEAL FILHO, L.L. **A TV sob controle**: a resposta da sociedade ao poder da televisão. São Paulo: Summus, 2006. 180 p.

LINO, G.L.; CARRASCO, L.; COSTA, N.; PALÁCIOS, S. **Máfia verde 2**: ambientalismo, novo colonialismo. 2.ed. Rio de Janeiro: Capax Dei, 2005. 272 p.

LOPES, M.I.V. de. **Pesquisa em comunicação**: formulação de um modelo metodológico. 4.ed. São Paulo: Loyola, 1999. 148 p.

MACHADO, A. **A televisão levada a sério**. São Paulo: Senac, 2003. 244 p.

MARCONDES FILHO, C. **O capital da notícia**: jornalismo como produção social da segunda natureza. São Paulo: Ática, 1988. 192 p.

_____. **Televisão: a vida pelo vídeo.** São Paulo: Moderna, 1991. 119 p.

_____. **Até que ponto, de fato, nos comunicamos?** São Paulo: Paulus, 2004. 111 p.

MARIANI, B.S.C. Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói memória). In: ORLANDI, E.P. **Discurso fundador.** Campinas: Pontes, 1993. p. 31-42.

MARTIN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações:** comunicação, cultura e hegemonia. 4.ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. 360 p.

MATTAR, H. O frango, a gravata e a sustentabilidade. **Folha de São Paulo.** Tendências e Debates, São Paulo, p. 3, 28 jun. 2007.

MICELI, S. **Estado e cultura no Brasil.** São Paulo: Difel, 1984. 240 p.

MILANESI, L.A. O paraíso via Embratel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. 224 p.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** 9.ed. São Paulo: Cortez, 2004. 116 p.

MONBIOT, G. **Apart from used chip fat, there is no such thing as a sustainable biofuel.** Disponível em: <<http://www.guardian.co.uk/commentisfree/2008/feb/12/biofuels.energy>>. Acesso em: 12 fev. 2008.

NOBRE, C. Biocombustível pode ser sujo, diz estudo. **Folha Online,** São Paulo, 8 mar. 2007. Disponível em: <<http://www.dfjkdahfjh>>. Acesso em: 08 mar. 2007.

ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional.** 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 2001. 148 p.

PEREIRA JÚNIOR, A.E.; MÜLLER, K.M. Indústrias culturais no mercosul, televisão aberta. In MATTOS, S. (Org.). **A televisão e as políticas regionais de comunicação.** Salvador; São Paulo: Intercom, 1997. p. 39-55.

PEREIRA JÚNIOR, L.C. **A vida com a TV:** o poder da TV no cotidiano. São Paulo: SENAC, 2002. 280 p.

PINTO, V.N. **Comunicação e cultura brasileira.** 5.ed. São Paulo: Ática, 2002. 77 p.

PLATÃO. **A república.** São Paulo: Nova Cultural, 1997. 352 p.

POPPER, K. **Uma lei para a televisão.** In: POPPER, K.; CONDRY, J. **Televisão:** um perigo para a democracia. Lisboa: Gradiva, 1999. p.15-31.

SAFATLE, A. Dá Ibope, mas o que é mesmo? **Revista Página 22**, São Paulo, p. 9, 2007.

SANTAELLA, L. **Cultura das mídias**. 2.ed. São Paulo: Experimento, 1996. 292 p.

SANTOS R.E. dos. **As teorias da comunicação**. São Paulo: Paulinas, 2003. 128 p.

SARTORI, G. **Homo videns**: televisão e pós-pensamento. Bauru: EDUSC, 1997. 152 p.

SERVA, L. **Jornalismo e desinformação**. 3.ed. São Paulo: SENAC, 2001. 144 p.

SETTON, M.G.J. Televisão. **Revista USP**, São Paulo, n. 61, p.58-77. mar./maio 2004.

SHEEHAN, J. **The greening of the World Bank**: A lesson in bureaucratic survival. Disponível em: <http://www.cato.org/pub_display.php?pub_id=1580>. Acesso em: 05 fev. 2008.

SILVA, C.E.L. **Muito além do Jardim Botânico**: um estudo sobre a audiência do Jornal Nacional da Globo sobre trabalhadores. São Paulo: Summus, 1985. 163 p.

SIMÕES, I. **A nossa TV brasileira**: por um controle social da televisão. São Paulo: SENAC, 2004. 136 p.

SODRÉ, M. **A máquina de Narciso**: televisão, indivíduo e poder no Brasil. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984. 147 p.

_____. **O monopólio da fala**. 7.ed. Petrópolis: Vozes, 2001. 155 p.

TRIGO, L.G.G. **Entretenimento**. São Paulo: SENAC, 2003. 212 p.

VIANNA, A. **Jeitinho de mudar a regra 2005**. Disponível em: <<http://congressoemfoco.ig.com.br/>>. Acesso em: 01 fev. 2008.

WALDMAN, M. **Meio ambiente & antropologia**. São Paulo: SENAC, 2006. 240 p.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ARISTÓTELES. **Arte retórica e arte poética**. Rio de Janeiro: Ediouro, [19--]. 290 p.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997. 421 p.

BARTHES, R. **Mitologias**. 2.ed. São Paulo; Rio de Janeiro: Difel, 1975. 180 p.

BEDER, S. **Global spin: the corporate assault on environmentalism**. Totnes: Green Books, 2002. 336 p.

BERGER, R. **A tele-fissão alerta à televisão**. São Paulo: Loyola, 1979. 181 p.

BOORSTIN, D.J. **The Americans: the democratic experience**. London: Phoenix, 2000. 717 p.

BRAIT, B. (Org.). **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido**. Campinas: Unicamp, 1997. 385 p.

BUCCI, E. (Org.). **A TV aos 50: criticando a televisão brasileira no seu cinquentenário**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. 201 p.

CAPARELLI, S. **Televisão e capitalismo no Brasil**. Porto Alegre: LP&M, 1982. 196 p.

CARVALHO, E.; KEHL, M.R.; RIBEIRO, N.S. **Anos 70: televisão**. Rio de Janeiro: Europa, 1980. 109 p.

HABERMAS, J. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. 236 p.

HERMAN, E.S.; CHOMSKY, N. **A manipulação do público: política e poder econômico no uso da mídia**. São Paulo: Futura, 2003. 470 p.

LE PRESTRE, P. **Ecopolítica internacional**. 2.ed. São Paulo: SENAC, 2005. 518 p.

MARTIN-BARBERO, J.; REY, G. **Os exercícios do ver: hegemonia audiovisual e ficção televisiva**. São Paulo: SENAC, 2001. 182 p.

ORLANDI, E. **Palavra, fé, poder**. Campinas: Pontes, 1987. 102 p.

_____. **Vozes e contrastes: discurso na cidade e no campo**. São Paulo: Cortez, 1989. 151 p.

_____. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2005. 100 p.

PFROMM NETTO, S. **Comunicação de massa**: natureza-modelos-imagens. São Paulo: Pioneira, 1972. 169 p.

RESENDE, V.; RAMALHO, V. **Análise de discurso crítica**. São Paulo: Contexto. 2006. 158 p.

Revista USP. Comunicação. São Paulo: USP, n. 48, dez./fev. 2000/2001. 212 p.

Revista USP. Televisão. São Paulo: USP, n. 61, mar./maio 2004. 240 p.

Revista USP. Terra. São Paulo: USP, n. 71, set./nov. 2006. 206 p.

TODOROV, T. **Mikhaïl Bakhtine le principe dialogique suivi de écrits du cercle de Bakhtine**. Paris: Seuil, 1981. 318 p.

WILLIAMS, R. **Television**: technology and cultural form. London: Routledge, 1974. 172 p.

_____. **The country and the city**. Oxford: Oxford Press University, 1975. 344 p.

_____. **Keywords**: a vocabulary of culture and society. Oxford: Oxford Press University, 1985. 349 p.

VERÓN, E. **Construir el acontecimiento**. Barcelona: Gedisa, 1981. 201 p.

ANEXOS

Figura 15 – Somatória dos tempos das matérias por grupos*

Nota: *Os Grupos são categorias que diferenciam as matérias por assuntos a partir de palavras-chave.

As palavras-chave são organizadas da seguinte forma: 1) Álcool, Biocombustível, Etanol, Combustível Alternativo, Combustível Renovável; 2) Ambiente, Ambiental, Desenvolvimento Sustentável, Ecológica, Natureza, Sustentável, Supersafra; 3) Aquecimento Global, Desequilíbrio Climático, Mudanças Climáticas, Poluição; 4) Cheia, Chuva, Seca; 5) Animais Silvestres, Crimes Ambientais, Mortandade de Peixes; 6) Educação Ambiental, Reciclagem

Figura 16 – Proporção de matérias ecológicas no JN

Tabela 1 - Tabela comparativa de tempos do JN por dia e somatória no mês – janeiro (só dois dias) e fevereiro *versus* tempo dedicado às matérias ecológicas com somatória no dia e mês

Data	Tempo total Jornal Nacional	Tempo matérias Ecologia
30.01.2007	00:32:13	00:00:40
31.01.2004	00:25:22	00:01:01
01.02.2007	00:35:32	00:04:47
02.02.2007	00:37:36	00:06:09
03.02.2007	00:36:04	00:02:46
05.02.2007	00:35:15	00:00:00
06.02.2007	00:34:21	00:00:00
07.02.2007	00:25:39	00:02:10
08.02.2007	00:32:57	00:04:38
09.02.2007	00:35:19	00:02:26
10.02.2007	00:32:42	00:00:00
12.02.2007	00:32:06	00:02:31
13.02.2007	00:35:00	00:00:00
14.02.2007	00:24:04	00:00:00
15.02.2007	00:32:14	00:00:00
16.02.2007	00:32:07	00:00:00
17.02.2007	00:34:03	00:00:00
19.02.2007	00:20:51	00:00:22
20.02.2007	00:30:37	00:00:00
21.02.2007	00:27:21	00:04:46
22.02.2007	00:31:30	00:01:48
23.02.2007	00:30:53	00:00:00
24.02.2007	00:32:41	00:03:43
26.02.2007	00:32:08	00:00:00
27.02.2007	00:34:36	00:02:06
28.02.2007	00:24:05	00:00:00
Tempo Total de JN x Tempo Matérias Ecologia	13:37:16	00:39:53

Tabela 2 - Tabela comparativa de tempos do JN por dia e somatória no mês de março
versus tempo dedicado às matérias ecológicas com somatória no dia e mês

Data	Tempo total Jornal Nacional	Tempo matérias Ecologia
01.03.2007	00:31:42	00:02:05
02.03.2007	00:31:53	00:01:33
03.03.2007	00:33:00	00:00:00
05.03.2007	00:33:03	00:00:00
06.03.2007	00:32:16	00:04:21
07.03.2007	00:32:33	00:04:01
08.03.2007	00:35:32	00:04:09
09.03.2007	00:32:38	00:09:00
10.03.2007	00:30:23	00:04:10
12.03.2007	00:32:17	00:01:45
13.03.2007	00:31:58	00:03:44
14.03.2007	00:32:19	00:01:53
15.03.2007	00:31:53	00:00:00
16.03.2007	00:32:52	00:01:48
17.03.2007	00:24:37	00:01:49
19.03.2007	00:33:54	00:00:00
20.03.2007	00:34:50	00:00:00
21.03.2007	00:30:37	00:03:50
22.03.2007	00:31:09	00:04:38
23.03.2007	00:32:25	00:02:34
24.03.2007	00:34:55	00:00:00
26.03.2007	00:32:07	00:00:00
27.03.2007	00:33:01	00:01:37
28.03.2007	00:27:05	00:00:00
29.03.2007	00:30:27	00:02:01
30.03.2007	00:34:02	00:02:47
31.03.2007	00:35:43	00:00:00
Tempo Total de JN x Tempo Matérias Ecologia	14:29:11	00:57:45

Tabela 3 – Tabela comparativa de tempos do JN por dia e somatória no mês de março *versus* tempo dedicado às matérias ecológicas com somatória no dia e mês

Data	Tempo Total Jornal Nacional	Tempo matérias Ecologia
02.04.2007	00:32:02	00:02:01
03.04.2007	00:33:23	00:02:18
04.04.2007	00:32:16	00:00:00
05.04.2007	00:31:21	00:02:14
06.04.2007	00:33:52	00:03:05
07.04.2007	00:37:00	00:04:21
09.04.2007	00:34:25	00:00:00
10.04.2007	00:32:50	00:02:03
11.04.2007:	00:30:40	00:00:00
12.04.2007:	00:31:00	00:00:20
13.04.2007:	00:31:48	00:00:00
14.04.2007.	00:32:24	00:01:58
16 04 2007:	00:33:29	00:02:05
17 04 2007	00:35:00	00:01:44
18 04 2007.	00:30:19	00:00:00
19 04 2007.	00:32:02	00:00:21
20 04 2007	00:32:42	00:00:00
21 04 2007	00:33:00	00:00:00
23 04 2007.	00:33:51	00:02:08
24 04 2007	00:33:20	00:00:00
25 04 2007.	00:30:48	00:00:00
26 04 2007:	00:35:59	00:00:00
27 04 2007.	00:33:00	00:01:00
28 04 2007.	00:31:55	00:03:35
30 04 2007	00:31:07	00:02:01
Tempo Total de JN x Tempo Matérias de Ecologia	13h40:00	00:31:14

Nº	Data	Palavra Chave	Título	Tipo	Tempo	Origem
1	30.01.07	Aquecimento Global	Uma Previsão Catastrófica para o fim do Século	Nota ao vivo	00:00:40	Ext.
2	31.01.07	Ambiente	Lula critica EUA por descaso com meio ambiente	Rep.	00:01:01	BR
3	01.02.07	Ambiente	Idéias Para Preservar o Meio Ambiente	Rep.	00:01:55	BR
4	01.02.07	Aquecimento Global	Relatório Discute Efeitos do Aquecimento Global	Rep.	00:02:52	Ext.
5	02.02.07	Gases poluentes	Novos caminhos para a energia	Rep.	00:01:51	BR
6	02.02.07	Emissões de gases	Cientistas americanos fazem denúncia grave	Rep.	00:01:35	Ext.
7	02.02.07	Ambiente	Previsões sombrias sobre o ambiente do planeta	Rep.	00:02:43	Ext.
8	03.02.03	Crimes ambientais	Empresários voltam à prisão	Rep.	00:01:54	BR
9	03.02.07	Aquecimento Global	O planeta preocupado com o aquecimento global	Nota coberta	00:00:52	Ext.
10	07.02.07	Crime ambiental	Madeira ilegal	Rep.	00:02:10	BR
11	08.02.07	Álcool	A visita de Bush ao Brasil	Rep.	00:01:26	BR
12	08.02.07	Álcool	Demanda de milho afeta negócios no Brasil	Rep.	00:01:31	BR
13	08.02.07	Mudanças climáticas	Desertificação do Nordeste em pauta	Rep.	00:01:41	BR

Quadro 2 – Relação das matérias que compõem o *corpus* da pesquisa

(continua)

Nº	Data	Palavra Chave	Título	Tipo	Tempo	Origem
14	09.02.07	Poluição	Em Pequim, medidas para diminuir a poluição	Rep.	00:02:26	Ext.
15	12.02.07	Defensivos agrícolas	Protesto do MST termina em confronto no Rio Grande do Sul	Nota ao vivo	00:00:25	BR
16	12.02.07	Desenvolvimento sustentável	Uma vergonha nacional completa dois anos	Rep.	00:02:06	BR
17	14.02.07	Aquecimento global	Frente parlamentar ambientalista é criada e promete reduzir o aquecimento global	Nota coberta	00:00:21	BR
18	19.02.07	Ecológica	Bloco paraense defende o caranguejo	Nota coberta	00:00:22	BR
19	21.02.07	Educação ambiental	Falta de educação ambiental	Rep.	00:01:56	BR
20	21.02.07	Desmatamento	A campanha da fraternidade 2007	Rep.	00:02:50	BR'
21	22.02.07	Ambiental	Avanço do mar ameaça construções	Rep.	00:01:48	BR
22	24.02.07	Ambiente	Espécies ameaçadas	Rep.	00:01:49	BR
23	24.02.07	Combustível alternativo	Catadores de pneus contra a dengue	Rep.	00:01:54	BR
24	27.02.07	Aquecimento global	O possível impacto do aquecimento global no Brasil	Rep.	00:02:06	BR
25	01.03.07	Aquecimento global	Derretimento da neve polar	Rep.	00:02:05	BR
26	02.03.07	Biocombustíveis	Criado órgão internacional de biocombustíveis	Rep.	00:01:33	Ext.

Quadro 2 – Relação das matérias que compõem o *corpus* da pesquisa

(continuação)

Nº	Data	Palavra Chave	Título	Tipo	Tempo	Origem
27	06.03.07	Animais silvestres	Tráfico de animais silvestres	Rep.	00:02:45	BR
28	06.03.07	Amazônia	Seca na Amazônia	Rep.	00:01:36	BR
29	07.03.07	Crime ambiental	Crime ambiental	Rep.	00:01:48	BR
30	07.03.07	Ambiente	O destino do lixo radioativo	Rep.	00:02:13	BR
31	08.03.07	Combustíveis renováveis	Bush desembarca em S.Paulo	Rep.	00:02:29	BR
32	08.03.07	Álcool	O Interesse dos EUA no Álcool Combustível	Rep.	00:01:40	BR
33	09.03.07	Gases Poluentes	Acordo para redução de emissões de gases poluentes	Rep.	00:01:29	BR
34	09.03.07	Desmatamento	Desmatamento desenfreado	Rep.	00:02:07	BR
35	09.03.07	Etanol	Bush no Brasil: repercussão no mundo	Rep.	00:01:33	BR
36	09.03.07	Combustíveis Renováveis	Encontro entre Lula e Bush	Rep.	00:03:15	BR
37	09.03.07	Combustíveis Renováveis	Brasil e EUA Assinam Acordo de Parceria no Setor de Comb. Renováveis	Nota coberta	00:00:16	BR
38	10.03.07	Álcool	Cresce Investimento em Novas Usinas	Rep.	00:01:30	BR
39	10.03.07	Combustíveis Alternativos	Bush Admite no Uruguai que pode Cortar Subsídios Agrícolas	Rep.	00:02:40	Ext.
40	12.03.07	Cheia	Cheia no Pantanal Expulsa Ribeirinhos	Rep.	00:01:45	BR

Quadro 2 – Relação das matérias que compõem o *corpus* da pesquisa

(continuação)

Nº	Data	Palavra Chave	Título	Tipo	Tempo	Origem
41	13.03.07	Desequilíbrio Climático	Amazônia em Desequilíbrio Climático	Rep.	00:01:52	BR
42	14.03.07	Meio Ambiente	Pneus Usados x Meio Ambiente	Rep.	00:01:53	BR
43	16.03.07	Chuva	Os Transtornos da Chuva pelo Brasil	Rep.	00:01:48	BR
44	17.03.07	Aquecimento Global	Aves do Pantanal Servem como Alerta Global	Rep.	00:01:49	BR
45	21.03.07	Natureza	Pororoca na Amazônia	Rep.	00:01:48	BR
46	21.03.07	Reciclagem	Reciclagem do Óleo de Cozinha	Rep.	00:02:02	BR
47	22.03.07	Poluição	Combate ao Desperdício	Rep.	00:02:17	BR
48	22.03.07	Sustentável	Campanha pelo uso Sustentável da água	Rep.	00:02:21	BR
49	23.03.07	Ibama	Ibama Libera Licença de Instalação para Projeto de Transposição do S.Francisco	Nota ao vivo	00:00:18	BR
50	23.03.07	Supersafra	Supersafra de Soja no Centro-Oeste	Rep.	00:02:16	BR
51	27.03.07	Aquecimento do Planeta	Temperaturas mais Altas até 2100	Rep.	00:01:37	Ext
52	28.03.07	Mortandade de Peixes	O Drama dos Pescadores Baianos	Rep.	00:01:29	BR
53	29.03.07	Álcool	O Duro Trabalho no Canavial	Rep.	00:02:01	BR

Quadro 2 – Relação das matérias que compõem o *corpus* da pesquisa

(continuação)

Nº	Data	Palavra Chave	Título	Tipo	Tempo	Origem
54	30.03.07	Biocombustíveis	Lula vai a Washington Encontrar Bush	Ao vivo	00:02:47	Ext.
55	02.04.07	Aquecimento Global	Aquecimento Global: Falta d'água e Extinção de Vegetais e Animais	Rep.	00:01:36	Ext.
56	02.04.07	Gases Poluentes	EUA Deverá Controlar Emissões de Gases poluentes	Nota ao vivo	00:00:35	Ext.
57	03.04.07	Mudanças Climáticas	Pesquisa Revela que Brasileiros se Preocupam com as Mudanças Climáticas	Nota ao vivo	00:00:21	Ext.
58	03.04.07	Aquecimento Global	Derrotado, Bush diz Levar a Sério o Aquecimento global	Nota ao vivo	00:00:18	Ext.
59	03.04.07	Biocombustível	Venda de Automóveis Bate Recorde	Rep.	00:01:39	BR
60	05.04.07	Mudanças de Clima	Efeitos Nocivos das Mudanças de Clima	Rep.	00:02:14	Ext.
61	06.04.07	Aquecimento Global	ONU Alerta Sobre o Clima	Rep.	00:03:05	Ext.
62	07.04.07	Ambiente	O que Fazer com os Celulares Antigos	Rep.	00:02:00	BR
63	07.04.07	Clima	Previsões do Clima que Afetam os Brasileiros	Rep.	00:02:21	Ext.
64	10.04.07	Natureza	Censo Botânico	Rep.	00:02:03	BR

Quadro 2 – Relação das matérias que compõem o *corpus* da pesquisa

(continuação)

Nº	Data	Palavra Chave	Título	Tipo	Tempo	Origem
65	12.04.07	Animais Silvestres	PF Prende Acusados por Tráfico de Animais Silvestres	Nota coberta	00:00:20	BR
66	14.04.07	Reciclagem	Lixo Digital Vale Ouro	Rep.	00:01:58	BR
67	16.04.07	Álcool	Cúpula Energética Sul-Americana Começa com Polêmica	Rep.	00:02:05	Ext.
68	17.04.07	Álcool	Chávez se Rende ao Álcool Brasileiro	Rep.	00:01:44	Ext.
69	19.04.07	Álcool	Cortadores de Cana eram Tratados como escravos	Nota ao vivo	00:00:21	BR
70	23.04.07	Álcool	Desmistificando os Motores dos Carros Flex	Rep.	00:02:08	BR
71	27.04.07	Etanol	Brasil e Argentina Avaliam Energia	Rep.	00:01:00	Ext.
72	28.04.07	Ambiente	Um Debate que Divide o Governo Brasileiro	Rep	00:03:35	BR
73	30.04.07	Álcool	Bill Clinton Elogia Postura do Brasil no Setor de Energia	Nota coberta	00:00:36	Ext.
74	30.04.07	Mudanças no Clima	Cientistas Discutem Mudanças no Clima	Rep.	00:01:25	Ext.

Quadro 2 – Relação das matérias que compõem o *corpus* da pesquisa

Fonte: <http://jornalnacional.globo.com/>

(conclusão)

Figura 17 – Gráfico comparativo do tempo do Jornal Nacional *versus* matérias de ecologia em cada edição

Fonte: <<http://jornalnacional.globo.com>>. Acesso em: 10 ago. 2007

Figura 18 – Gráfico comparativo do tempo do Jornal Nacional *versus* matérias de ecologia em cada edição

Fonte: <<http://jornalnacional.globo.com/>>. Acesso em: 10 ago. 2007

Figura 19 – Gráfico comparativo do tempo do Jornal Nacional *versus* matérias de ecologia em cada edição

Fonte: <http://jornalnacional.globo.com/> acesso em 10/08/07

Figura 20 – Relação entre emissões de gases estufa e impacto ambiental total de diversos biocombustíveis comparados com a gasolina

Fonte: Science, v. 319, p. 43, 4 jan. 2008

Nota: BR (Brasil); CN (Canadá); EUA (Estados Unidos da América); FR (França); MA (Malásia); UE (União Europeia)